



VII SEMANA DE GEOGRAFIA

A ATUAL POLÍTICA EDUCACIONAL NO BRASIL
E OS DESDOBRAMENTOS
NO ENSINO DE GEOGRAFIA

II Seminário de Geografia do Semiárido
Os Atores Sociais e a Gestão do Território
no Semiárido Brasileiro

04 a 07 de dezembro de 2017

Realização:

Inscrições no site:
<https://sgssemageo.wixsite.com/ufcg>

CAGEO CFP UFPE



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA
COORDENAÇÃO ACADÊMICA DE GEOGRAFIA
CENTRO ACADÊMICO DE GEOGRAFIA

CADERNO DOS TRABALHOS COMPLETOS
GRUPO DE TRABALHO 03
GEOGRAFIA URBANA E AGRÁRIA

ISSN 2446-6840

VII Semana de Geografia

"A Atual Política Educacional do Brasil e os Desdobramentos no Ensino de Geografia"

II Seminário de Geografia do Semiárido

"Os Atores Sociais e a Gestão do Território no Semiárido Brasileiro"

SITE DO EVENTO

Anais VII Semana de Geografia
II Seminário de Geografia do Semiárido
ISSN 2446-6840

<https://sgssemageo.wixsite.com/ufcg>

COMISSÃO ORGANIZADORA

PROFESSORE(A)S DA COMISSÃO ORGANIZADORA

Alexsandra Bezerra da Rocha – UNAGEO/CFP/UFCG

Micaelle Amancio da Silva – PPGG/UFPB

Jacqueline Pires Gonçalves Lustosa – UNAGEO/CFP/UFCG

Josué Pereira da Silva – UNAGEO/CFP/UFCG

Professor Dr. Santiago Andrade Vasconcelos – UNAGEO/CFP/UFCG

CENTRO ACADÊMICO DE GEOGRAFIA – CAGEO/CFP/UFCG

Emanoel Henrique Rulim Pereira

Italo Anderson Duarte Nunes

Jefferson Santos Fernandes

Kaiame Leite Araujo

Manoel José da Silva Neto

Oraldo Rick Lourenço Leite

Rodolfo Noberto de Macedo

Suênia Kadidja Ferreira do Nascimento

Wagna Cristina Ferreira Moura

MONITORE(A)S

Adriana Silva Souza

Alessandra Santos Araujo

Alina Maria Machado Fiuza

Andreia Carlos Feitosa
Dayane da Silva Tomaz
Denise Dias da Silva
Emanoel Henrique Rulim Pereira
Fábia Larissa Abrantes Gonçalves
Francisco Dantas da Silva
Italo Anderson Duarte Nunes
Jefferson Santos Fernandes
Jônatas Claudio Farias Marciel
Kaiame Leite Araujo
Leandro Alves da Silva
Livia Romana Alexandre Martins
Macilândia dos Santos Custódio
Maiara Felix Fernandes
Manoel José da Silva Neto
Maria Andresa Martins Parnaíba
Maria Aparecida de Souza Oliveira
Maria Betânia de Alexandre Barros
Maria do Socorro Barros
Maria Marlene Dantas de Magalhães
Maria Rodrigues Monteiro Duarte
Moema Vieira Lima
Natália Kessia de Carlos Oliveira
Odnei Edson Brasil
Pierre Campos Medeiros
Rodolfo Noberto de Macedo
Romário Pereira Moraes

COORDENAÇÃO GERAL

Alexsandra Bezerra da Rocha – UNAGEO/CFP/UFCG

Jacqueline Pires Gonçalves Lustosa – UNAGEO/CFP/UFCG

Jefferson Santos Fernandes – CAGEO/CFP/UFCG

Josué Pereira da Silva – UNAGEO/CFP/UFCG

Micaelle Amancio da Silva – PPGG/UFPB

COMISSÃO CIENTÍFICA

Professora Dra. Alexsandra Bezerra da Rocha – UNAGEO/CFP/UFCG

Professora Dra. Cícera Cecília Esmeraldo Alves – UNAGEO/CFP/UFCG

Prof. Dr. David Luiz Rodrigues de Almeida – UNAGEO/CFP/UFCG

Professora Dra. Ivanalda Dantas Nóbrega Di Lorenzo – UNAGEO/CFP/UFCG

Professora Dra. Jacqueline Pires G. Lustosa – CAG/UNAGEO/CFP/UFCG

Prof. Dra. Joseane Abílio – UAE/CFP/UFCG

Professor Dr. Josias de Castro Galvão – UNAGEO/CFP/UFCG

Professor Dr. Josué Pereira da Silva – UNAGEO/CFP/UFCG

Prof. Ms. Luiz Eduardo do Nascimento de Assis (UERN-PAU DOS FERROS)

Professora Dra. Luciana Medeiros de Araújo – UNAGEO/CFP/UFCG

Professor Dr. Marcelo Henrique de Melo Brandão – UNAGEO/CFP/UFCG

Professor Me. Marcos Assis Pereira de Souza – UNAGEO/CFP/UFCG

Professor Dr. Rodrigo Bezerra Pessoa – UNAGEO/CFP/UFCG

Professor Dr. Santiago Andrade Vasconcelos – UNAGEO/CFP/UFCG

SECRETARIA GERAL

Jefferson Santos Fernandes

Kaiame Leite Araujo

Manoel José da Silva Neto

Wagna Cristina Ferreira Moura

TESOURARIA

Micaelle Amancio da Silva

Rodolfo Noberto de Macedo

EQUIPE DE MONITORIA

Alessandra Santos Araujo

Jefferson Santos Fernandes

Maria do Socorro Barros Pereira

Wagna Cristina Ferreira Moura

COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Alessandra Santos Araujo

Italo Anderson Duarte Nunes

Jefferson Santos Fernandes

Lívia Romana

Manoel José da Silva Neto

Maria Marlene Dantas de Magalhães

Valnice Amaro Santos

COMISSÃO DE CULTURA

Anais VII Semana de Geografia
II Seminário de Geografia do Semiárido
ISSN 2446-6840

Andreia Carlos Feitosa

Ítalo Duarte Nunes

Kaiame Leite Araujo

Wagna Cristina Ferreira Moura

COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO

Alina Maria Machado Fiuza

Dayane Tomaz

Francisco Dantas da Silva

Maria Daiane da Silva

Romário Pereira Morais

COMISSÃO DE PATROCÍNIO

Micaelle Amancio da Silva

Manoel José da Silva Neto

Maria do Socorro Barros Pereira

Romário Pereira Morais

REALIZAÇÃO

Unidade Acadêmica de Geografia

Centro Acadêmico de Geografia

GRUPOS DE TRABALHO

GT 01 - Formação Docente e Ensino de Geografia

Profa. Dra. Ivanalda Dantas Nóbrega Di Lorenzo

Prof. Dr. Rodrigo Bezerra Pessoa

Profa. Micaelle Amancio da Silva

Prof. Dra. Joseane Abílio

GT 02 - Geografia Física e Questões Ambientais

Anais VII Semana de Geografia
II Seminário de Geografia do Semiárido
ISSN 2446-6840

Prof. Me. Marcos Assis Pereira de Sousa

Prof. Dr. Josué Pereira da Silva

GT 03 - Geografia Urbana e Agrária

Profa. Dra. Luciana Medeiros de Araújo

Prof. Ms. Luiz Eduardo do Nascimento de Assis

Professor Dr. Santiago Andrade Vasconcelos

GT 04 - Cartografia Escolar e Análise Espacial de Dados Geográficos

Prof. Me. David Luiz Rodrigues de Almeida

UNIVERSIDADES PARTICIPANTES

Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – UERN

Universidade Federal Rural do Semiárido – UFERSA

Universidade Estadual da Paraíba – UEPB

Universidade Regional do Cariri – URCA

Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

Universidade Federal do Oeste do Pará – UFPO

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/RIO

SUMÁRIO

ELEMENTOS PARA COMPREENSÃO DA DINÂMICA URBANA NA OBRA “O CORTIÇO” DE ALUÍSIO DE AZEVEDO	10
REGIÃO METROPOLITANA DE CAJAZEIRAS – PB: UM OLHAR GEOGRÁFICO SOBRE A REALIDADE SOCIOESPACIAL	22
COMUNIDADE QUILOMBOLA DE CARCARÁ, POTENGI-CE: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS CONFLITOS TERRITORIAIS	38
A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E A CERTIFICAÇÃO PARTICIPATIVA DE PRODUTOS AGROECOLÓGICOS NO ALTO SERTÃO PARAIBANO.....	51
AGRONEGÓCIO, PRÁTICAS CAMPONESAS E PROCESSO DE (RE)TERRITORIALIZAÇÃO NO PIAUÍ.....	63
FEIRINHA PÚBLICA DE CAJUEIRO-TOUROS/RN: RETRATO DAS NOVAS FORMAS DE ENQUADRAMENTO SOCIAL.....	75
ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA E A LUTA PELA (RE)EXISTÊNCIA: Um estudo de Campo	87

ELEMENTOS PARA COMPREENSÃO DA DINÂMICA URBANA NA OBRA “O CORTIÇO” DE ALUÍSIO DE AZEVEDO

Ana Carolina Nunes de Azevedo

E-mail: carolinaazevedogeo@hotmail.com

Licenciada em Geografia - Universidade Estadual do Maranhão - UEMA/CESC

Jackson Sousa dos Santos

E-mail: jacksousasts@gmail.com

Licenciando em Geografia - Universidade Estadual do Maranhão - UEMA/CESC

Tiago Caminha de Lima

E-mail: tiago_caminha@hotmail.com

Orientador e Professor Substituto - Universidade Estadual do Maranhão - UEMA/CESC

Resumo

Para a compreensão das múltiplas dinâmicas que se dão no espaço é necessário um diálogo entre as diversas disciplinas, sendo que para isso, uma compreensão holística da realidade complexa na qual circunstância inseridos é indispensável para o conhecimento. Na relação entre Geografia e Literatura observa-se a valorização e a inter-relação do espaço geográfico como experiência do homem no mundo vivido. Além de situarmos sua condição a partir do momento em que o mesmo se apropria do mundo, seja por experiências e sentimentos. Assim, o presente estudo deslumbra como objetivo, reconhecer as possibilidades de discussões das questões urbanas, a partir das contribuições dos temas abordados na obra *O Cortiço* de Aluísio de Azevedo. Para tanto, os procedimentos metodológicos foram compostos pelo levantamento e fichamento de referencial teórico, constituído pela obra em análise e autores como, Santos (1993; 2010; 2014), Corrêa (2002), Monteiro (2002), Almeida e Olanda (2008) entre outros. Diante das discussões ensejadas, conclui-se que o desenvolvimento de análises que congregam os conhecimentos produzidos em ramos distintos do conhecimento, auxilia a ampliação das perspectivas de entendimento das dinâmicas abordadas. Dessa forma, verificou-se que a obra *O Cortiço*, descreve contextos que permitem a identificação das questões urbanas vivenciadas em um dado período, perpassando ainda diferentes recortes temporais que permitem a leitura de processos que se efetivam na atualidade, contribuindo assim para a promoção de releituras do urbano, a partir de perspectivas com objetivos específicos, mas complementares.

Palavras-chave: Geografia e Literatura. Questões Urbanas. O Cortiço.

ELEMENTS FOR UNDERSTANDING THE URBAN DYNAMICS IN THE WORK " O CORTIÇO" BY ALUÍSIO DE AZEVEDO

Abstract

For the comprehension of the multiple dynamics that are given in space, a dialogue between the various disciplines is needed, and for this, a holistic understanding of the complex reality in which circumstance inserted is indispensable for knowledge. In the relationship between geography and literature, the appreciation and the Inter-relation of geographical space as a man's experience in the world lived. In addition to locating your condition from the moment the same takes ownership of the world, either by experiences and feelings. Thus, the present study aims to, recognize the possibilities of discussions of urban issues, from the contributions of the themes addressed in the work "O Cortiço" by Aluísio de Azevedo. For this reason, the methodological procedures were composed of the survey and record of theoretical references, consisting of the work in analysis and authors such as, Santos (1993; 2010; 2014), Corrêa (2002), Monteiro (2002), Almeida and Olanda (2008) among others. In the face of the desired discussions, it is concluded that the development of analyses that congregates the knowledge produced in distinct branches of knowledge, helps to broaden the perspectives of understanding the dynamics discussed. Thus, it was found that the construction that the work *O Cortiço*, describes contexts that allow the identification of the urban issues experienced in a given period, passing even different temporal clippings that allow the reading of processes that are effective at present, contributing to the promoting urban rereads, from perspectives with specific but complementary goals.

Keywords: Geography and Literature. Urban issues. The Cortiço.

Introdução

A capacidade de entender o espaço possibilita ao homem analisar vários elementos referentes às transformações diárias existente ao meio, pois, na medida que se cria, logo se transforma, atribuindo ao espaço uma característica dinâmica e mutável. Assim, pode-se citar o processo de urbanização que desde o surgimento das primeiras cidades, sempre foi um dos elementos mais significativo ao espaço. Para Santos (2014), por exemplo, o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contrário de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá.

O espaço urbano nos séculos XIX e XX foi palco de vários processos de transformações socioeconômicas, da divisão do trabalho e da relação do homem com o meio. Assim, para uma caracterização da urbanização brasileira, faz-se necessário enfatizar o surgimento das primeiras cidades, como acontecia os aglomerados urbanos, como o homem vivia antes da prática comercial, quais instrumentos de trabalho utilizava-se para a realização de atividades diárias, entre outros fatores que constituem esse processo.

Dessa forma, destaca-se o pensamento de Santos (2008, p. 135), ao descrever “que a explicação dos fenômenos geográficos exige, mais que em outra qualquer disciplina, a contribuição de um número avultado de ciências”. Nesse sentido, acredita-se que os diálogos que ocorrem no âmbito da ciência, mostram um campo de conhecimento dinâmico e em expansão, com novas formas de abordagem e ampliando as perspectivas do que se tem apresentado, de que Geografia e Literatura são campos do conhecimento que a muitos anos vem discutindo suas inter-relações.

O presente artigo caracteriza o espaço geográfico em sua dinâmica existencial possibilitando ao homem uma reflexão aguçada de elementos que constitui a sua relação ao meio em seus variados aspectos existentes no seio social, onde os elementos de produção e reprodução, caracterizam-se por dinamizar o meio físico e social através das ações cotidianas que atribuem elementos favoráveis ao seu processo de formação.

A justificativa para a realização do estudo é oriunda da necessidade de relatar as questões urbanas a partir das obras literárias. Na medida que se constrói as transformações são necessárias investigações de acordo com a realidade do meio, deste modo, o presente trabalho deslumbra como objetivo, reconhecer as possibilidades de discussões das questões urbanas, a partir das contribuições dos temas abordados na obra *O Cortiço* de Aluísio de Azevedo.

Procedimentos Metodológicos

Para o desenvolvimento deste estudo considerou-se como metodologia o delineamento bibliográfico, pois, ao se tratar de pesquisa, a reflexão teórica é fundamental principalmente quando se encontra agregados a elementos que inclui a utilização de inúmeras técnicas de pesquisas. Para Amaral (2007), a pesquisa bibliográfica é uma etapa fundamental em todo trabalho científico, de modo a influenciar todas as categorias de uma pesquisa na medida que se almeja uma base teórico que será a base do trabalho, consistem no levantamento, seleção, fichamento e arquivamento de informações referentes a pesquisa.

O conhecimento acaba tornando-se uma manifestação continua na existência humana, pois na medida que conhece é comum a busca por novas ideias e conceitos.

Fonseca (2002) argumenta que o homem é por natureza um animal curioso. Ao nascer interage com a natureza e os objetos a sua volta, analisando o universo a partir das referências sociais e culturais do meio em que vive, apropria-se do conhecimento através das intuições, que os seres e os fenômenos lhe transmitem, fazendo das mesmas peças fundamentais para a elaborações de conceitos.

O presente estudo foi desenvolvido baseado em leituras de livros, pesquisas em documentos online e trabalhos periódicos de acordo com o tema abordado. Durante a busca dos materiais utilizou-se as seguintes palavras-chaves: *Geografia e literatura; questões urbanas; elementos do capitalismo, desigualdade social; relação entre espaço e o meio; O Cortiço*, dentre outras.

Geografia e Literatura: Ciência e Arte

Na relação entre Geografia e Literatura observa-se a valorização e a inter-relação do espaço geográfico como experiência do homem no mundo vivido, além de situarmos sua condição a partir do momento em que o mesmo se apropria do mundo, seja por experiências e sentimentos. Fernandes (2012) destaca que as inter-relações entre Geografia e Literatura ganharam renome, força e profundidade no mundo acadêmico quando da renovação e repaginação dos fundamentos teórico-metodológicos. Com o estudo da Literatura abre-se um leque de relações e informações a respeito das geografias física e humana, mostrando que essas duas vertentes geográficas estão interligadas. Declaram Almeida e Olanda (2008, p. 9) que:

É possível desvelar a relação do homem com o meio de sua vivência por intermédio da literatura? Apreender eventos pela subjetividade artística materializada na obra literária, possibilita conhecer aspectos sócioespaciais de determinada sociedade? As possibilidades de respostas para tais questões se efetivam por meio da abordagem cultural na Geografia que se fundamenta na Geografia Humanística.

Esse estudo com a literatura se torna cada vez mais necessário, pois este saber possui um ideal subjetivo na caracterização do espaço geográfico, em que o ser humano está presente. O mesmo, caracterizado nas obras literárias e a geografia, se conceitua na relação homem e o meio. Nessa conjuntura, Marandola Junior e Oliveira (2009, p. 488) afirmam que:

A ciência geográfica centrada no espaço possui conceitos e um método próprio que produz um discurso sobre o espaço que se abre ao diálogo interdisciplinar”. Por esta via, muito tem se discutido a partir das noções de território, lugar, paisagem e região, tanto em sentido conceitual quanto metafórico.

Na construção da relação entre a ciência e a arte são verificadas as singularidades presente nos objetivos de similares, mas objetos diferenciados por parte de cada uma, assim podemos verificar e desvendar o mundo contribuindo nossa compreensão sobre ele. Monteiro (2002) afirma que a Literatura através de suas obras possui como proposta favorecer uma visão particular do mundo que de nenhum modo a criação literária substitua a Geografia e sim que considere como uma complementação enriquecedora.

Para os aspectos que norteiam as questões espaciais, é importante entender que a relação existente entre Geografia e Literatura são áreas que aborda os mais variados fenômenos sociais. No mundo literário, por exemplo, os escritores sempre apresentam

uma visão e posicionamento às realidades do mundo que a partir de suas obras enfatizam os conceitos espaciais e culturais, possibilitando a sociedade um entendimento dos acontecimentos que compõe o meio.

A ciência geográfica tem a função de proporcionar a arte literária os elementos específicos para a organização dos fatos, partindo do espaço onde tudo acontece, a identificação e características do lugar, as técnicas oferecidas ao meio, relação entre indivíduos, leitura da paisagem, além da cronologia entre espaço e tempo.

Em vista disso, Literatura possibilita a Geografia subsídios para uma ampla análise de tudo aquilo que constitui o espaço, colocando a frente da mesma a capacidade de interpretar os fenômenos existentes em sua ciência. Como destaca Carlos (2007, p. 24):

A sociedade constrói, através da prática, um mundo real e objetivo, realizando-se assim, na qualidade de uma relação espaço-temporal. Na prática sócio espacial, esse mundo se revela em suas contradições, em um movimento que aponta um processo em curso em que a ação dos sujeitos sociais, à medida que produzem sua existência, o fazem efetivamente produzindo um espaço, inscrevendo e realizando as relações sociais que os mantêm vivos em um lugar determinado através de um tempo que marca a duração da ação. É nesta medida que espaço e tempo aparecem através de ação humana em sua indissociabilidade.

O Cortiço é um romance naturalista, de Aluísio de Azevedo e publicado em 1890, uma obra que aborda os mais variados tipos de problemas sociais, mostrando as condições de vida dos moradores das estalagens carioca no final do século XIX e início do século XX, tais como o processo de urbanização acelerado tendo como consequência construções de novos espaços sociais, o mundo da prostituição, entre outras questões que permeiam a sociedade. Destaca Corrêa (2002) ao descrever que os grupos sociais excluídos têm como possibilidades de moradias os densamente ocupados cortiços localizados próximos ao centro da cidade.

O Cortiço: elementos para compreensão das questões urbanas

Compreendendo as referidas possibilidades para ampliação do entendimento das discussões no âmbito da Geografia, sobressaiu-se a análise da obra *O Cortiço*, que constitui importante exemplar das produções sob os preceitos do Naturalismo, exigindo assim a efetivação de compreensões associativas com a realidade prática, em uma leitura crítica.

Diante das transformações ocorridas nos séculos XIX e XX, para uma caracterização da urbanização brasileira, faz-se necessário enfatizar o surgimento das primeiras cidades, como se comportavam os aglomerados urbanos, como o homem vivia antes da prática comercial, quais instrumentos de trabalho utilizava-se para a realização de atividades diárias, entre outros fatores que constituem esse processo.

Os ideais capitalistas sempre foram alvos de estudos de diversas áreas do conhecimento, onde o pensar e agir são os princípios responsáveis pela grande expansão do capital. As grandes navegações podem ser citadas como uma representação significativa do capitalismo, pois as inúmeras expansões tinham como objetivo a procura por novas riquezas e valores, fazendo do espaço seus mecanismos de atuação. De acordo com Cantani (1984) o capitalismo significa não apenas um sistema de produção de

mercadorias, como também um determinado sistema no qual a força de trabalho se transforma em mercadoria e se coloca no mercado como qualquer objeto de troca.

A análise do livro revela que o desenvolvimento das atividades, tem como cenário um cortiço que corresponde a uma forma de habitação coletiva, elemento que permite o desenvolvimento de análises que versam sobre a dinâmica do modo de vida existente nesse momento. Nesse contexto, recebe ênfase a ação dos agentes produtores do espaço, com foco na dinâmica habitacional, fato associável à assertiva de Santos (2008) para quem o espaço deve ser apreendido como dinâmico, acarretando modificações que obedecem ao conjunto de anseios dos agentes que estão intervindo na situação considerada.

Soma-se ainda as observações sobre a dinâmica de organização do espaço urbano nesse momento, e as associações com as realidades encontradas na atualidade quando pensados os usos diferenciados e muitas vezes contraditórios dos espaços. Analisando a produção do espaço, Corrêa (2012, p. 43) salienta que esse processo é “[...] consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade”. Logo, destaca-se que na discussão da (re)produção do espaço, ganha ênfase as contradições no atendimento do papel dos agentes produtores.

A cada processo de desenvolvimento é comum a observação das relações capitalistas, pois na medida que se cria novos valores, as relações vão sendo construídas e isto é possível identificar na obra *O Cortiço*, pois João Romão (personagem da obra) começou investindo em uma pedreira, depois um comércio, em seguida um cortiço. Tais mudanças foram eventos que se sustentaram aos outros fazendo daquele espaço um local de diversas atividades capitalistas.

Proprietário e estabelecido por sua conta, o rapaz atirou-se á labutação ainda com mais ardor, possuindo –se de tal delírio de enriquecer, que afrontava resignados as mais duras privações. Dormia sobre o balcão da própria venda, em cima de uma esteira, fazendo travesseiro de um saco de estopa cheio de palha. A comida arranjava-lha, mediante quatrocentos réis por dia, uma quitandeira sua vizinha, a Bertoleza, crioula trintona, escrava de um velho cego residente em juiz de fora e amigada com um português que tinha uma carroça de mão e fazia fretes na cidade (AZEVEDO, 2012, p, 11).

Em virtude das relações entre o homem e o meio social em que está inserido, fez surgir as ideias capitalista, uma relação que começou da troca de produtos até chegar os mais elevados padrões de sobrevivência. No decorrer da história o mundo capitalista passou por diversas etapas, entre elas poderíamos citar o capitalismo comercial, industrial, e financeiro, foram sistemas que nunca perderam seu foco principal; que é a acumulação de lucro e poder.

Criou armazéns para depósito, aboliu a quitanda e transferiu o dormitório, aproveitando o espaço para ampliar a venda, que dobrou de tamanho e ganhou mais duas portas. Já não era uma simples taverna, era um bazar em que se encontrava de tudo: objetos de armarinho, ferragens, porcelanas, utensílios de escritório, roupa de riscado para os trabalhadores, fazenda para roupa de mulher, chapéus de palha próprios para o serviço ao sol, perfumarias baratas, pentes de chifre, lenços com versos de amor, e anéis e brincos de metal ordinário (AZEVEDO,2012, p,24).

As transformações no espaço urbano de um processo contínuo que vai ganhando características a cada nova ocupação, no romance os indivíduos que habitavam aqueles locais eram sujeitos a interagir uns aos outros procurando sempre manter as boas relações embora aquele meio seria um espaço de “seleção” onde a luta pela sobrevivência sempre foi o foco de vida de todos.

Eram cinco horas da manhã e o cortiço acordava, abrindo, não os olhos, mas a sua infinidade de portas e janelas alinhadas. Um acordar alegre e farto de quem dormiu de uma assentada sete horas de chumbo. Como que se sentiam ainda na indolência da neblina as derradeiras notas da última guitarra da noite antecedente, dissolvendo-se à luz loira e tenra da aurora, que nem um suspiro de saudade perdido em terra alheia (AZEVEDO, 2012, p. 37).

Viver em sociedade é viver com indiferenças, pois sempre é possível encontrar de um lado uma população menos favorecidas, aquelas lutas diárias e constantes; do outro lado as classes consideradas favorecidas apresentam uma estrutura e um padrão de vida com maior tranquilidade e fortes vantagens e influências ao meio, assim era o cortiço, uma parte da população acomodava-se em casebres sobrepostos uns aos outros, famílias desempregadas, explorações sexuais entre outros elementos de interferências sociais. Assim do lado oposto encontrava-se a burguesia aos comandos do comerciante Miranda localizado no bairro Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro, um espaço com condições adequadas ao convívio social.

E durante dois anos o cortiço prosperou de dia para dia, ganhando forças, socando-se de gente. E ao lado o Miranda assustava-se, inquieto com aquela exuberância brutal de vida, aterrado defronte daquela floresta implacável que lhe crescia junto da casa, por debaixo das janelas, e cujas raízes, piores e mais grossas do que serpentes, minavam por toda parte, ameaçando rebentar o chão em torno dela, rachando o solo e abalando tudo (AZEVEDO, 2012, p. 26).

A descrição das práticas cotidianas no cortiço, demonstra que as relações estavam concentradas predominantemente na área central, característica verificada na disposição das residências de João Romão e Miranda que viviam em um palacete relembrando o poder da aristocracia. As observações permitem a construção do entendimento das afirmações de Carlos (2007) ao afirmar que a cidade se revela como concretude através dos usos que dão sentido à vida, denotando o conteúdo da prática sócio-espacial.

Por conseguinte, ao se pensar os usos, sobressai-se àquele realizado pela vida, uma vez que é através dele que se constroem os indicativos que atuam fornecendo sentido. Ainda conforme Carlos (2007), a cidade nos enfoques da produção demonstra a indissociabilidade entre espaço e sociedade, pois as relações sociais se materializam em concretude, uma vez que ao produzir os elementos que auxiliam a vida, a sociedade atua produzindo/reproduzindo o espaço, através da prática sócio-espacial.

Na obra *O Cortiço* é comum caracterizar os elementos consequentes do processo de urbanização, pois o meio proporciona a denominação dos personagens, podendo citar então João Romão, um português dono do cortiço, Bertoleza, escrava e amante de João Romão, Miranda, português burguês, Jerônimo, amigo e funcionário de João Romão, Rita Baiana, mulher sedutora, entre outros personagens que possuíam função essencial para explicar as questões sociais que vem sendo vivenciadas a longas décadas.

É notório que a urbanização alcança novo patamar, no ponto qualitativo e quantitativo. A partir do desenvolvimento urbano, seguida a revolução demográfica dos

anos 1950, obteve-se uma urbanização aglomerada, ocorrendo um aumento significativo da população que ultrapassou os 20.000 habitantes que por sua vez originou uma elevada concentração urbana, levando a multiplicação de cidades de variados tamanhos, possibilitando o estágio de metropolização, com o aumento do número de cidades e fortalecimento de poder aquisitivo (SANTOS, 1993).

De acordo com o autor supracitado, o crescente processo de urbanização é problema que desencadeia outros, pois tal processo faz surgir o aumento do desemprego, emprego mal pago, presença de criminalidade nas médias e pequenas cidades. Assim, no que se refere as necessidades da sociedade, as mesmas encontram-se relacionadas com a capacidade do meio de produção, onde a relação estabelecida entre o homem e o meio é mensurada pelo processo de trabalho, pois é a sociedade que produz o espaço no momento em que produz sua existência (CARLOS, 2012). Assim essas relações eram executadas ao modo de vida que João Romão submetia toda aquela população que disputavam o mesmo espaço.

Quadro 01 - Representação da obra *O Cortiço*



Fonte dos dados: AZEVEDO, 1987. Elaboração: AZEVEDO E SANTOS, 2017.

Piccini (2004) define “cortiço” como sendo um tipo de moradia popular paralelas as vilas operárias, apresenta-se em série e formatos iguais, construídas pelas indústrias onde estão relacionadas com o processo de industrialização. A obra tem como referência inicial a ascensão social do comerciante português João Romão, um articulador social, dono de uma pedreira, comércio, e um cortiço, um local que se tornou polo de moradias, onde populações viviam em condições de extrema pobreza, desigualdade social e violência, um espaço que atrai pessoas mesmo com essas precárias condições, sendo este um meio de inúmeras formas de negociações, tendo a princípio a mão de obra barata, em virtude das necessidades sociais.

Proprietário e estabelecido por sua conta, o rapaz atirou-se a labutação ainda com mais ardor, possuindo-se de tal delírio de enriquecer, que afrontava resignado as mais duras privações. Dormia sobre o balcão da própria venda, em cima de uma esteira, fazendo travesseiro de um saco de estopa cheio de

palha. A comida arranjava-lha, mediante quatrocentos réis por dia, uma quitandeira sua vizinha, a Bertoleza, crioula trintona, escrava de um velho cego residente em juiz de fora e amigada com um português que tinha uma carroça de mão e fazia fretes na cidade (AZEVEDO, 1987, p 11).

Em meio aquele cortiço viviam as lavadeiras que diariamente executavam essas atividades para o sustento de suas famílias, os pedreiros que era uma mão de obra importante em um período que cada vez mais se construíam, as prostitutas que praticava o sexualismo de forma comercial, uma ação que tinha demanda em um meio cheio de negociações; são estilos de vida que ganhavam características diversificadas de acordo com a necessidade de cada indivíduo que habitava estes meios.

O espaço de uma grande cidade capitalista constitui-se em um primeiro momento de sua apreensão, no conjunto de diferentes usos da terra justapostas entre si. Tais usos definem áreas como o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviços e de gestão, áreas industriais, áreas residenciais distintas em termos de forma e conteúdo social, de lazer e entre outras, aquelas de reserva para futura expansão. Este complexo conjunto de usos da terra é, em realidade, a organização espacial da cidade ou simplesmente o espaço urbano, que aparece assim como espaço fragmentado (CORREA, 2002, p, 7).

No cortiço a vida é simples e dura, grande parte da trama retrata a vida de seus moradores e envolvidos, sendo esta uma realidade da sociedade antiga até os dias atuais, uma obra atemporal que ganha destaque em várias etapas já vividas. No entanto o homem modifica sua forma de pensar o espaço urbano, pode-se somar a ideia de economia e sociedade, juntos são capazes de alterar o meio, fazendo dele local de disputas aos costumes e interesses particulares de cada povo.

Daí a pouco, em volta das bicas, era um zum-zum crescente; uma aglomeração tumultuosa de machos e fêmeas. Uns, após outros, lavavam a cara, incomodante, debaixo do fio d'água que escorria da altura de uns cinco palmos. O chão inundava-se. As mulheres precisavam já prender as saias entre a coxas para não as molhar: via-se-lhes a tostada nudez dos braços e do pescoço, que elas despiam, suspendendo o cabelo todo para o alto do casco; os homens, esses não se preocupavam em não molhar o pelo, ao contrário metiam a cabeça bem debaixo da água e esfregavam com forças as ventas e as barbas, fossando e fungando contra as palmas das mãos. As portas das latrinas não descansavam, era um abrir e fechar de cada instante, um entrar e sair sem tréguas. Não demoravam lá e vinham ainda amarrando as calças ou as saias; as crianças não se davam ao trabalho de lá ir, despachavam-se ali mesmo, no capinzal dos fundos, por detrás da estalagem ou no recanto das hortas (AZEVEDO, 2012, p, 38).

Ademais considerando a dinâmica que compõem a produção de habitação, com ênfase nos recortes espaciais que integram a cidade e a dinâmica da vida urbana, constata-se a possibilidade de efetivação de descrições e abordagens críticas dos processos que levam a constituição da área central, na medida em que número considerável dos cortiços na atualidade ocupam essa parcela da cidade mesmo com as buscas constantes de Renovação Urbana.

Entretanto, a rua lá fora povoava-se de um modo admirável. Construíam-se mal, porém muito; surgiam chalés e casinhas da noite para o dia; subiam os

alugueis; as propriedades dobravam de valor. Montara-se uma fábrica de massas italianas e outras de velas, e os trabalhadores passavam de manhã e às ave-marias, e a maior parte deles ia comer à casa de pasto que João Romão arranjava aos fundos da sua venda (AZEVEDO, 2012, p. 23).

O processo de formação das cidades em seu amplo conceito, obteve-se como base os aglomerados de pequenas aldeias, que juntas foram se unindo em decorrências dos meios de produção, tendo como ênfase a prática da agricultura que na época era o principal meio de subsistência das populações. Assim com o tempo o uso de novas técnicas, vai proporcionando ao homem uma certa autonomia para a criação de mecanismos e estilos de produções, fazendo dos meios de produção oportunidades para ampliação da dinâmica capitalista.

No caminho percorrido pelo “fenômeno urbano” (numa palavra: o urbano) coloquemos algumas balizas. No início, o que há? Populações destacadas pela etnologia, pela antropologia. Em torno desse zero inicial, os primeiros grupos humanos (coletores, pescadores, caçadores, talvez pastores) marcaram e nomearam o espaço; eles o exploraram balizando-o. Indicaram os lugares nomeados, as topias fundamentais. Topologia e grade espacial que, mais tarde, os camponeses, sedentarizados, aperfeiçoaram e precisaram sem perturbar sua trama. O que importa é saber que em muitos lugares no mundo, e sem dúvidas em todos os lugares onde a história aparece, a cidade acompanhou ou seguiu de perto a aldeia. A representação segundo a qual o campo cultivado, a aldeia e a civilização camponesa, teriam lentamente secretado a realidade urbana, corresponde a uma ideologia (LIFEBYRE, 1999, p 21).

Assim o processo de revolução urbana ganha destaque em toda trajetória social, é um percurso realizado pelo homem que a cada necessidade vai ganhando novas roupagens e estilos, são elementos que utilizam o espaço como ferramenta principal para aplicação de ideias e princípios.

Aqui, ali, por toda parte, encontravam-se trabalhadores, uns ao sol, outros debaixo de pequenas barracas feitas de lona ou de folhas de palmeira. De um lado cunhavam pedra cantando; de outro a quebravam a picareta; de outro afeiçãoavam lajedos a ponta de picão; mais adiante faziam paralelepípedos a escopro e macete. E todo aquele retintim de ferramentas, e o martelar da forja, e o coro dos que lá em cima brocavam a rocha para lançar-lhe fogo, e a surda zoadá ao longe, que vinha do cortiço, como de uma aldeia alarmada; tudo dava a ideia de uma atividade feroz, de uma luta de vingança e de ódio. Aqueles homens gotejantes de suor, bêbados de calor, desvairado de isolamento, a quebrarem, a espicaçarem, a torturarem a pedra, pareciam um punhado de demônios revoltados na sua importância contra o impassível gigante que os contemplava com desprezo, imperturbável a todos os golpes e a todos os tiros que lhe desfechavam no dorso, deixando sem um gemido que lhe abrissem as estranhas de granito (AZEVEDO, 2012, p. 54).

Os meios de produções são elementos que desencadeiam a diversidade das aplicações junto aos trabalhos executados em períodos que caracterizam a necessidade de ser estabelecida no seio social, onde a obtenção de lucro e a sobrevivência era a base para todas as atividades.

O entendimento das preocupações João Romão em torno da possibilidade de expansão do cortiço, revela subsídios que fundamentaram na prática a consecução de intervenções urbanas orientadas para a promoção de Renovação, caracterizadas,

conforme Simões Jr. (1994, p.16) “[...] pela filosofia do arrasa quarteirão, numa tentativa de “sanear” o espaço coletivo, eliminando áreas encortiçadas e insalubres, criando novos polos comerciais e de serviços [...]”.

Assim o espaço urbano tornava-se dinamizado na medida que eram atribuídos conceitos e valores, baseados nos interesses de toda população que faziam daquelas áreas quarteirões de novas histórias.

Considerações Finais

Diante das discussões ensejadas, verifica-se que o desenvolvimento de análises que congregam os conhecimentos produzidos em ramos distintos do conhecimento, auxilia a ampliação das perspectivas de entendimento das dinâmicas abordadas. Com a Literatura podemos analisar e compreender o espaço geográfico e suas categorias, assim, o espaço urbano retratado nos livros literários, em seus conteúdos, não traz apenas um perfil de subjetividade.

A descrição da sociedade torna-se um fenômeno de inúmeras definições, onde a cada instância novos conceitos de hipóteses são elevados, e, nessa abordagem e relacionando às questões espaciais, Aluísio de Azevedo em sua obra *O Cortiço* faz do meio urbano um ponto de estratégia para discussões nas temáticas do mundo geográfico, com vista a mostrar a sociedade suas constantes lutas em busca de uma agregação no espaço.

Dessa forma, verificou-se que o romance descreve contextos que permitem a identificação das questões urbanas vivenciadas em um dado período, mas que perpassa recortes temporais previamente estabelecidos, de modo que favorecem a leitura de processos que se efetivam na atualidade, auxiliando, assim a promoção de releituras do urbano, a partir de perspectivas com objetivos específicos, mas complementares.

Para entender a dinâmica espacial no cortiço, e o processo que levaram aquela população a ocupar essas áreas de urbanização das cidades a partir das moradias e construções das vilas, faz-se necessário compreender os motivos que desencadearam tais processos, assim poderíamos citar aspectos relacionados a qualidade de vida e desigualdades sociais que serviram de base para o desenvolvimento dos cortiços nas grandes cidades, uma prática que reflete a realidade da população brasileira, onde os fenômenos antes existentes só ganharam novas formas mais o sentido e processo permanecem os mesmos. E isto foi observado com clareza no romance *O Cortiço*.

REFERÊNCIAS

AMARAL, J. J. F. COMO FAZER UMA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA. UFC 2007

AMARAL, J.J.F. COMO FAZER UMA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA.UFC.2007

AZEVEDO, A. T. G. **O Cortiço**. Porto Alegre: L&PM, 2012.

AZEVEDO, E. B. **Patrimônio Industrial no Brasil**, usjt-arq.urb-n.3. Primeiro Semestre de 2010

CANTANI, A.M. **O que é Capitalismo**. São Paulo: Abril Cultural e Brasiliense, 1984.

CARLOS, A. F. A. **O Espaço Urbano**: Novos escritos sobre a cidade. São Paulo: FFLCH, 2007.

CARLOS, A.F.A. SOUZA, M. L. SPÓSIO, M. E.B. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. Contexto: São Paulo, 2012. p. 53-74.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Palas Athena, 2002.

CARLOS, A.F.A. SOUZA, M. L. SPÓSIO, M. E.B. Sobre Agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. Contexto: São Paulo, 2012. p. 41-52.

FERNANDES, M. A. **A Relação Cidade - Campo no Romance o Moleque Ricardo de José Lins do Rego**. Tese de Mestrado em Geografia. UFPB, João Pessoa, 2012.

LIFEBYRE, H. A Revolução Urbana. Belo Horizonte. Ed. UFMAG. 1999

MARANDOLA, J. E. OLIVEIRA, L. Geograficidade e espacialidade na literatura. **Geografia**, Rio Claro, v.34, n.3, p.487-508, set./dez. 2009.

MONTEIRO, C. A.F. **O mapa e a trama**: ensaios sobre o conteúdo geográficos em criações romanescas. Florianópolis: UFSC, 2002.

OLANDA, D.A.M. ALMEIDA, M.G. A geografia e a literatura: uma reflexão. **Geosul**, Florianópolis, v. 23, n.46, p 7-32, jul./dez. 2008.

PICCINI, A. **Cortiços na cidade**: Conceitos e preconceitos na reestruturação do espaço urbano de São Paulo. 2ª ed. São Paulo. Annablume 2004.

SANTOS, V.A. Uma leitura econômica de O cortiço, de Aluísio Azevedo. **Revista ieb**. n54 2012 set./mar. p. 53-66.

SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo, 1993.

_____. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 6 ed. 1 reimpressão. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnicas e Tempo, Razão e Emoção**- 4. Ed. 8. Reimpr.- São Paulo: Editora da Universidade de São de Paulo, 2014.

SIMÕES JR., JOSÉ, G. **Revitalização de Centros Urbanos**. São Paulo: Pólis, 1994. (Publicações Pólis, nº 19).

REGIÃO METROPOLITANA DE CAJAZEIRAS – PB: UM OLHAR GEOGRÁFICO SOBRE A REALIDADE SOCIOESPACIAL

Rodolfo Noberto de Macedo
rodolfonoberto49@gmail.com
Universidade Federal de Campina Grande-UFCG

Santiago Andrade Vasconcelos
santiagovasconcelos@yahoo.com.br
Universidade Federal de Campina Grande-UFCG

Resumo

O fato metropolitano passa a ser reconhecido oficialmente no Brasil no início dos anos de 1970. No estado da Paraíba as regiões metropolitanas deram início a partir de 2003, foram instituídas 12 regiões metropolitanas, contudo, muitas delas são questionadas enquanto fenômenos realmente metropolitanos. Objetiva-se entender a realidade político-institucional, as características socioespaciais e o que tem de qualitativo metropolitano na Região Metropolitana de Cajazeiras, no Estado da Paraíba. Para alcançar os objetivos, além de empreender pesquisas bibliográficas, optou-se, principalmente, por analisar a dinâmica populacional e as ligações existentes entre municípios advindas de demandas para compras, lazer, estudo e saúde, bem como por verificar os movimentos pendulares para trabalho e estudo fora do município de origem.

Palavras-chave: Geografia Urbana; Qualitativo Metropolitano; Movimento Pendular.

METROPOLITAN REGION OF CAJAZEIRAS-PB: A GEOGRAPHICAL VIEW ON SOCIOSPATIAL REALITY

Abstract

The metropolitan fact was officially recognized in Brazil in the early 1970s. In the state of Paraíba metropolitan regions began in 2003, 12 metropolitan regions were instituted, however, many of them are questioned as truly metropolitan phenomenon. The aim is to understand the political-institutional reality, the socio-spatial characteristics and what has of metropolitan's qualitative in the Metropolitan Region of Cajazeiras, in the State of Paraíba. In order to reach the objectives, in addition to undertaking bibliographical research, we opted mainly for analyzing the population dynamics and the existing links between municipalities arising from demands for shopping, leisure, study and health, as well as to verify pendular movements for work and study outside the municipality of origin.

Keywords: Urban Geography; metropolitan's qualitative; pendular movements

Introdução

O processo de urbanização no Brasil registrou um crescimento acelerado a partir da segunda metade do século XX, aumentando consideravelmente o quantitativo populacional, o número e o tamanho dos espaços urbanos.

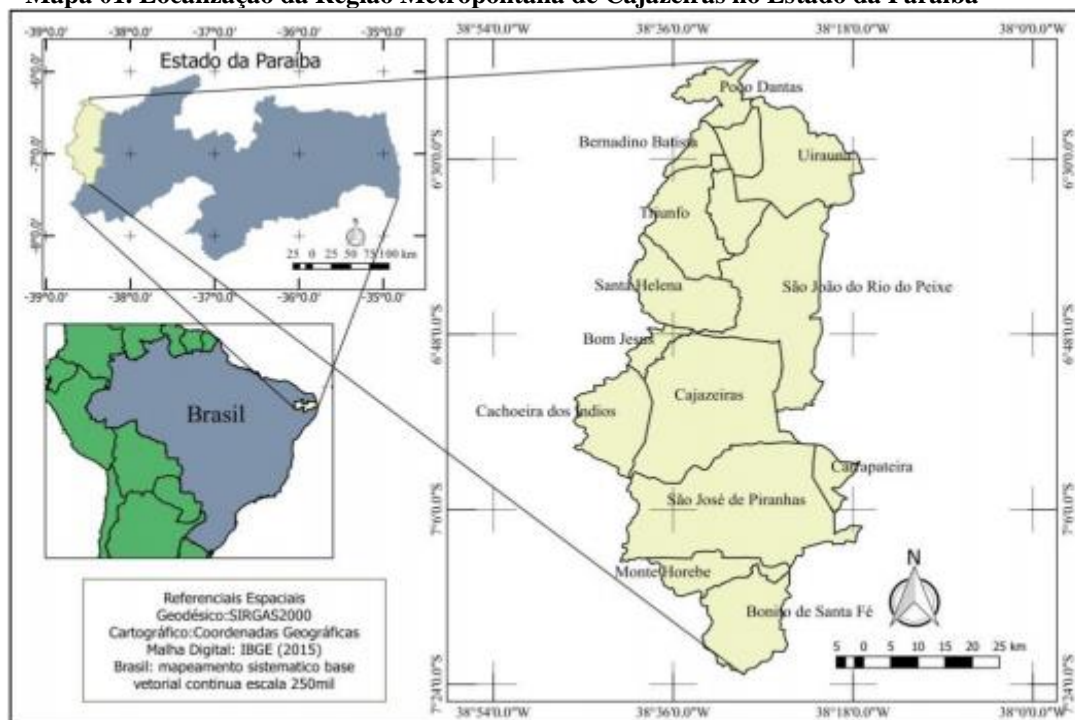
Como realidade socioespacial de adensamento e da complexidade do fenômeno urbano, surgem as metrópoles e suas regiões metropolitanas (RMs). Complementando a trama, tem-se uma variedade enorme de situações urbanas formadas por cidades não

metropolitanas de diferentes tamanhos, feições, funções, papéis, significados etc., constituindo o todo do arcabouço do fenômeno urbano no país, mas com particularidades socioespaciais das mais distintas.

A criação e o reconhecimento legal das RMs no Brasil surgiram na década de 1970, com a institucionalização de nove delas: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Curitiba, São Paulo e Porto Alegre. Este quadro de regiões metropolitanas permaneceu o mesmo até a promulgação da Constituição de 1988, quando a responsabilidade de criação de RMs passou a ser dos estados federados, e não mais da União.

Atualmente, a Paraíba já conta com doze RMs, entre elas, foi criada, em 2012, a “Região Metropolitana de Cajazeiras”, localizada no Alto Sertão Paraibano, formada pelos seguintes municípios: Cajazeiras, Bernardino Batista, Bom Jesus, Bonito de Santa Fé, Cachoeira dos Índios, Carrapateira, Joca Claudino, Monte Horebe, Poço Dantas, Poço José de Moura, Santa Helena, São João do Rio do Peixe, São José de Piranhas, Triunfo e Uiraúna (Ver Mapa 01).

Mapa 01. Localização da Região Metropolitana de Cajazeiras no Estado da Paraíba



Fonte: Lauter (2016).

Portanto, optou-se aqui por analisar a criação dessa região, indagando o que ela tem de metrópole enquanto realidade socioespacial. Em outras palavras: existe uma realidade socioespacial que justifique a criação dessa RM? Em síntese, a RM de Cajazeiras apresenta qualitativo socioespacial metropolitano? Essas são algumas perguntas básicas que procurou-se responder e melhor entender essa temática e realidade que vem sendo estudada e debatida em outros lugares do Brasil.

Procedimentos Metodológicos

O caminho metodológico percorrido inclui pesquisas bibliográficas e normativas, seguido de levantamento de dados secundários em órgãos oficiais. Os principais dados trabalhados foram colhidos nos bancos de dados do estudo Regiões de Influência das Cidades 2007, conhecido como Regic 2007 (IBGE, 2008), e nos microdados do Censo Demográfico 2010, ambos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012).

Para melhor compreender as relações internas da RM de Cajazeiras, analisou-se os dados do Regic 2007 por eles permitirem compreender a rede urbana, suas hierarquias e traçar regiões de influência das cidades.

Embora se tenha considerado o estudo como um todo, na presente pesquisa focou-se mais detalhadamente sobre dados referentes às ligações entre as cidades que formam a RM de Cajazeiras, considerando os deslocamentos para as seguintes variáveis: (1) cursar o ensino superior; (2) comprar roupas, calçados, eletrodomésticos, eletroeletrônicos, computadores, móveis em geral, ou frequentar shopping centers, hipermercados e assemelhados; (3) buscar serviços de saúde (consultas médicas, odontológicas, exames ou internações); e (4) para atividades de lazer (cinema, teatro, *shows*, jogos e demais eventos artísticos ou esportivos).

No questionário do Regic 2007 sobre essas variáveis, era possíveis listar até quatro destinos, ordenados segundo a intensidade da ligação, ou seja, os destinos por prioridade de primeira a quarta ordem (IBGE, 2008).

Vale esclarecer que para o presente estudo, considerou-se apenas as ligações de primeira ordem. Quanto aos microdados do Censo Demográfico 2010, trabalhou-se com as variáveis de movimentos pendulares para trabalho principal e estudo em outro município que não o de residência.

As informações foram tratadas de forma que os dados inconsistentes pudessem ser identificados e desconsiderados, numa tentativa de melhor se aproximar da realidade. Todos os dados foram organizados e sistematizados em tabelas e gráficos para melhor facilitar a interpretação dos mesmos. Para compreender a dimensão institucional, buscou-se contato junto às prefeituras para conhecer melhor o funcionamento e gestão da RM de Cajazeiras.

A estrutura do artigo ficou organizada considerando, primeiro, a necessidade de buscar uma definição para RM. Num segundo momento, trata-se especificamente do caso da RM de Cajazeiras, e, finalmente, termina com as considerações finais.

Região Metropolitana: Em Busca de uma Definição

No conjunto da urbanização do Brasil, as RMs foram reconhecidas no início da década de 1970, quando a União, por meio de Lei Federal, cria oficialmente nove delas: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Curitiba, São Paulo e Porto Alegre. O principal objetivo era “tornar mais racional, sob o ângulo econômico, a prestação dos chamados serviços de interesse comum” (SOUZA, 2007, p. 35, *itálico no original*), isto é, serviços que interessam aos municípios integrados à metrópole (a cidade “mãe” ou *core* da região), tais como: a coleta de lixo, abastecimento e tratamento de água e esgoto, serviços de saúde e educação, proteção ambiental, transporte público, entre outros.

Com a nova Constituição Federal de 1988 (artigo 25), o poder de criar RMs passou aos Estados federados, onde “criou-se, assim, a possibilidade de distorções e grandes diferenças, quantitativa e qualitativamente, entre regiões, havendo casos de não atendimento aos principais conceitos definidores do que seja Região Metropolitana” (FREITAS, 2009, p. 48). Ocorre que a nova Constituição Federal não estabeleceu critérios para determinar o que seria uma RM, o que poderia ser resolvido nas Constituições dos Estados Federados. No caso da Paraíba, a sua Constituição Estadual, em seu artigo 24, diz que o Estado, mediante lei complementar pode instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamento de municípios limítrofes (PARAÍBA, 2009, p. 29). Contudo, a Carta Constitucional Paraibana praticamente reproduz a Constituição Federal, sem estabelecer definições ou critérios que possibilitem deixar claro o que é uma RM.

Devido à falta de definição e de critérios, várias RMs foram criadas sem apresentar parâmetros conceituais ou técnico-científicos mínimos. Para complicar ainda mais a questão, Firkowski (2011, p. 5) acrescenta que;

Isso se soma ao fato de que a definição das Aglomerações Urbanas, também prevista na Constituição Federal, teve quase nula repercussão na política urbana nacional. Desse modo, muitas realidades passíveis de definição como Aglomerações Urbanas foram criadas como Regiões Metropolitanas.

A maioria dos Estados Federados deixa um grande “vácuo” em relação aos critérios e definições do que é uma RM, uma aglomeração urbana e uma microrregião. Com a lacuna normativa e a criação institucional de várias RMs em muitos Estados, alguns autores da academia e de órgãos técnicos travaram vários debates em busca de procurar estabelecer critérios e definições, com o intuito de tentar clarificar o que seria uma RM do ponto de vista da realidade socioespacial.

De Ambrosis (2001, p. 164) ao reconhecer que “a Constituição não definiu nem aprofundou esses conceitos”, apresenta sua contribuição “mediante uma abordagem de caráter regional”. Conforme entende o autor mencionado:

Microrregião seria onde identificamos um território compreendendo vários municípios, com características peculiares de homogeneidade quanto à polarização, necessidades, potencialidades, etc., que os diferenciam do território circundante. Pressupõe uma realidade social e econômica que pode envolver funções públicas de interesse comum a municípios limítrofes.

Região Metropolitana pressupõe uma realidade social e econômica cujo centro dinâmico é a metrópole, polo de atração (e/ou de dominação) de um grande espaço de produção e consumo, e cuja manifestação é a intensa urbanização que dá origem a múltiplas funções de interesse comum aos municípios limítrofes que a contêm. DE AMBROSIS, 2001, p. 164-165, grifo nosso.

Essa discussão de microrregião e RM é trabalhada por vários autores ou instituições que lidam com a questão das RMs, entre as quais, a EMPLASA (2011, p. 145-146). Para essa instituição, a

Microrregião – [é] caracterizada por agrupamento de municípios limítrofes, com a possibilidade de integração funcional de naturezas físico-

territorial, econômico-social ou administrativa (consórcios intermunicipais e regionalizações setoriais relevantes), admitindo-se planejamento integrado para funções de interesse comum.

Região Metropolitana – Pressupõe a existência de uma metrópole, com alto grau de diversidade econômica e alta especialização em atividades urbanas, com posição nítida de liderança do polo sobre a área de influência e sobre outras áreas do próprio Estado e do país. Pressupõe também a conurbação, dada por adensamento da ocupação urbana, alta concentração populacional, elevado grau de urbanização e de densidade demográfica, resultando em espaços contíguos de interesse comum, exigindo planejamento integrado para funções de interesse comum e arranjos institucionais para administração de questões de interesse comum.

É possível identificar algumas semelhanças entre a definição de microrregião e RM, o que distingue uma da outra é o grau de intensidade da urbanização e de relações, configurando um espaço contíguo de interesses comuns e comandado por uma metrópole. Assim, infere-se que é possível um arranjo espacial microrregional se transformar por meio de processos intensos de urbanização em uma RM.

Do ponto de vista legal, somente recentemente é que surge uma Lei Federal que procura definir e estabelecer critérios mínimos para a institucionalização de RMs. Trata-se do “Estatuto da Metrópole” (Lei Federal nº 13.089), sancionado em 12 de janeiro de 2015, alterando a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto das Cidades), ou seja:

Esta Lei, denominada Estatuto da Metrópole, estabelece diretrizes gerais para o planejamento, a gestão e a execução das funções públicas de interesse comum em regiões metropolitanas e em aglomerações urbanas instituídas pelos Estados, normas gerais sobre o plano de desenvolvimento urbano integrado e outros instrumentos de governança interfederativa, e critérios para o apoio da União a ações que envolvam governança interfederativa no campo do desenvolvimento urbano, com base nos incisos XX do art. 21, IX do art. 23 e I do art. 24, no § 3º do art. 25 e no art. 182 da Constituição Federal (BRASIL, 2015).

O Estatuto da Metrópole procura estabelecer e definir critérios e conceitos mais bem elaborados se comparado com as leis anteriores. De acordo com a nova Lei, para a criação de novas RMs e aglomerados urbanos, faz-se necessário observar o seu Art. 2º, o qual elucida que

I – aglomeração urbana: unidade territorial urbana constituída pelo agrupamento de 2 (dois) ou mais Municípios limítrofes, caracterizada por complementaridade funcional e integração das dinâmicas geográficas, ambientais, políticas e socioeconômicas;

II – metrópole: espaço urbano com continuidade territorial que, em razão de sua população e relevância política e socioeconômica, tem influência nacional ou sobre uma região que configure, no mínimo, a área de influência de uma capital regional, conforme os critérios adotados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE;

III – região metropolitana: aglomeração urbana que configure uma metrópole (BRASIL, 2015).

Assim, conforme se pode inferir do Estatuto da Metrópole, uma RM   um espaço urbano com continuidade territorial formado por dois ou mais municípios lim trophes, caracterizada internamente por complementaridade funcional e integra o das dinâmicas geográficas, ambientais, políticas e socioeconômicas, tendo a “cidade mãe” influência nacional ou sobre uma região que configure na hierarquia urbana a categoria de capital regional.

O Estatuto da Metrópole traz alguns avanços na legisla o, já que aborda defini es e critérios mínimos, não deixando o processo de cria o de RMs por parte dos Estados da Federa o sem qualquer balizamento legal mais acurado, evitando, assim, a institucionaliza o de RMs com características socioespaciais questionáveis.

A Região Metropolitana de Cajazeiras

A RM de Cajazeiras foi criada no ano de 2012, a partir da proposi ura do deputado estadual José Aldemir Meirelles de Almeida (PEN). Segundo o próprio deputado, em sua justificativa no projeto de Lei Complementar N  107, de 8 de junho de 2012 “o objetivo principal dessa nossa nova iniciativa visa tão somente, racionalizar as a es comuns aos municípios envolvidos, nas áreas de saneamento básico, serviço e, principalmente, na saúde, segurança e educa o, entre outros” (PARAÍBA, 2011).

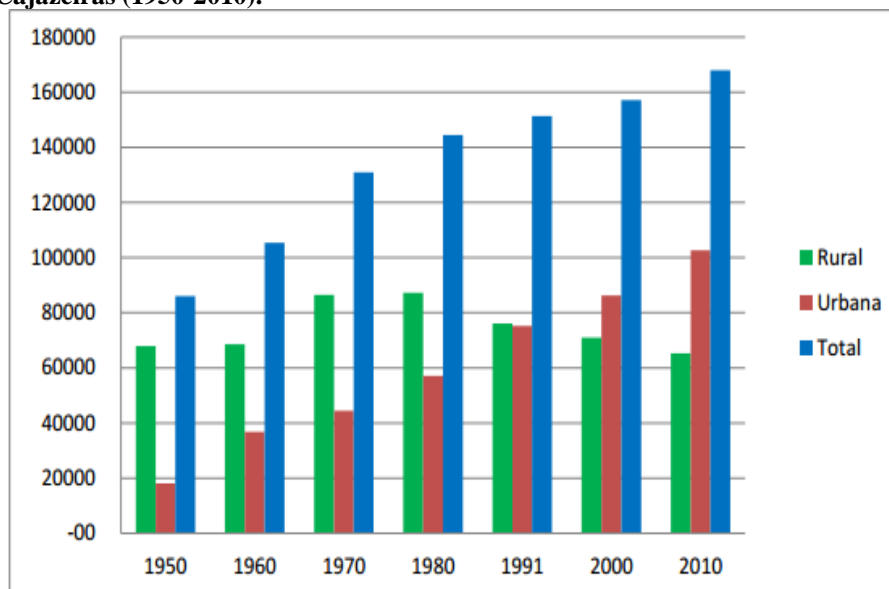
A RM de Cajazeiras foi criada no extremo oeste do estado da Paraíba, na mesorregião do Sertão Paraibano. Em 2010 sua popula o totalizou 167.971 habitantes, destes, 102.645 encontravam-se na zona urbana, e 65.326 residindo na zona rural. Já Cajazeiras, considerada a “cidade mãe” da sua RM, tem uma popula o total de 58.448 habitantes, sendo que destes, 10.945 residiam na zona rural, enquanto 47.501 residiam na zona urbana. O município de Cajazeiras representa quase 35% da popula o da RM e pouco mais de 46% da popula o urbana regional. Vale ressaltar que os dados demográficos são uma das dimensões importantes nos estudos de RMs, mas, como destaca Firkowski (2011, p. 05), esses dados são insuficientes para qualificar o fato metropolitano.

Para melhor entender algumas das características da RM de Cajazeiras, vale observar os dados do Gráfico 01, que trata da evolu o da popula o rural, urbana e total da RM, compreendendo uma série temporal que abrange de 1950 a 2010. Pelo gráfico, pode-se perceber que a popula o rural prevaleceu maior que a urbana até a década de 1990, quando, a partir da , a popula o urbana passa a ser maioria e continua crescendo em detrimento da rural. Para efeitos comparativos, registra-se que no Brasil a transi o de maioria de popula o urbana sobre a rural ocorreu na década de 1970, enquanto que a da RM de Cajazeiras são veio ocorrer no transcurso da década de 1990, apresentando defasagem, que pode ser compreensível, uma vez que a RM se encontra numa região tida como periférica em rela o   economia nacional e ao processo de moderniza o territorial. Mas, mesmo que defasadamente, hoje, a RM conta com mais de 61% de popula o urbana, num indicativo de que vem acompanhamento   tendência de urbaniza o e moderniza o do território brasileiro, característica marcante que se intensifica a partir da década de 1970, tendo como vetor principal o alargamento do consumo, que foi facilitado pelo espraiamento dos sistemas de engenharia, o qual permitiu a produ o, a circula o e a distribui o operarem na escala nacional.

Os meios de transporte e o espraiamento atual de sistemas de engenharia no território nacional permitem fluxos materiais e imateriais em maior quantidade e velocidade, intensificando, dessa maneira as rela es entre lugares, dotando os territórios de novos conteúdos ligados principalmente ao urbano.   assim que os lugares tidos como

rincões territoriais ou localizações recônditas passam a participar mais efetivamente e com menor defasagem temporal do mesmo movimento da formação socioespacial brasileira e mesmo do mundo, possibilitando mesclar realidades e garantir uma nova dimensão ao fato urbano, notadamente, comandado pelo processo de metropolização.

Gráfico 01. População Total, Urbana e Rural da Região Metropolitana de Cajazeiras (1950-2010).

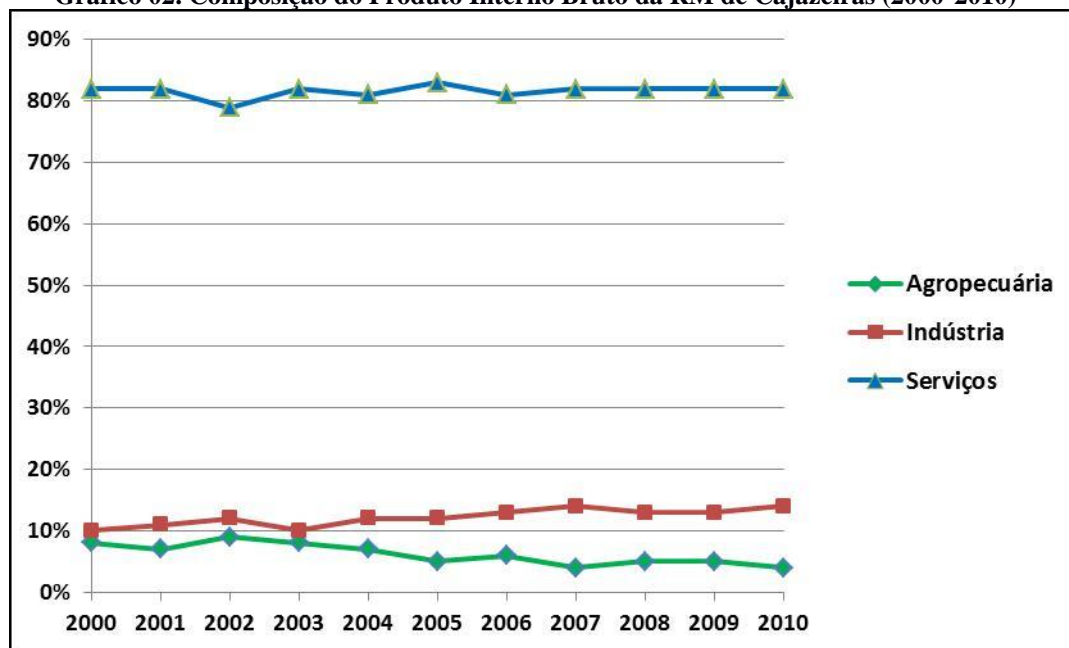


Fonte: IPEADATA (2015)

A metropolização atual não exclui, ela assume papéis em uma escala ampliada, mesmo que muitas vezes ela sufoque algumas das funções das cidades que estão abaixo de sua hierarquia, num movimento de redefinição de funcionalidades. É nesse novo contexto socioespacial que se busca entender a RM de Cajazeiras, não só questionando sua validade perante os critérios da nova Lei (Estatuto da Metrópole), mas quanto   coerência interna no que diz respeito   integra o,   funcionalidade e aos papéis entre as cidades que a compõe.

Visando compreender alguns aspectos da dinâmica interna da RM de Cajazeiras, percebe-se que, ao observar os dados referentes   composi o do Produto Interno Bruto Municipal (PIB-M), sua economia concentra-se, majoritariamente, no setor de serviços. Ou seja, na média da última década, mais de 80% do PIB-M são do setor de serviços, já a indústria apresenta leves varia es, mas com pouca participa o, enquanto a agropecuária tem mostrado tendência declinante (ver Gráfico 02).

Para ter referência comparativa, a Tabela 01 mostra o percentual de participa o dos setores da economia no PIB-M para o ano de 2010, considerando as m dias do Brasil, do Estado da Paraíba e da RM de Cajazeiras. Na tabela 01, percebe-se que a RM em estudo apresenta um percentual de participa o do setor de serviços acima de todos os outros níveis (estadual e nacional), enquanto a participa o da indústria e da agropecuária   inferior aos outros níveis.

Gráfico 02. Composição do Produto Interno Bruto da RM de Cajazeiras (2000-2010)*

Fonte: IPEADATA (2015).

* Valor adicionado, preços básicos

Ao observar com mais detalhes a composição do PIB-M, constata-se a fragilidade econômica regional ao saber que a administração pública (setor de administração, saúde e educação pública e seguridade social) representa mais de 40% do PIB-M total e mais de 56% do setor de serviços (ver Tabela 02). Como já apresentado, o setor de serviços tem um grande peso na economia da RM de Cajazeiras, entretanto, mais da metade da composição do PIB-M serviços advém da administração pública, o que pode indicar uma fragilidade econômica do segmento privado, distinguindo a região das médias da Paraíba e, mais ainda, do Brasil. No interior da RM de Cajazeiras - cidade mãe -, o peso da administração pública é menor, representando 27,44 do PIB-M. De todos os outros municípios da RM, apenas São José de Piranhas (49,61%) e Uiraúna (48,83%) têm participação da administração pública no PIB, sensivelmente abaixo de 50%.

Tabela 01. Percentual da Participação dos Setores da Economia no PIB, 2010

	% Serviços	% Indústria	% Imposto	% Agropecuária
Brasil	57,03	24,03	14,40	4,54
Paraíba	65,47	20,14	10,60	3,79
RM de Cajazeiras	75,37	12,74	8,28	3,61

Fonte: IBGE (2015)

Para ter melhor clareza do nível de dependência da economia local em relação à administração pública, basta verificar que o setor de serviços é o forte da economia regional em termos de participação na composição do PIB-M total, e que, exceto Cajazeiras, todos os demais municípios têm uma dependência da administração pública acima de 60% do setor serviços, chegando a atingir mais de 80% em Joca Claudino (82,31%) e Poço Dantas (83,56%). Pelo exposto nos dados, pode-se dizer que existe pouca dinâmica econômica nos municípios da RM de Cajazeiras, registrando-se apenas

o caso de Cajazeiras, em que a participação da administração pública no PIB-M e no setor de serviços é menor que a média paraibana, contudo, acima da média nacional. No ano de 2010, Cajazeiras, “cidade mãe” da RM, concentrou 45% do PIB-M regional, o que explicita seu peso na economia.

Tabela 02. Participação Percentual da Administração Pública no PIB Total e no Setor de Serviços, 2010

	% em relação ao PIB (*)	% em relação ao VAB (**) dos Serviços
Brasil	13,87	24,31
Paraíba	29,86	45,61
RM de Cajazeiras	42,28	56,09
Bernardino Batista	66,02	79,97
Bom Jesus	63,36	77,83
Bonito de Santa de Fé	58,79	77,25
Cachoeira dos Índios	51,73	64,75
Cajazeiras	27,44	38,34
Carrapateira	66,58	79,86
Monte Horebe	62,81	76,82
Poço Dantas	71,34	83,56
Poço de José de Moura	63,94	79,64
Santa Helena	59,23	76,59
Joca Claudino	68,08	82,31
São João do Rio do Peixe	53,95	69,55
São José de Piranhas	49,61	66,29
Triunfo	58,45	74,34
Uiraúna	48,83	61,81

Fonte: IBGE (2015).

(*) Produto Interno Bruto Municipal, valor adicionado – preços básicos

(**) Valor adicionado bruto.

Visando compreender as interações espaciais internas, a RM de Cajazeiras e seu papel polarizador, uma das estratégias utilizadas foi a de consultar os dados do Regic 2007, considerando os deslocamentos para outras cidades no que diz respeito à compras, à lazer, à saúde e ao estudo. Verificou-se, a partir dos dados, que a cidade de Cajazeiras não tem total influência sobre sua RM. Observou-se, também, que ao norte da RM, as cidades de Bernardino Batista, Poço Dantas e Joca Claudino não têm Cajazeiras como local de primeira ordem para realizar compras, lazer e saúde, pois estas são satisfeitas na cidade de Uiraúna, que, por sua vez, busca atender suas necessidades em Sousa – PB, isto é, fora da delimitação da RM instituída.

No caso específico de compras, lazer e saúde, os municípios de Triunfo, Poço José de Moura e Santa Helena também não mantêm ligações de primeira ordem com Cajazeiras, mas com a cidade vizinha de São João do Rio do Peixe, e esta, por sua vez, mantém ligações com Cajazeiras. As demais cidades que formam a RM satisfazem suas necessidades de compras, lazer e saúde com a cidade mãe.

No que se refere à variável Curso Superior, a cidade de Cajazeiras apresenta uma área de influência em termos de deslocamento de primeira ordem, que abrange toda a RM, o que é justificável devido à notoriedade que a oferta de educação superior tem na cidade, contando com instituições públicas e privadas que oferecem vários cursos.

Sabe-se que as quatro variáveis (Compras, Lazer, Saúde e Curso Superior) são limitadas para compreender a realidade de uma RM, mas acredita-se que elas podem

contribuir para melhor entender a dinâmica interna em termos de ligações entre as cidades constituintes. Como se considerou apenas as ligações de primeira ordem, as limitações são potencializadas, mas, mesmo assim, é possível verificar que as ligações abordadas oferecem uma aproximação quanto à dinâmica interna, à coesão e ao grau de coerência em termos dos limites metropolitanos.

Considerando os dados apresentados, fica evidente que a RM de Cajazeiras institucionalizada tem seus limites superdimensionados, incluindo cidades que, exceto para curso superior, não fazem parte da sua área de influência. A validade dos estudos sobre região de influência das cidades e sua rede hierárquica já é reconhecido entre os estudiosos (e até mesmo no Estatuto da Metrópole) pelo seu potencial capaz de identificar e delimitar, bem como por oferecer subsídios para análise de metrópoles e RMs.

O caso da RM de Cajazeiras é curioso, seu reconto territorial coincide com o mesmo da microrregião de Cajazeiras instituída pelo IBGE, isto é, a RM e a microrregião são formadas pelos mesmos municípios, o mesmo território. Do ponto de vista da realidade socioespacial, seria o caso do legislador ter identificado Cajazeiras como uma metrópole com influência sobre toda a microrregião, com existência de complementaridade funcional e integração das dinâmicas geográficas, ambientais, políticas e socioeconômicas. Mas, pelos dados já expostos e pelo resultado final da Regic 2007, constatou-se que a influência de Cajazeiras não abarca toda a microrregião, muito embora inclua cidades do estado vizinho do Ceará (Quadro 01). Pelo exposto, já é possível verificar que há discrepância entre o recorte territorial institucionalizado como RM e a realidade socioespacial.

Os movimentos pendulares (diário) para trabalho e estudo fora do município de origem foi outra dimensão estudada para verificar o grau de coesão e interações entre as municipalidades que compõem a RM de Cajazeiras. Ao analisar os microdados do Censo Demográfico 2010 sobre a origem e o destino dos movimentos pendulares para trabalho, verificou-se que o município de Cajazeiras não tem movimentos pendulares, seja como origem, seja como destino com os seguintes municípios de sua RM: Bernardino Batista, Carrapateira, Joca Claudino e Poço Dantas. Já os municípios de Triunfo, Uiraúna, Bonito de Santa Fé, Monte Horebe e Poço de José de Moura têm pouquíssimas pendularidades com Cajazeiras, não chegando a 50 deslocamentos diários de trabalhadores.

Quadro 01. Região Metropolitana de Cajazeiras, Microrregião de Cajazeiras e Região de Influência de Cajazeiras.

Municípios	Região Metropolitana de Cajazeiras (*)	Microrregião de Cajazeiras (**)	Região de Influência de Cajazeiras (***)
01. Baixo – CE	-	-	X
02. Bernardino Batista – PB	X	X	-
03. Bom Jesus – PB	X	X	X
04. Bonito de Santa Fé – PB	X	X	X
05. Cachoeira dos Índios – PB	X	X	X
06. Cajazeiras – PB	X	X	X
07. Carrapateira – PB	X	X	X
08. Conceição – PB	-	-	X
09. Ipaumirim – CE	-	-	X
10. Joca Claudino – PB	X	X	-
11. Monte Horebe – PB	X	X	X
12. Poço Dantas – PB	X	X	-
13. Poço José de Moura – PB	X	X	X
14. Santa Helena – PB	X	X	X
15. Serra Grande – PB	-	-	X
16. São João do Rio do Peixe – PB	X	X	X
17. São José de Piranhas – PB	X	X	X
18. Triunfo – PB	X	X	X
19. Uiraúna – PB	X	X	-

Fontes: (*) Paraíba (2012); (**) IBGE (1990); (***) IBGE (2008).

É possível constatar também que dos 545 trabalhadores de outros municípios da RM que exercem seu labor principal no município de Cajazeiras, 490,68 são oriundos de Bom Jesus, Cachoeira dos Índios, São João do Rio do Peixe e São José de Piranhas. Isto representa mais de 90% de todos os trabalhadores da RM que fazem movimentos pendulares tendo Cajazeiras como destino laboral. Já no caso dos 291 trabalhadores de Cajazeiras que se deslocam diariamente para desempenhar seu trabalho principal em municípios da RM, 261 estão concentrados em Bom Jesus, Cachoeira dos Índios, São João do Rio do Peixe e São José de Piranhas, o que equivale a 89,77% (Quadro 02).

Quadro 02. Deslocamento Pendular para Trabalho Principal, Região Metropolitana de Cajazeiras (PB), 2010.

ORIGEM	DESTINO (números absolutos)																	
	Cajazeiras	Bernardino Batista	Bom Jesus	Bonito de Santa Fé	Cachoeira dos Índios	Carrapateira	Joca Claudino	Monte Horebe	Poço Dantas	Poço José de Moura	Santa Helena	São João do Rio do Peixe	São José de Piranhas	Triunfo	Uiraúna	Total intra RM	Outros fora da RM	Total
Cajazeiras	-	0,00	47,68	0,00	107,96	0,00	0,00	11,77	0,00	8,32	9,66	57,75	48,02	0,00	0,00	291,17	158,38	449,55
Bernardino Batista	0,00	-	0,00	0,00	0,00	0,00	2,23	0,00	3,27	0,00	0,00	0,00	0,00	9,50	0,00	14,99	6,27	21,26
Bom Jesus	72,83	0,00	-	0,00	37,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	110,75	11,72	122,48
Bonito de Santa Fé	14,58	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4,29	0,00	0,00	18,87	106,81	125,69
Cachoeira dos Índios	140,48	0,00	4,77	0,00	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4,93	6,44	0,00	0,00	156,62	9,77	166,39
Carrapateira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,26	7,79	0,00	0,00	10,05	4,52	14,58
Joca Claudino	0,00	5,07	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00	5,19	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	14,66	25,92	5,53	31,44
Monte Horebe	0,00	0,00	0,00	13,22	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00	0,00	5,85	0,00	0,00	19,07	0,00	19,07
Poço Dantas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4,50	0,00	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4,50	25,61	30,11
Poço José de Moura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00	22,64	0,00	8,32	6,19	37,16	3,23	40,39
Santa Helena	26,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	19,79	0,00	2,99	0,00	49,74	15,51	65,25
São João do Rio do Peixe	216,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	46,40	24,01	-	0,00	4,39	19,58	310,93	92,07	402,99
São José de Piranhas	60,82	0,00	0,00	0,00	0,00	25,28	0,00	40,45	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	126,54	30,40	156,94
Triunfo	3,26	13,78	0,00	0,00	0,00	0,00	11,58	0,00	0,00	23,22	11,71	0,00	0,00	-	10,35	73,91	6,41	80,32
Uiraúna	9,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	69,53	0,00	20,84	26,58	0,00	29,11	0,00	0,00	-	155,57	108,87	264,44
TOTAL	545,00	18,86	52,45	13,22	145,88	25,28	87,84	52,22	29,30	104,52	45,38	137,48	72,40	25,20	50,78	1405,79	585,11	1990,90

Fonte: Microdados do Censo Demográfico 2010 (IBGE).

As interações espaciais são de grande contribuição para os estudos interurbanos, isto porque elas atendem aos interesses e a dinâmica da sociedade em seus deslocamentos territoriais, sendo possível analisá-las em sua variação de intensidade, frequência, velocidade, distância e direção. Os movimentos pendulares para estudo são outro importante indicador de interações espaciais típicas de espaços metropolitanos.

Os microdados dos resultados da amostragem do Censo Demográfico 2010 registra 5.333 deslocamentos diário para estudo para fora do município de origem na RM de Cajazeiras. São percursos para municípios da própria região e outras para fora dela. A maioria (3.471) ocorre intrarregião, isto equivale a, aproximadamente, 65%. O município de Cajazeiras é destino para cerca de 70% da pendularidade por motivo de estudo na sua região, mostrando sua primazia enquanto *core* regional (Quadro 03).

Ainda é possível perceber que os municípios de São João do Rio do Peixe, São José de Piranhas e Cachoeira dos Índios são os municípios com maior interligação com a cidade core (Cajazeiras), compondo uma participação de 28%, 18% e 11%, respectivamente, o que totaliza 1.382 estudantes que se deslocam diariamente, representando uma participação de 57% dos movimentos pendulares internos. Já os municípios de Bernardino Batista, Monte Horebe, Poço Dantas e Joca Claudino têm, em números absolutos, pouca ligação com Cajazeiras (Ver Quadro 02 e Gráfico 03).

Quadro 03. Deslocamento Pendular para Estudo, Região Metropolitana de Cajazeiras (PB), 2010.

ORIGEM	DESTINO															Total intra RM	Outros fora da RM	Total
	Cajazeiras	Bernadino Batista	Bom Jesus	Bonito de Santa Fé	Cachoeira dos Índios	Carrapateira	Joca Claudino	Monte Horebe	Poço Dantas	Poço José de Moura	Santa Helena	São João do Rio do Peixe	São José de Piranhas	Triunfo	Uiraúna			
Cajazeiras	-	0	0	0	7	0	0	0	0	0	14	30	0	0	0	51	538	589
Bernadino Batista	61	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	25	26	115	6	121
Bom Jesus	82	0	-	0	20	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	104	9	113
Bonito de Santa Fé	119	0	0	-	0	0	0	14	0	0	0	0	5	0	0	138	283	421
Cachoeira dos Índios	257	0	0	0	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	257	82	339
Carrapateira	70	0	0	0	0	-	0	0	0	0	0	0	25	0	0	95	23	118
Joca Claudino	34	8	0	0	0	0	-	0	8	0	0	0	0	0	61	111	19	130
Monte Horebe	51	0	0	16	0	0	0	-	0	0	0	0	47	0	0	114	47	161
Poço Dantas	44	0	0	0	0	0	0	0	-	0	0	0	0	19	0	63	45	108
Poço José de Moura	71	0	0	0	0	0	0	0	0	-	0	28	0	0	70	169	12	181
Santa Helena	148	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	41	0	3	5	197	31	228
São João do Rio do Peixe	690	0	0	0	0	0	0	0	0	83	0	-	0	5	56	834	213	1047
São José de Piranhas	435	0	0	0	0	91	0	80	0	0	0	0	-	0	0	606	121	727
Triunfo	176	10	0	0	0	0	5	0	0	106	12	73	0	-	10	392	52	444
Uiraúna	184	0	0	0	0	0	15	0	5	0	0	21	0	0	-	225	381	606
TOTAL	2422	18	0	16	27	91	20	94	13	189	28	196	77	33	247	3471	1862	5333

Fonte: Microdados do Censo Demográfico 2010 (IBGE).

Na RM de Cajazeiras, os dados amostrais dos movimentos pendulares para trabalho principal e estudo em outro município evidenciam que há uma maior interação espacial entre os municípios que estão mais próximos de Cajazeiras. São movimentos que costumam o território com fluxos diários. Ao buscar saber os meios de como ocorre os deslocamentos, verificou-se que, no caso dos trabalhadores, estes são realizados geralmente em transporte rodoviário alternativo e particular, e os estudantes, além desses, usam o transporte escolar público municipal. Vale dizer que praticamente não existe linha regular de transporte coletivo que realize o trajeto entre os municípios.

Ao analisar os dados das interações espaciais que os municípios mantêm com o município de Cajazeiras, inferiu-se que o fator proximidade exerce forte influência quanto ao quantitativo interacional existente na RM de Cajazeiras, pois os municípios que são mais próximos da cidade *core* regional são os que têm maior intensidade de nexos.

A conurbação é apontada por muitos estudiosos da questão metropolitana como um indicador no reconhecimento de uma RM. Analisando imagens de satélite, fica evidente que as manchas urbanas da RM de Cajazeiras aparecem como pequenos pontos isolados e distantes um do outro, estando, assim, longe de formar uma conurbação.

Quanto à questão institucional e à gestão da RM de Cajazeiras, verificou-se que na Lei Complementar que a criou, em seu artigo 2º diz que ela será administrada por um Conselho de Desenvolvimento composto pelo Governador do Estado, pelos prefeitos de todos os municípios e por um membro de capacidade técnica administrativa designado pelo Governador do Estado, pertencente ao quadro de servidores efetivos do Estado. A pesquisa empreendida para saber como estava funcionando o Conselho da RM causou surpresa ao constar que seis prefeituras informaram não ter conhecimento de que faziam parte da RM. Quatro delas informaram que sabiam que faziam parte da RM, mas não

tinham conhecimento sobre o funcionamento do Conselho de Desenvolvimento (não foi possível obter resposta de cinco prefeituras). Enfim, pelo exposto, fica evidente que a própria institucionalidade é ignorada por algumas prefeituras. Quanto à gestão da região, vê-se também que o Conselho de Desenvolvimento não funciona.

Em suma, percebe-se que desde 2012, ano de criação da RM de Cajazeiras, esta não passa de letra morta no papel, sem que, de fato, tenha funcionalidade.

Considerações Finais

A partir das variáveis e seus dados, mesmo que limitados, pôde-se chegar a algumas considerações sobre a RM de Cajazeiras que, mesmo institucionalizada, apresenta características que podem ser questionadas do ponto de vista do seu qualitativo metropolitano enquanto realidade socioespacial.

Verificou-se que a RM de Cajazeiras tem uma economia com considerável grau de dependência da administração pública, exceto a cidade de Cajazeiras. Isso revela uma fragilidade econômica que repercute na dinâmica da economia urbana regional, afetando o grau de intensidade das ligações internas entre as cidades, comprometendo a sustentação de relações intra-metropolitanas intensas que possam garantir fluxos que liguem efetivamente as cidades numa relação de complementaridade funcional.

Os dados da Regic 2007 para as variáveis compras, curso superior, saúde e lazer, revelam que Cajazeiras não tem total influência em todos os municípios da sua RM, exceto para a variável curso superior. A partir de dados consolidados e finais da Regic 2007, constatou-se também que Cajazeiras exerce influência sobre outras cidades que não fazem parte da sua RM, inclusive de outro Estado, porém, não consegue incluir em sua área de influência as cidades de Bernardino Batista, Poço Dantas, Joca Claudino e Uiraúna, o que é uma informação comprometedoras para incluí-las na RM de Cajazeiras.

Quanto aos dados referentes à movimentos pendulares para trabalho principal e estudo em outro município que não o de residência, verificou-se que apenas aqueles municípios mais próximos territorialmente é que registram dados um pouco mais expressivos enquanto indicador de interações espaciais.

Na dimensão institucional e de gestão, viu-se que a RM de Cajazeiras não tem reconhecimento por parte de muitos dos municípios que a compõem, resultando na inexistência efetiva do Conselho de Desenvolvimento, órgão que seria responsável por pensar a região e gestá-la.

A partir dos dados analisados fica evidente as inconsistências da validade socioespacial do qualitativo metropolitano de Cajazeiras e sua RM. Ao longo da pesquisa, ficou comprovado que o legislador não considerou a realidade socioespacial para delimitar e instituir a RM. Ao verificar-se que o recorte da RM é o mesmo da microrregião de Cajazeiras, viu-se que há uma sobreposição na regionalização, porém, os dados empíricos negam essa sobreposição regional do ponto de vista metropolitano.

Se a intenção do legislador era instituir uma região para planejar e gestar o território de forma compartilhada, poderia usar outros meios, e não a criação de uma RM destituída de fundamento socioespacial.

Agradecimentos

- Quero agradecer a Deus pelas oportunidades que ele tem me concedido;

- Agradecer a Universidade Federal de Capina Grande - UFCG e ao Conselho Nacional de Pesquisas - CNPq pelo o apoio financeiro para a realização da pesquisa, já que esse trabalho é fruto de uma pesquisa maior do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC.
- Ao Laboratório LAUTER;
- A todos que contribuíram direto ou indiretamente no desenvolvimento do trabalho.

Referências

- BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Lei 13.089, de 12 de janeiro de 2015. **Estatuto da Metrópole**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 23/11/2015.
- DE AMBROSIS, Clementina. Regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões. *In*: FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA – CEPAM. **Estatuto da Cidade**. São Paulo: CEPAM, 2001. p. 163-174.
- EMPLASA. **Rede urbana e regionalização do Estado de São Paulo**. Caderno 8, vol. 1, São Paulo: EMLASA, 2011.
- FIRKOWSKI, Olga Lucia Castreghini de Freitas. Região metropolitana no Brasil: assim é se lhe parece... **I Simpósio de Estudos Urbanos – SEURB: desenvolvimento regional e dinâmica ambiental**. Campo Mourão: Grupo de Estudos Urbanos da FECILCAM (GEURF), da Universidade Estadual do Paraná (Campus de Campo Mourão), 2011.
- FIRKOWSKI, Olga Lucia Castreghini de Freitas. **Por que as Regiões Metropolitanas no Brasil são Regiões mas não são Metropolitanas**. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n. 122, p. 19-38, jan./jun. 2012.
- FIRKOWSKI, Olga Lucia Castreghini de Freitas. Estudo das metrópoles e regiões metropolitanas do Brasil: conciliação ou divórcio? *In*. FURTADO, Bernardo Alves; KRAUSE, Cleandro; FRANÇA, Karla Christina Batista de (eds.) **Território metropolitano, políticas municipais por soluções conjuntas de problemas urbanos no âmbito metropolitano**. Brasília: IPEA, 2013 p. 21-52.
- FREITAS, Ruskin. **Regiões Metropolitanas: uma abordagem conceitual**. *Humanae*, v.1, n.3, p. 44-53, Dez. 2009.
- IBGE. **Divisão do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas**. Vol. I. Rio de Janeiro: Fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE). Diretoria de Geociências (DGC) e Departamento de Geografia (DEGEO). 1990.
- IBGE. **Regiões de influência das cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 23 mai. 2014.
- IBGE. **Censo Demográfico 2010 – Microdados da Amostra**. IBGE, 2012.
- IBGE. **VAB por setor de atividade em 2012**. Atualização do VAB por município e setor de atividade: serviços, administração pública, indústria, valor imposto e agropecuária em 2012. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em 15 de nov. 2015.
- IPEA. **Desafios contemporâneos na gestão das Regiões Metropolitanas**. Brasília: IPEA, 2011 (Comunicado 116).
- MOURA, Rosa. Questões sobre a formação de regiões metropolitanas. *In*: MOURA, Rosa;
- DIAS, Patrícia Chame; LOPES, Diva Maria Ferlin (orgs.). **Cidades médias e pequenas: desafios e possibilidades do planejamento e gestão**. Salvador: SEI, 2014. p. 39-57.

PARAÍBA. (Estado) Assembleia Legislativa. **Projeto de Lei Complementar nº 12, de 30 de agosto de 2011**. Institui a Região Metropolitana de Cajazeiras e dá outras providências. Projeto de Lei Complementar, 2011.

PARAÍBA. (Estado) Assembleia Legislativa. **Lei Complementar nº 107, de 08 de junho de 2012**. Institui a Região Metropolitana de Cajazeiras e dá outras providências. Lei Complementar, 2012.

SANTOS, Jânio. Regiões metropolitanas sem metrópoles? Uma análise das novas propostas na Bahia. In: MOURA, Rosa; DIAS, Patrícia Chame; LOPES, Diva Maria Ferlin (Orgs.). **Cidades médias e pequenas: desafios e possibilidades do planejamento e gestão**. Salvador: SEI, 2014. p. 58-92.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

COMUNIDADE QUILOMBOLA DE CARCARÁ, POTENGI-CE: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS CONFLITOS TERRITORIAIS

Jonas Gonçalves Almeida
Jonasdageografiaurca@gmail.com
Universidade Regional do Cariri- URCA

Carlos Renir Soares Araújo
carlosrenir2012@gmail.com
Universidade Regional do Cariri- URCA

Resumo

O presente trabalho é resultado de uma primeira aproximação com a comunidade quilombola de Carcará com o objetivo principal de analisar as dinâmicas e conflitos territoriais a partir da identidade quilombola na referida comunidade remanescente de um quilombo. Esse estudo faz uma discursão da comunidade desde a sua formação até as formas de resistência atuais na luta pelo uso e acesso à terra, procurando assim estabelecer um diálogo através da horizontalidade por meio de conversas informais com os moradores, líderes de associações, representantes sindicais que vivenciam a anos as dinâmicas de resistência nesse recorte espacial. Sendo esse último considerado um vasto campo para a pesquisa, já que o mesmo é dotado de valores simbólicos, históricos e culturais mostrando principalmente os marcos do passado nos dias atuais. Para o desenvolvimento do trabalho foi de fundamenta importância o levantamento e seleção bibliográfica para que fosse possível entender teoricamente a relação dos conflitos territoriais e da construção da identidade quilombola a partir do território.

Palavras chave: Comunidade. Conflitos Territoriais. Identidade. Resistência.

CASE STUDY ABOUT THE COMMUNITY QUILOMBOLA DE CARACARÁ, POTENGI, CEARÁ, BRAZIL

Abstract

The present work is the result of a first approximation with the quilombola community of Carcará with the main objective of analyzing the territorial dynamics from the quilombola identity in the referred community remnant of a quilombo. This study makes a discursion of the community from its formation to the present forms of resistance in the struggle for the use and access to the land, thus seeking to establish a dialogue through horizontality through informal conversations with the residents, leaders of associations, experience the dynamics of resistance in this spatial cut. The latter is considered a vast field for research, since it is endowed with symbolic, historical and cultural values showing mainly the milestones of the past in the present day. For the development of the work was of fundamental importance the survey and bibliographic selection so that it was possible to understand theoretically the relation of the territorial conflicts and the construction of the quilombola identity from the territory.

Key works: Community. Territorial Conflicts. Identity. Resistance.

Introdução

As comunidades quilombolas juntamente com suas experiências sempre estiveram inseridas no contexto histórico brasileiro, principalmente nas áreas em que o regime escravista se estruturou e fincou suas raízes. O Ceará foi o primeiro Estado do Brasil a abolir a escravidão, porém na atualidade o reconhecimento e valorização daqueles que viveram as injustiças sociais mostram-se mínimas, principalmente quando se trata das comunidades remanescentes de quilombos.

Dessa forma, torna-se necessário um melhor estudo desses espaços e suas relações de identidade, bem como os conflitos territoriais existentes. O presente trabalho pretende analisar as dinâmicas territoriais a partir da identidade quilombola na comunidade remanescente do quilombo Carcará na cidade de Potengi-CE. A partir desse objetiva-se também analisar os possíveis conflitos territoriais existentes na comunidade em estudo, verificar o auto reconhecimento enquanto quilombola e diagnosticar as principais formas de resistência.

O recorte espacial estudado é um dos pontos cruciais para se entender como se deu a resistência negra na região do Cariri cearense, já que Carcará situa-se a poucos quilômetros de uma Casa Grande onde viveu um dos mais conhecidos donos de escravos do Ceará no século XIX. O Barão de Aquiraz possuía uma grande propriedade na fazenda Infincado, município de Assaré-CE no qual ele exercia grande domínio e influência na região, o monumento é hoje considerado por historiadores e professores como uma simbologia ou materialização da presença negra na região do Cariri cearense.

A presente pesquisa é de caráter inicial e foi de fundamental importância a realização de levantamentos e pesquisas bibliográficas que abordassem as relações entre estudos geográficos atrelados a identidade e território. Para desenvolvimento da mesma as visitas a campo, as conversas informais com os próprios moradores e a participação de reuniões da associação de agricultores da comunidade contribuíram de forma significativa para se entender as dinâmicas espaciais e suas relações.

O recorde espacial em estudado é carente em pesquisas científicas, principalmente as que abordem os conflitos territoriais e as relações de identidade, neste sentido mostra-se necessário o entendimento de algumas categorias que compõe a ciência geográfica, como é o caso dos conceitos de lugar e território, além de outros conceitos que caminham juntos com essa ciência como o de cultura e identidade.

Procedimentos Metodológicos

De acordo com Marques (2000, p. 5) a opção que inicia a partir de um estudo de caso decorre do pressuposto de que, para o entendimento e compreensão de uma determinada problemática se faz necessária a compreensão, em suas múltiplas determinações, do complexo processo de mudança constante social ao qual estão relacionadas, caracterizando-se assim por intensos conflitos e uma realidade social marcada por indefinições, instabilidades, ambiguidades e contradições de diversas formas.

Assim destaco também o vasto levantamento e seleção bibliográfica que proporcionou um grande aporte de conhecimento teóricos sobre a temática proposta para discussão. Assim, conciliou-se a teoria com a prática, cabendo destacar as conversas informais com os moradores daquele recorte espacial, diálogos com professores, estudantes do nível fundamental e superior residentes na comunidade, presidentes de associações, líderes sindicais, além da aproximação para diálogos dos gestores da educação do município de Potengi-CE.

A pesquisa ainda é de caráter participativo, já que nessa o pesquisador esteve em convivência com a comunidade durante alguns dias verificando principalmente as principais formas de interação e de resistência contra as opressões dos grandes latifundiários existentes na região. Segundo Gil (1991), "a pesquisa participante, assim como a pesquisa ação, caracteriza-se principalmente pela de interação entre pesquisadores e membros das situações ou fenômenos investigadas".

Carlos Rodrigues Brandão usando o mesmo pensamento em relação a essa categoria de pesquisa sistematizou e destacou a finalidade de uma pesquisa no caráter participativa:

A relação de participação da prática científica no trabalho político das classes populares desafia o pesquisador a ver e compreender tais classes, seus sujeitos e seus mundos, tanto através de suas pessoas nominadas, quanto a partir de um trabalho social e político de classe que constituindo a razão da prática constitui igualmente a razão da pesquisa (Brandão, 1999, p. 13)

Cabe também destacar como contribuição para pesquisa a experiência do I Encontro de Educação Escolar Quilombola do Cariri Cearense, ocorrido no ano de 2017 nas dependências da Escola Maria Virgem da Silva na própria comunidade quilombola de Carcará. Este evento foi organizado por vários grupos de pesquisa e estudos atuantes na Universidade Regional do Cariri-URCA, além das contribuições significativas de alguns movimentos sociais e da própria comunidade quilombola de Carcará.

Localização geográfica

Carcará está localizado no distrito de Barreiros, cidade de Potengi-CE, o município está inserido na região metropolitana do sul do Ceará, região conhecida como Cariri cearense, ele se estende por 338,7 km² e conta com uma população de 10 276 habitantes segundo o último censo realizado pelo IBGE em 2010. A cidade faz divisa com os municípios de Araripe, Assaré e Santana do Cariri e tem as seguintes coordenadas geográficas: Latitude: 7° 5' 34" Sul Longitude: 40° 1' 49" Oeste.

Formação da comunidade

O território da comunidade negra é dotada de ancestralidade em sua formação, Carcará remete sua formação aos escravos que se rebelavam contra o sistema escravista que se pendurou por séculos no Brasil. O recorte espacial transformou-se em um quilombo a partir da fuga de negros e escravos, segundo Munanga (1996) o quilombo é compreendido da seguinte forma:

A palavra quilombo tem a conotação de uma associação de homens, abertas a todos sem distinção de filiação a qualquer linhagem, na qual os membros eram submetidos a dramáticos rituais de iniciação que os retiravam do âmbito protetor de suas linhagens e os integravam como co-guerreiros num regimento de super-homens invulneráveis às armas de inimigos. O quilombo amadurecido é uma instituição transcultural que recebeu contribuições de diversas culturas: lunda, imbangala, mbundo, kongo, wovimbundo etc. (Munanga, 1996, p.59).

O quilombo de Carcará surgiu da fuga de escravos de uma casa grande situada na vizinha cidade de Assaré, mais precisamente na Fazenda Infincado localizada no Distrito de Genezaré, distante a 24 km da sede do município de Assaré, a propriedade era inicialmente do Barão de Aquiraz, um dos maiores donos de escravos do Ceará no século XIX que trazia esses escravos de Fortaleza para explorar essa mão de obra em suas fazendas da região.

É possível perceber essas afirmações no diálogo com os moradores de Carcará que afirmam terem seus antepassados advindos da Casa do Infincado, um casarão grande de 72 portas com paredes largas e estruturas em cedro. Hoje esse patrimônio histórico sofre com a falta de conservação e o desgaste natural inspirado assim preocupação já que esse monumento remete a um cotidiano de outros tempos, a casa em traz muitas histórias

que são passadas de geração em geração no imaginário das pessoas, principalmente aquelas que dizem respeito as perversidades do Barão de Aquiraz.

Carcará foi o principal ponto de refúgio para esses negros, geograficamente a comunidade encontra-se em um relevo acidentado e de difícil acesso. A conquista inicial da terra após a desestruturação do sistema escravista deu-se principalmente pelo trabalho prestado a fazendeiros e proprietários de terras da região, já que a abolição da escravidão no Brasil caminhou distante do acesso à terra. Assim reforça Steca e Flores (2002):

Quanto ao negro, uma vez liberto, não teve acesso à terra. Segundo a Lei de Terras de 1850, só poderiam adquirir-las, quem tivesse dinheiro para comprá-las. Também, não lhes foram dadas as condições para que pudessem viver de forma digna, daí a grande dificuldade de se tornarem pequenos proprietários, vivendo em extrema pobreza. (STECA e FLORES 2002, p. 50).

Hoje, é possível perceber que o acesso aos direitos básicos sociais são mínimos na comunidade, e que cada vez mais as políticas voltadas para o desenvolvimento social da comunitário mostram-se mais distantes da realidade, ficando assim os moradores ainda submissos aos grandes proprietários de terra que ganham vantagem em cima da exploração e da desvalorização da pessoa humana.

Os conflitos territoriais na comunidade

Para se falar de conflitos territoriais principalmente em comunidades tradicionais, é preciso saber que as suas dinâmicas não são unitárias, e que maioria das vezes é uma construção histórica que passa constantemente por um processo de mudanças, principalmente nos sujeitos que vivenciam os conflitos. Na comunidade quilombola de Carcará é possível perceber de forma visível que esses atritos foram construídos ao longo de décadas e o que interessava apenas a um único membro da família, algum tempo depois passa a despertar o interesse de outros membros, efetivando-se assim um repasse familiar desses conflitos.

Esses conflitos a qual me refiro dar-se principalmente por a luta pelo reconhecimento de uma terra dotada de ancestralidade e que possui um valor histórico e cultural significativo pra o povo remanescente de um quilombo. O acesso e uso dessas pessoas a terra e ao território quilombola está assegurado na constituição federal de 1988, onde se conseguiu de forma efetiva os direitos de reminiscência aos afrodescendentes, a constituição coloca da seguinte forma:

Art. 68 - Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

Art. 215 - O Estado garantirá a todos os afrodescendentes o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Art. 215 - Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

A maior luta da comunidade é a que objetiva a demarcação e titulação pelos órgãos competentes da questão agrária, nesse caso mais precisamente seria o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- INCRA que é responsável pelo acesso à terra e a Fundação Cultural Palmares, responsável pela titulação e reconhecimento desses territórios.

De acordo com Acevedo e Castro (2004, p.60) o território que está sendo reivindicado por um determinado grupo social é formado por um conjunto de recursos que ela deseja e existe a possibilidade para exploração, que se configura no espaço em que os membros de um determinado grupo têm pleno direito, de forma efetiva, de usar e controlar os recursos e de sua disponibilidade em certo tempo.

Mesmo com os conflitos existentes envolvendo os remanescentes de quilombolas, o patrimônio cultural entra como ferramenta de aproximação entre aqueles que objetivam a posse da terra. As festas de toré, pifeiros, capoeira, reisado e caretas são destaques não apenas para a aquele grupo comunitário, mais para o município de forma geral. Outro fator que foi diagnosticado na comunidade é o crescente número de igrejas evangélicas, essas se instauram na comunidade com promessas de melhoramento para a vida das pessoas, com o discurso baseado na fé.

Essas instituições aos poucos vão criando ferramentas de imposição religiosa para os moradores, cabe ressaltar também que as mesmas não respeitam as religiões já existentes naquele recorte espacial, nesse sentido contribuem para o desenvolvimento de uma intolerância religiosa e desgaste das religiões existentes, mais precisamente as de matriz africana. Dessa forma compreende uma violação a laicidade do estado que a cada dia massacra de forma invisível as religiões de matrizes africanas, e que consequentemente influenciam na identidade da comunidade.

É alarmante os conflitos envolvendo questões agrárias, nesse contexto a categoria território torna-se necessário para entendermos os conflitos existentes na referida comunidade. Conforme disse Souza (1996, p. 78), inspirado em ideias de Raffestin (1993), “território é um espaço definido e delimitado por, e a partir das relações de poder”. Na comunidade em análise a categoria território se confunde muito com a categoria de região, a última é tida como a do senso comum e referenciada por diversos autores de grande nome na geografia, porém em Carcará o discurso de inverte no senso comum, assim a palavra região sede espaço para a categoria território.

Haesbaert (2006) traz um conceito interessante sobre essa categoria geográfica, na qual ele faz uma assimilação entre esse conceito geográfico e o acesso à terra, fazendo ligação com o seu uso e controle.

O que reivindica uma sociedade ao se apropriar de um território é o acesso, o controle e o uso, tanto das realidades visíveis quanto dos poderes invisíveis que as compõem, e que parecem partilhar o domínio das condições de reprodução da vida dos homens, tanto a deles própria quanto a dos recursos dos quais eles dependem. (HAESBAERT, 2007).

Por outro Lado, Santos (2002) apresenta território não apenas como os sistemas naturais em conjunto, mais sim como um território para o uso onde se constrói uma identidade ou um sentimento de pertencimento:

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como território usado, não o

território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer aquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 2002: 10).

As lutas pela posse da terra deixa a comunidade dividida entre aqueles que se auto identificam como remanescente de um quilombo e aqueles que se auto identificam mais são arrendatários e dependem das terras de latifundiários e fazendeiros da região. Paula Andrade (2009) pondera os dois lados dos conflitos, o daqueles que possui o direito patrimonial e os que defende o amplo direito dos grupos étnicos.

A própria discussão acerca da distinção de conceitos de terra e território, ganha cena acadêmica, jurídica e política, envolvendo distintas posições entre aqueles que fixam os direitos patrimoniais e aqueles que defendem os direitos mais amplos de grupos étnicos (PAULA ANDRADE, 2009, p.52)

Os grupos étnicos mostram-se articulados particularmente nessa comunidade, cabendo destacar a inserção de movimentos sociais da região do cariri cearense, principalmente os atuantes nas cidades de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, posso citar como referência o Grupo de Valorização Negra do Cariri- GRUNEC.

Relações de identidade

Na atualidade a noção de identidade está cada vez mais sendo usada no senso comum, essa tem recebido atenção constantemente dos estudiosos, principalmente daqueles nas áreas de ciências humanas. A identidade quilombola é algo construído e que se confunde com o território, sendo o território construtor da identidade e a identidade construtor do território, ambos podem ser considerados produtos das relações sociais, o processo de interação com os sujeitos nesse processo de formação. Borges (1997) cita dois tipos de identidade, a identidade com a terra e a identidade com a luta:

A identidade com a terra, identidade com a luta, iguais e diferentes, caminhando para construir um sujeito coletivo. Avanços, recuos, discussões, enfrentamento das próprias contradições em meio às contradições das sociedades que os apóiam através de algum seguimento ou os condena através de outros. Identidade e oposição na construção da sua identidade de sujeito coletivo. (BORGES, 1997, p.168).

Reforçando essa ideia, Foucault (1978) afirma que a a identidade é socialmente construída. Seguindo essa perspectiva as relações de identidade dos remanescentes de quilombo são criadas e recriadas na memória inspirando-se principalmente em seus

antepassados. A identidade assim se constrói como algo simbólico que para HASBAERT (2002) é a partir do território que se cria uma identidade quilombola.

A apropriação e construção de identidades territoriais resultam num fortalecimento das diferenças entre os grupos, o que por sua vez, pode desencadear tanto uma desagregação maior quanto um diálogo mais fecundo e enriquecedor. (HAESBAERT, 2002, p.121)

A necessidade da luta pela permanência na terra faz com que a comunidade ente em um processo de empoderamento e auto identificação. Nesse sentido a identidade entra como usa ferramenta de luta de um grupo menos que se opõe a outros que desejam fragmentar essas relações, Bauman (2005) afirma que:

“A identidade é um grito de guerra usado em uma luta defensiva: (...) um grupo menor (e por isso mais fraco) contra uma totalidade maior e dotada de mais recursos (e por isso ameaçadora). (...) A identidade é uma luta simultânea contra a dissolução e a fragmentação; uma intenção de devorar e ao mesmo tempo uma recusa resoluto a ser devorado.”(BAUMAN, 2005, p. 83-84).

Assumir essa identidade em determinado momento leva a introdução de novas relações simbólicas principalmente, nesses espaços ocasionando uma maior valorização dos traços culturais e das relações de pertencimento do território quilombola além do fortalecimento de luta e acesso à terra.

Educação escolar quilombola

Quando se pretende trabalhar educação a tarefa torna-se cada vez mais desafiadora, já que essa se encontra em um constante processo de modernização. As práticas pedagógicas e materiais didáticos chegam às escolas com a proposta de facilitar a aprendizagem, mais ao mesmo tempo traz consigo um forma ocultação, principalmente quando se diz respeito a ancestralidade. É perceptível essa ocultação quando se trata de uma educação que valorize o contexto local ou a realidade dos sujeitos no processo de aprendizagem.

Na comunidade em estudo é possível destacar o papel da Escola Maria Virgem foi implantada em 2012 e recebeu esse nome para homenagear uma antiga moradora da comunidade quilombola. O bom rendimento da escola e o seu alto índice de aprovação

garantiu o título em 2014 de escola nota 10, sendo assim um destaque na educação potengiense em relação as demais escolas do município de Potengi-CE.

Essa instituição que tem como papel principal atender a necessidade da população rural que precisava se deslocar para a sede do município em busca do acesso à educação, principalmente os alunos do sexto ano ao ensino médio, já que até então não existia uma escola na comunidade de um porte suficiente para atender a demanda de alunos daquela região. Esse processo de deslocamento colocava em risco a vida dos estudantes que durante décadas foram transportados de maneira indevida e perigosa, com o uso dos caminhões Pau-de-Arara ou carros abertos.

A partir das práticas e vivências na escola, foi possível observar que a educação escolar quilombola na comunidade de Carcará passa por um processo de inovação, já que as políticas que visam a valorização da ancestralidade estão chegando de forma tardia na comunidade. É dessa forma que Martins e Lima (2001) sugere que possa ser realizado um trabalho que vise a descolonização da educação por meio da construção de uma educação contextualizada que favoreça um diálogo permanente entre o conhecimento científico e o saber popular, entre o que se aprende na escola e a possibilidade para um desenvolvimento humano sustentável.

É notório uma aproximação maior das instituições de ensino superior com a comunidade, cabendo destacar o papel da Universidade Regional do Cariri-URCA e de alguns grupos de estudos e pesquisa que atuam nessa mesma IES. Esses grupos aos poucos vão adentrando nesses espaços que são dotados de valores históricos e culturais.

A maior dificuldade dos professores da escola é quanto ao material didático utilizado em sala de aula. Pois esses são produzidos por renomadas editoras e ainda estão muito distante de elaborar seus conteúdos voltados para uma educação contextualizada, sendo assim os conteúdos encontram-se totalmente desconectado com a realidade daquele lugar. Ainda nesse sentido vai se perpetuando as aberrações nos livros didáticos que retratam a presença negra apenas quando o foco é a escravidão.

Martins (2006) argumenta da seguinte forma: “é importante fazer com que a educação escolar perceba a vida e faça da vida um objeto de conhecimento, rompendo com a perspectiva pretensamente neutra, racionalista e universalizaste” (p. 213). Para se garantir um processo educacional que assegure os conhecimentos sobre o lugar é preciso

que o professor conheça o aluno e sua realidade, só assim o professor terá mais facilidade para formar o aluno um cidadão autônomo e com bom senso:

O professor que se busca construir é aquele que consiga, de verdade, ser um educador, que conheça o universo do educando, que tenha bom senso, que permita e proporcione o desenvolvimento e autonomia de seus alunos. Que tenha entusiasmo, paixão; que vibre com as conquistas de cada um de seus alunos, que não discrimine ninguém nem se mostre mais próximo de alguns. (Chalita 2001, p.174)

Trabalhar com a educação contextualizada, principalmente nas comunidades remanescentes de quilombolas pode ser considerada como uma das melhores formas de aproximação da comunidade, que muitas vezes é excluída socialmente com a escola que tem papel de mediar essa aproximação que a cada dia torna-se mais desafiadora nesses espaços.

A partir dessa pesquisa foi possível compreender o real papel da Escola Maria Virgem quando se trata de uma educação contextualizada. Mesmo com os diversos problemas existente no ambiente escolar, é notório que os profissionais atuantes na educação estão empenhados nessa causa. Os gestores municipais mostram-se acessíveis ao diálogo quando se trata de valorização da ancestralidade da comunidade.

Desse modo, é necessário que os alunos tenham acesso a materiais didáticos que abordem conteúdos mais próximos da realidade e que os estimulem a valorizar as riquezas existentes na comunidade, como as danças e as músicas que na maioria das vezes entram como ferramenta apaziguadora em conflitos existentes na comunidade, principalmente por disputas territoriais.

Considerações Finais

A partir dessa pesquisa foi possível compreender de forma mais profunda a dinâmica da comunidade quilombola de Carcará cabendo destacar principalmente os conflitos existentes e que nos últimos anos tem se mostrado crescente naquele recorte espacial. Carcará ainda é um exemplo na organização e luta pelo uso e acesso à terra, sendo uma comunidade es que as demais do cariri cearense se espelham pois a articulação dos remanescentes de quilombo tem mostrado resultados positivos.

Hoje uma das bandeiras da comunidade é pela manutenção de sua identidade que se reconstrói a cada dia a partir do que chamamos de território quilombola, esse que

encontra-se repleto de conflitos. Carcará, assim como inúmeras comunidades principalmente de cultura afrodescendente merecem uma maior visibilidade por órgãos públicos e pela própria sociedade pois essas compõem um relato vivo da luta e resistência contra os sistemas de opressão e de convivência com o racismo.

Cabe ainda salientar que o preconceito e a intolerância encontra-se entranhados, sobretudo no discurso daqueles que se dizem os donos da terra e da razão, atropelando assim os direitos básicos dos remanescentes de quilombolas, que estão assegurados na Constituição Federal de 1988.

Assim, saliento para o esforço principal que é contribuir de forma significativa para um debate acadêmico acerca das temáticas apresentadas e expostas no presente artigo, explorando e problematizando nesse processo de construção de elementos materiais e simbólicos que formam um território quilombola, sempre visando uma forma de somar para o direito constitucional dessas comunidades tradicionais.

Considero ainda que a comunidade quilombola de Carcará tem seu território resultado de um processo de organização atrelada a uma identidade, onde esse movimento de construção se apresenta uma íntima ligação com o território. Sendo assim mostra se de suma importância a continuidade da organização e articulação desses sujeitos que mesmo invisíveis para os olhos da sociedade tem conseguido significativas conquistas como ressaltar o acesso a moradia e alguns direitos básicos como a saúde a educação.

Dessa forma sigamos na construção de uma geografia combativa, que dialogue de forma horizontal, partindo desses espaços dotados de conflitos e resistências, chegando a um âmbito acadêmico, mais que traga nos seus resultados um retorno para essas comunidades e que os sujeitos não sejam vistos apenas um mero objeto de estudo, mais sim a essência e visão de retorno da pesquisa. Reforçando assim a ideia de que o compromisso da academia não é apenas a produção acadêmica e formação profissional, vai além disso, o compromisso deve ser com a sociedade.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Repensando a Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

CHALITA, Gabriel. **Educação, a solução está no afeto**. São Paulo: Gente, 2001.

FOUCAULT, Michel. **História da Loucura**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

GIL A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

HAESBAERT, Rogério (2002). **Territórios Alternativos**. Niterói: EdUFF, São Paulo. Contexto.

HAESBAERT, Rogério. “Concepções de Território para entender a desterritorialização”. In: Milton Santos e Bertha K. Becker (Orgs.) **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: PPGG/UFF/DP&A. 2006

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **De sem-terra a “posseiro”, a luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da reforma agrária: o caso dos assentados nas fazendas Retiro e Velha-GO**. 2000. 240p. Tese (Doutorado em Geografia Humana) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.

MARTINS, Josemar da Silva e LIMA, R.A. **Educação com o pé no chão de sertão: proposta político-pedagógica para as escolas municipais de Curaçá**. Curaçá-BA: SEME/IRPAA, 2001.

MARTINS, Josemar da Silva. **Tecendo a Rede: Notícias críticas do trabalho de descolonização curricular no Semi-Árido Brasileiro e outras excedências**. 2006. p. 344. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal da Bahia. PAULA

MUNANGA, K. - 1995/1996 - Origem e histórico do quilombo na África. *Revista de Antropologia da USP*, n. 28. São Paulo: USP.

ANDRADE, Maristela de. **Novos Sujeitos de Direito e seus Mediadores**. Uma reflexão sobre o Processo de Mediação entre Quilombos e Aparelhos de Estado. In: Encontro Nacional ANPOCS, 33., 2009, Caxambu. Anais... São Paulo, ANPOCS, 2009.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, M. **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo, EDUSP, 2005
SANTOS, M. Território e dinheiro. In: **Território territórios**. Niterói: programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGEU - UFF/AGB, 2002, p. 9 a 15;

SOUZA, M. J. L. **O território:** sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I.E.; GOMES, P. C. C. e CORRÊA, R. L. (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

STECA, Lucinéia Cunha; FLORES, Mariléia Dias. **História do Paraná:** do século XVI à década de 1950. Londrina: UEL, 2002.

**A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E A CERTIFICAÇÃO
PARTICIPATIVA DE PRODUTOS AGROECOLÓGICOS NO ALTO SERTÃO
PARAIBANO**

**THE UNIVERSITY EXTENSION AND THE PARTICIPATORY
CERTIFICATION OF AGROECOLOGICAL PRODUCTS IN THE HIGH
SERTÃO PARAIBANO**

Mismana Morais Moura

mismanaqwe@gmail.com

Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

Mariana Borba de Oliveira

marianaborbajp@hotmail.com

Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

Alia Mirles Alves Pinheiro

pinheiroalia00@gmail.com

Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

Resumo

Esse trabalho apresenta os resultados do Projeto de Extensão intitulado “Apoio à Certificação Participativa de Produtos Agroecológicos do Alto Sertão paraibano” do Programa de Estudos e Ações para o Semiárido – PEASA, promovido pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, campus Cajazeiras – PB, em parceria com o Instituto Frei Beda – IFBDS e a Comissão Pastoral da Terra - CPT. O projeto foi desenvolvido no período de junho a dezembro de 2016, contou com a participação de duas bolsistas de graduação, e de pesquisadores do grupo de pesquisa Laboratório de estudos do Território da Cultura e Etnicidade o GESTAR – território, trabalho e cidadania, além do coordenador do projeto Professor Josias de Castro Galvão. O objetivo foi auxiliar no processo de cadastro dos produtores agroecológicos do Alto Sertão da Paraíba no Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - MAPA, que por sua vez precede uma organização para formalização dos processos de produção e comercialização. Como fundamento maior tivemos a intenção de contribuir com o desenvolvimento territorial sustentável do alto sertão paraibano, visando o empoderamento dos agricultores (as) em relação a garantia da qualidade da produção agroecológica, através do que denomina-se de “certificação participativa”. Como resultados do projeto realizou-se uma formação (palestras e curso) com os agricultores da Rede de Cultivos Agroecológicos do Alto Sertão paraibano, que envolveu diversas temáticas inerentes à certificação participativa; e a vivência de estudantes de graduação e pós graduação no universo da agricultura camponesa, o que contribuiu diretamente para assimilar alguns conteúdos já discutidos em sala de aula.

Palavras Chave: Campesinato - Agroecologia – Certificação Participativa.

Abstract

This paper presents the results of the Extension Project titled "Support for the Participatory Certification of Agroecological Products of the Upper Sertão paraíba" of the Program of Studies and Actions for the Semiarid - PEASA, promoted by the Federal University of Campina Grande - UFCG, Cajazeiras campus - PB, in partnership with the Frei Beda Institute - IFBDS and the Pastoral Land Commission - CPT. The project was developed from June to December 2016, with the participation of two undergraduate scholarship holders and researchers from the research group GESTAR - territory, work and citizenship, as well as the project coordinator. The objective was to assist in the registration process of the agroecological producers of Alto Sertão da Paraíba in the Ministry of Livestock and Supply - MAPA, which in turn precedes an organization to formalize the production and marketing processes. As a major foundation, we intend to contribute to the sustainable territorial development of the upper Sertão of Paraíba, aiming at the

empowerment of farmers in relation to the quality assurance of agroecological production, through what is called "participatory certification". As a result of the project, a training course was held (lectures and course) with the farmers of the Agroecological Crops Network of Alto Sertão, Paraíba, which involved several themes inherent to participatory certification; and the experience of undergraduate and graduate students in the universe of peasant agriculture, which directly contributed to assimilate some content already discussed in the classroom.

Keywords: Peasantry - Agroecology - Participative Certification

Introdução

O presente artigo descreve os resultados obtidos pelo Projeto “Apoio a Certificação Participativa do Alto Sertão Paraibano” nos meses de junho a dezembro de 2016 vinculado ao Programa de Estudos e Ações para o Semiárido – PEASA e desenvolvido no campus de Cajazeiras da Universidade Federal de Campina Grande/UFCG.

O objetivo principal do projeto foi fortalecer o processo de certificação da produção agroecológica no território do Alto Sertão paraibano tendo em vista que no Estado da Paraíba é a única mesorregião que não possui associações de produtores rurais cadastradas junto ao Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - MAPA dentro da produção orgânica.

Dentre as modalidades de acreditação da produção orgânica no Brasil, são previstas pela legislação a certificação por Auditoria e por Sistemas Participativos de Garantia (SPGs), além das Organizações de Controle Social (OCSs), que garantem a conformidade de alimentos para venda direta (CEPAGRO, 2013).

O Sistema Participativo de Garantia – SPG para produção orgânica foi reconhecido pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA, por meio do decreto Lei 6.323 de 27 de dezembro de 2007 e seguem os critérios estabelecidos pela Lei 10.831 – a Lei dos Orgânicos¹ (OLIVEIRA, 2012). E esta foi a legislação que embasou as ações do projeto aqui tratado.

O reconhecimento da certificação participativa agroecológica constitui uma conquista política da Agroecologia, contribuindo no processo de institucionalização da Agroecologia em curso no Brasil (OLIVEIRA, 2012) e para que “(...) funcione de maneira adequada, se caracteriza pelo Controle social e a Responsabilidade Solidária,

¹ <http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/organicos/legislacao>

possibilitando gerar mais credibilidade para diferentes realidades sociais, culturais, políticas, institucionais, organizacionais e econômicas” (MAPA/ACS, 2009).

Metodologia

O projeto pretendeu contribuir com a consolidação da metodologia participativa da produção Agroecológica na Paraíba, e para isso, se propôs a analisar e promover um curso de formação com os agricultores e agricultoras da Rede de Cultivos Agroecológicos do Alto Sertão paraibano sobre certificação participativa.

Com isso, demonstrou-se como a prática do manejo agroecológico dos camponeses por si, pode garantir a qualidade orgânica dos produtos, sendo necessário a descrição dos processos e a responsabilidade coletiva da produção da Rede de Cultivos Agroecológicos do Alto Sertão paraibano para se cadastrar como Organismo de Conformidade Social – OCS no MAPA, o que garante a possibilidade de Venda Direta (feiras e outros meios que o próprio agricultor comercialize seus produtos), o Organismo Participativo de Avaliação da Qualidade Orgânica - PAC do sertão, que formalizaria a produção agroecológica do sertão como produção orgânica certificada, e que possibilita a comercialização da produção orgânica em qualquer mercado no território brasileiro. Cabe aqui destacar que, a metodologia para a realização do curso foram: estudo e sistematização da legislação dos orgânicos; fundamentação teórica sobre o processo de certificação participativa; reuniões preparatórias para a consolidação do curso proposto no edital, e a concretização do curso de formação com os agricultores vinculados a Rede de Cultivos Agroecológicos do Alto Sertão paraibano.

Os 15 assentamentos que são vinculados diretamente à Rede de Cultivos Agroecológicos do Alto Sertão e que participaram do projeto, já possuem parceria direta com a CPT e IFBDS e Instituições Federais de Ensino (UFCEG e IFPB) o que agregou a participação de diversos bolsistas, professores e pesquisadores de projetos que também estavam em execução, o que fortaleceu muito as ações de formação com os agricultores.

Como objetivos específicos tivemos:

a) Realizamos estudos sobre estratégias de certificação participativa como contribuição ao desenvolvimento territorial sustentável;

b) Investigamos a atual situação da produção agroecológica nos assentamentos rurais beneficiados pelo Projeto PEASA, com apoio dos técnicos do IFBDS e CPT;

c) Promovemos a articulação institucional entre o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA e a Rede de Cultivos Agroecológicos para o empoderamento dos agricultores (as) sobre a temática da certificação participativa.

d) Apoiamos o processo da certificação participativa de produtos orgânicos da Rede de Cultivos Agroecológicos do Alto Sertão paraibano.

Com a realização do projeto também se pôde estimular jovens estudantes de graduação em atividades de extensão universitária.

Desenvolvimento de algumas atividades propostas: Breves reflexões

O embasamento teórico e metodológico foi muito importante para o desenvolvimento das nossas atividades e foi feita em todo o caminho do projeto. Onde revisamos cada autor e obras contribuíram para as discussões, debates e aprofundamento, considerando as técnicas utilizadas pelos camponeses, a confiabilidade a que está atrelado aos produtos comercializados de forma direta e indireta para os consumidores e nossa atuação direta com os camponeses.

Por meio deste, vimos os principais conceitos que embasaram nossa pesquisa e ação, como o conceito de agroecologia, agricultura familiar (SAUER, 2008), desenvolvimento territorial, indicadores de sustentabilidade (GUIMARÃES e FEICHAS, 2009) Feira Agroecológica, resistência (OLIVEIRA, 2014), campesinato, capitalismo, produção (OLIVEIRA, 2007), dentre outros, que em suas obras, dialogam com uma percepção a cerca territorialização, produção, consumo e desenvolvimento sustentável, analisando as características de dominação e apropriação de capital para impulsionar o mercado produtor, pautado na monocultura e subordinação dos camponeses.

A regulação específica (Lei nº 10.831 de 23 de dezembro de 2003/Decreto nº 6.323 de 27 de dezembro de 2007/Instrução Normativa nº 64 de 18 de Dezembro de 2008) possibilita a garantia da qualidade orgânica por três mecanismos distintos.

1) Os Organismo de Conformidade Social – OCS, que possibilita o funcionamento de ponto de venda direta de produtos orgânicos, no qual se enquadra as Feiras Agroecológicas; 2) A metodologia convencional, realizada por empresas especializadas

em certificação, cuja metodologia já foi brevemente descrita; 3) A certificação participativa que diz respeito ao Sistema Participativo de Garantia – o SPG, e que possibilita a venda a mercados privados (OLIVEIRA, 2012).

O Sistema Participativo de Garantia (SPG), para produção orgânica foi reconhecido pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA, por meio do decreto Lei 6.323 de 27 de dezembro de 2007 e seguem os critérios estabelecidos pela Lei 10.831 – a Lei dos Orgânicos.

Com o reconhecimento da certificação participativa agroecológica constitui uma conquista política da Agroecologia, contribuindo no processo de institucionalização da Agroecologia em curso no Brasil, e para que funcione de maneira adequada, se caracteriza pelo Controle social e a Responsabilidade Solidária, possibilitando gerar mais credibilidade para diferentes realidades sociais, culturais, políticas, institucionais, organizacionais e econômicas.

Nesta perspectiva, o nosso Projeto, pretendeu contribuir com a consolidação da metodologia participativa da produção Agroecológica na Paraíba, e para isso, se propôs a analisar e promover um curso de formação com os agricultores e agricultoras da Rede de Cultivos Agroecológicos do Alto Sertão paraibano sobre certificação participativa. Com isso, demonstrar que as experiências agroecológicas dos agricultores do Alto sertão Paraibano podem garantir a certificação por meio do SPG, que vão auxiliar na tomada de decisões e qualificações dos sistemas agroecológicos da região.

Foi por meio dessas contribuições que, o primeiro trabalho de campo aconteceu no mês de Junho de 2016, que foi realizado com objetivo de conhecer a Feira Agroecológica, que acontece na cidade de Sousa – PB, localizada em frente à igreja matriz da cidade e conta com a parceria do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas- SEBRAE, do Instituto Federal da Paraíba- IFPB, do Sindicato Rural e da Prefeitura Municipal de Sousa. Figura 01.



Figura 01: Agricultores que compõem o espaço da feira: Assentamento Nova vida II, Comunidades Rurais das Várzeas de Sousa, Vierópolis e Gravatá.

É de forma satisfatória que apontamos aqui a resistência dessa prática, da socialização entre os camponeses e suas relações, que tanto contribui para melhoria de vida dos produtores e seus consumidores.

Participamos também do Encontro da Rede de Cultivos Agroecológicos que aconteceu no Centro Diocesano de Pastoral, Faculdade de Filosofia Ciências e Letras – FAFIC, no mês de Agosto de 2016, com o tema: Sementes da Paixão: Não planto transgênico para não apagar minha história, figura 02. Esse momento foi de apresentação e defesa das sementes e da importância de guardar suas sementes para reproduzir a cultura e a resistência da agroecologia, bem como dos camponeses.



Figura 02: Encontro da Rede de cultivos agroecológicos

Essa participação e todas as discursões produzidas no evento fortaleceram os conhecimentos adquiridos, pois, nos impulsionou a analisar as realidades das famílias envolvidas, discutir como são organizados os agricultores e suas produções, tendo em vista as práticas agroecológicas passadas de geração para geração como é o caso também das sementes crioulas, enxergando como isso tudo fortalece a resistência ao modelo capitalista imposto pelo sistema rural.

Foi a partir desse elo, que se fortaleceu o andamento do processo de certificação, bem como, para o reabertura e melhoramento das Feiras Agroecológicas no Alto Sertão Paraibano, como é o caso das feiras de Cajazeiras e Santa Helena, posteriormente.

Participamos ainda, da Reunião da Comissão de Produção Orgânica da Paraíba na cidade de Campina Grande – PB, figura 03, no mês de Agosto de 2016, houve rodadas de apresentação das entidades presentes, tais como: UEPB, UFPB, Central de Associações dos Assentamentos do alto Sertão Paraibano - CAASP, UFCG, EMBRAPA ALGODÃO, ASSENTAMENTOS, CPT, IFBDS. E um dos momentos mais importantes foram as pautas, que visaram o recadastramento das OCS, a articulação da semana dos orgânicos, bem como a integração entre os participantes e contribuições destes para a Comissão.



Figura 03: Reunião da Comissão de Produção Orgânica da Paraíba na cidade de Campina Grande – Paraíba

Houve ainda a socialização de alguns projetos e de como a política social e territorial se desenvolve em cada realidade, dentre esses, apresentamos, o projeto de

Certificação, PEASA e Programa de Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC, vinculados a UFCG – CFP, e nossas organizações sociais e movimentos sociais. Assim, vimos como anda o desenvolvimento dos trabalhos de pesquisa sobre certificação em OCS, os indicadores de sustentabilidade, ações de planejamento conjuntamente com IFBDS, CAAAPES, CPT, NEDET que desenvolve e articula o fortalecimento dos territórios, unindo a comunidade civil, vinculados ao CNPQ.

A participação nessa reunião, nos lançou diretamente em contato com as entidades responsáveis pela organização da produção agroecológicas no estado da Paraíba, e estes, são de extrema importância para nossos aportes teórico/metodológico, pois, lançaram experiências e essas trocas proporcionam um aporte maior de nossos conhecimentos e prepara para o contato com as normalizações que foram tão importantes no momento do projeto.

Seguindo as atividades do projeto, no mês de Setembro realizamos a elaboração de questionários para serem aplicados com os agricultores dos assentamentos envolvidos no projeto, com o desenvolvimento e aplicação destes pudemos conhecer melhor os produtores e suas produções, saber das suas principais dificuldades e a importância da certificação para o produtor, produção e consumidor. Também nesse mês começamos a articular e preparar o curso de certificação, juntamente com a CPT.

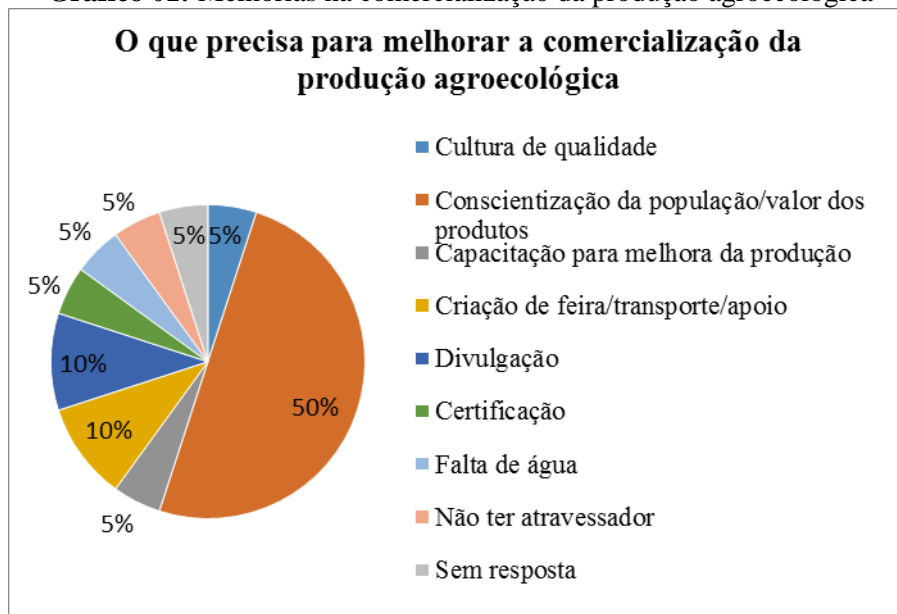
No mês de Outubro foi preparado e realizado o *I Curso de Certificação Agroecológica do Alto Sertão Paraibano* (Imagem 04), sendo articulado pelo Professor Orientador; Josias de Castro, PEASA e técnicos a realização do curso em Cajazeiras – PB. O curso teve como principal objetivo capacitar os produtores Agroecológicos e técnicos em relação aos regulamentos da certificação orgânica em suas propriedades e atividades agrícolas, pecuárias e de processamento, com vistas ao reconhecimento pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA (Controle Social).



Imagem 04: Curso de Certificação Agroecológica do Alto Sertão Paraibano

Os responsáveis pelo curso foram a equipe do PEASA, juntamente com o professor Josias de Castro Galvão; a professora Mariana Borba de Oliveira; as bolsistas do projeto e estudantes da UFCG Alia Pinheiro e Mismana Morais e mais duas estudantes da UFCG voluntárias do projeto Maria do Socorro Barros e Elieide Silva.

Dentre as considerações feitas pelos agricultores, destacamos algumas, que podem servir como dado para futuras pesquisas:

Gráfico 01: Melhorias na comercialização da produção agroecológica

Fonte: PEASA/CNPQ, 2016

Nos dados apresentados percebe-se que a sensibilização da população/valor dos produtos foi o mais ressaltado pelos produtores para melhorar no momento da comercialização, outros pontos que foram apresentados por eles foi a divulgação e a criação da feira/transporte/apoio. Outros aspectos ressaltados pelos camponeses foram à cultura de qualidade, capacitação para melhora da produção, certificação, falta de água e não ter atravessador, que possam auxiliar na comercialização.

Nos remete a interagir com as dinâmicas de cada assentado, devido as demandas de cada lugar, mas também foi apontado o que pode trazer de benefícios com a certificação, que é a soberania alimentar e a valorização dessa.

Esse e outros valores foram atribuídos nas respostas dos questionários, e responsáveis pelo incentivo direto com a proposta para a perspectiva Agroecológica, que pretende contribuir com a construção de uma autonomia dos produtores. E assim todos os envolvidos dentro do projeto, destacamos a história de luta e resistência dos sujeitos envolvidos enxergando o modo de produção agrário de nossa região que é subordinado ainda pelos ranços históricos culturais sociais do sistema capitalista.

Essas afirmações puderam ser melhores esclarecidas na tabulação dos dados, que foram obtidos pelo levantamento de dados pelos questionários aplicados. Por meio da participação no projeto pudemos observar a importância da agricultura orgânica e a

importância desta para os camponeses como para os consumidores das feiras e daqueles que compram de forma direta. Além de conseguirem conciliar a teoria da academia aprendida no decorrer dos contatos feitos e a prática de convívio com suas experiências. (SAUER, 2008).

Considerações Finais

Entendemos como é importante a construção de uma Certificação Participativa e conhecer como a mesma é desenvolvida nas suas esferas (Organização – Institucional e dos camponeses envolvidos), pois é necessária a participação e integração de todos da comunidade, da produção até a comercialização, ou seja, é preciso o envolvimento de produtores, técnicos e consumidores e os intercâmbios entre os camponeses que se visitam uns aos outros e compartilham ideias e conhecimento.

Portanto, vimos que é pela prática agroecológica que surge a perspectiva ecológica, e a necessidade de conservar a biodiversidade e a identidade camponesa. É preciso enaltecer a importância dos trabalhos de campo e dos debates em equipe, que proporcionaram um amadurecimento dentro do Projeto, o que contribuiu diretamente para o nosso crescimento profissional enquanto bolsistas, voluntários e colaboradores, fortalecendo assim, o entendimento sobre a Agroecologia e sobre a Certificação e de como se organiza o movimento camponês na busca por autonomia e trabalho.

Os camponeses em questão podem vir a garantir uma qualidade certificada, por meio da OCs, e divulgar a qualidade agroecológica da produção ao mesmo tempo em que contribuem para produção coletiva, com o apoio dos consumidores e demais parceiros. Essas experiências e confiança formam o processo sem hierarquia social, sem altos custos para produção. Portanto, envolvem na quebra do paradigma de produção e consumo, pois, passa a ser mais comprometida com a qualidade e a participação de quem produz e de quem compra.

Referências

Agricultura orgânica: **introdução às normas, regulamentos técnicos critérios para acesso aos mercados dos produtos orgânicos no Brasil.** /Maria Fernanda de Albuquerque Costa Fonseca, com a colaboração de Shirlene C. Alves Barbosa... [et al.]. -- Niterói: Programa Rio Rural, 2009. 58 p. 30 cm. -- (Programa Rio Rural. Manual Técnico, 19).

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Caderno do plano de manejo orgânico** / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. – Brasília: MAPA/ACS, 2011. 62p.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Mecanismo de controle para a garantia da qualidade orgânica** / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Coordenação de Agroecologia. – Brasília: Mapa/ACS, 2012. 56p.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Produtos orgânicos: sistemas participativos de garantia** / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. – Brasília. Mapa/ACS, 2009. 44p.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia e sustentabilidade: base conceitual para uma Nova Extensão Rural**. In: Anais do Encontro Internacional sobre Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Botucatu (SP): UNESP/FCA/DGTA/Instituto Giramundo Mutuando, 2001.

CEPAGRO. **Certificação participativa de alimentos agroecológicos**. Florianópolis, 2013. (Saber na prática, c. 2).

GUIMARÃES, Roberto Pereira, FEICHAS, Susana Arcangela Quacchia. **Desafios na Construção de Indicadores de Sustentabilidade**. Ambiente & Sociedade. Campinas v. XII, n. 2. p. 307-323. jul.-dez. 2009

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p. Inclui bibliografia.

OLIVEIRA, M. B. **A produção agroecológica certificada como indutora da sustentabilidade e do desenvolvimento da agricultura familiar no estado da paraíba – PB**. João Pessoa – PB. Junho de 2014.

OLIVEIRA, M. B. **Certificação Participativa e Agroecologia: Processos de Organização e Resistência Camponesa na Mata Paraibana**. 2012. 260 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

SAUER, Sérgio. **Agricultura familiar versus Agronegócio: a dinâmica sóciopolítica do campo brasileiro**. – Brasília, DF: Embrapa informação tecnológica, 2008.

AGRONEGÓCIO, PRÁTICAS CAMPONESAS E PROCESSO DE (RE)TERRITORIALIZAÇÃO NO PIAUÍ

Daniel César Meneses de Carvalho
danielcesarpi@gmail.com
Universidade Estadual de Campinas - Unicamp

Alex Bruno Ferreira Marques do Nascimento
alexbruno.fmn@gmail.com
Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

Vicente Eudes Lemos Alves
veudes@ige.unicamp.br
Universidade Estadual de Campinas - Unicamp

Resumo

As transformações que o campo no Brasil sofreu são peças-chave para entender a configuração territorial que está sendo desenhada no país. Especialmente a partir dos anos de 1970 observou-se o avanço de uma nova rotina do capital na qual o camponês, personagem recorrente na história do país, não estava familiarizado. Dessa maneira, fica evidente a importância de analisar as novas formas de reterritorialização existentes no rural piauiense, em particular no Semiárido, e como a agronegócio está atuando no território supracitado. Para viabilizar tal análise, a metodologia baseou-se em procedimentos históricos e comparativos. Na fase de gabinete foi realizada uma revisão bibliográfica e documental. Além disso, foram consideradas fontes censitárias do Sidra e Ibge para auxiliar no processo de análise da nova realidade de reterritorialização do Piauí. Já o universo analisado na pesquisa foi o Semiárido Piauiense, que é composto por 151 municípios. Entretanto, para a pesquisa, foram escolhidas as seguintes cidades: Itauera, Nazaré do Piauí, Oeiras e Picos. Constatou-se, portanto, uma dinâmica diferente no comércio dos produtos, onde o camponês, que produzia para o seu sustento e vendia parte de sua produção, agora opta por adquirir produtos de fora para comercializar na feira. Conclui-se nesse estudo que a relação entre agronegócio e camponês é conflituosa, pois o pequeno produtor sofre com a violenta expansão das produções monocultoras. Contudo, é imprescindível destacar que o camponês, tal qual a história, muda suas motivações, reinventando-se para sobreviver à evolução do capitalismo.

Palavras chave: Semiárido piauiense. Agronegócio. Camponês. Territorialização.

AGRIBUSINESS, FAMILY FARM PRACTICES AND (RE)TERRITORIALIZATION PROCESS IN PIAUÍ

Abstract

The transformations in Brazil's field has undergone are key pieces to understand the territorial configuration that is being drawn in the country. Especially from the 1970s onwards was observed the advance of a new routine of capital in which the peasant, a recurring character in the history of the country, was unfamiliar. In this way, it is evident the importance of analyzing the new forms of reterritorialization existing in the rural Piauí, in particular in the Semiárido, and how agribusiness is acting in the aforementioned territory. To make this analysis viable, the methodology was based on historical and comparative procedures. In the cabinet phase a bibliographic and documentary review was carried out. In addition, it was considered census sources of Sidra and Ibge to assist in the process of analysis of the new reality of reterritorialization of Piauí. Already the universe analyzed in the research was the Semiárido Piauiense, which is composed of 151 municipalities. However, for the research, the following cities were chosen: Itauera, Nazaré do Piauí, Oeiras and Picos. A different dynamic was found in the trade of products, where the peasant, who produced for his livelihood and sold part of his production, now chooses to buy products from outside to market at the fair. It was concluded in this study that the relationship between agribusiness and peasants is conflicting, since the small producer suffers from the violent expansion of monoculture productions. However, it is essential to emphasize that the peasant, like history, changes his motivations, reinventing himself to survive the evolution of capitalism.

Key works: Semi-arid Piauí. Agribusiness. Farmer. Territorialisation

Introdução

As transformações nas quais o meio rural brasileiro vem sofrendo desde o período colonial são peças-chave para compreender a configuração territorial que está sendo desenhada no país. Especialmente a partir dos anos de 1970 observou-se o avanço de uma nova rotina do capital na qual o camponês, personagem recorrente na história do país, não estava familiarizado.

Do tempo contado sem relógio e da labuta medida pelo cansaço, o pequeno produtor viu-se dividindo espaço com grandes monocultivos, caracterizados pelo maquinário pesado e por grandes metas de mercado. Essa peculiar forma de convivência alcançou o território piauiense com mais velocidade justamente na década de 1990, onde a soja foi o carro-chefe do agronegócio.

A partir do sudoeste, produtores mudaram a paisagem rural piauiense, transformando grandes planícies em um mar verde. Nessa incursão capitalista, houve, portanto uma nova roupagem: o “campo” piauiense, antes tido como um “espaço vazio” foi vendido como a última grande fronteira agrícola do Brasil. Seguindo os mesmos passos dos desbravadores piauienses, que trouxeram as primeiras fazendas de gado para o Estado a partir do sul de seu território, o agronegócio seguiu ocupando outros municípios, tornando-se parte da realidade rural. Percebeu-se assim uma territorialização capitalista no campo piauiense; o camponês, antes personagem que mantinha certo protagonismo para o desenvolvimento do Estado, torna-se sinônimo de “atrasado”, o que subsidiava o argumento de que o agronegócio deve ser incentivado com o intuito de incrementar o Produto Interno Bruto (PIB) piauiense.

Assim, a agricultura capitalista avança rumo ao Semiárido, em sua busca por terras a preços convidativos e incentivos fiscais. Concomitante a esse processo, a expropriação dos camponeses toma corpo e engrossa o Êxodo para os centros urbanos.

Diante dessa teia de eventos, é de suma importância analisar as novas formas de reterritorialização existentes no rural piauiense, em particular no Semiárido, e como o agronegócio está atuando no território supracitado; além disso, é necessário resgatar discussões acerca da histórica formação do rural piauiense e seus aspectos socioculturais, com o intuito de dar subsídio para a realização de uma discussão sobre a valorização “do vazio” do campo e os diversos aspectos territoriais de atração do agronegócio, para que dessa maneira tenhamos um aporte para compreender o constante processo de territorialização no rural do Piauí. É por esse caminho que o presente estudo irá seguir.

Procedimentos Metodológicos

A metodologia, enquanto etapa primordial para o desenvolvimento da pesquisa baseou-se em procedimentos históricos e comparativos, pois as novas formas de reterritorialização existentes no Piauí englobam variáveis que não podem ser simplesmente quantificáveis.

Marconi e Lakatos (2010) explicam que o método histórico desenvolve-se a partir da investigação de acontecimentos pretéritos com o intuito de analisar suas influências na sociedade atual, ou seja: para a melhor compreensão do contexto do espaço rural piauiense, foi necessário o conhecimento do âmbito cultural, econômico, físico e social do passado e sua evolução ao longo do tempo.

Já o método comparativo serviu para analisar semelhanças e diferenças dos distintos grupos que são o foco da pesquisa (camponeses e grandes produtores). Dessa forma, tem-se uma base sólida para verificar similitudes e discutir divergências. Esse método também permitiu que o estudo comparasse, por exemplo, a organização dos grupos de camponeses do passado com os do presente. Portanto, “analisando o concreto, deduzindo do mesmo os elementos constantes, abstratos e gerais” é que se cria uma verdadeira experimentação (MARCONI E LAKATOS, 2010, p.89).

Com a intenção de basear teoricamente a pesquisa, foi realizada na fase de gabinete uma revisão bibliográfica e documental, construída a partir de documentos oficiais de Instituições públicas (leis e relatórios), livros voltados para a temática abordada e artigos. Além disso, foram consideradas fontes censitárias do Sistema Ibge de Recuperação automática do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para auxiliar no processo de análise da nova realidade de reterritorialização do Piauí; assim, dados como distribuição da população, quantidades de produtores, características econômicas e sociais da região foram de suma importância no processo de pesquisa.

Já a fase de campo teve como base a avaliação da situação em que a sociedade rural se encontra e quais as características que a constrói. Como afirma Kaiser (1949, p. 98), “a análise da sociedade é análise da luta de classes, [...] o que pode ser traduzido de modo mais nuançado: a dinâmica social é revelada pelos conflitos”. Portanto, identificar os possíveis conflitos foi a peça-chave para orientar a análise do estudo. Assim, a pesquisa de campo foi operacionalizada a partir de técnicas de observação direta extensiva, a partir de questionários aplicados em grupos de camponeses, cooperativas, representantes das empresas de agronegócio, líderes sindicais e representantes governamentais.

Os questionários foram estruturados com perguntas semiabertas, apresentando categorias ou alternativas de respostas fixas, livres (questões de múltipla escolha, objetivas, e de respostas subjetivas), e entrevistas não diretivas, nas quais o pesquisador expôs o tema da investigação e deixou o entrevistado discorrer livremente, sem forçá-lo, visando analisar as condições econômicas e sociais dos investigados (BARROS E LEHFELD, 2007). Também foi na pesquisa de campo onde foram realizados registros fotográficos, filmagens e gravações de voz junto aos entrevistados. Ao final, na fase de laboratório os dados coletados foram tratados estatisticamente e tabulados.

Já o universo analisado na pesquisa foi o Semiárido Piauiense, que é composto por 151 municípios, segundo o Programa de Convivência com o Semiárido (2017). A área desse Bioma estende-se pelo Leste e Sudeste e corresponde a 62,1% da área do Estado. Entretanto, para a pesquisa, foram escolhidas as seguintes cidades: Itaueira, Nazaré do Piauí, Oeiras e Picos, por ilustrarem a dinâmica de reterritorialização que ocorre no Semiárido do Piauí (esses municípios estão identificados, da esquerda para a direita, na Figura 1):

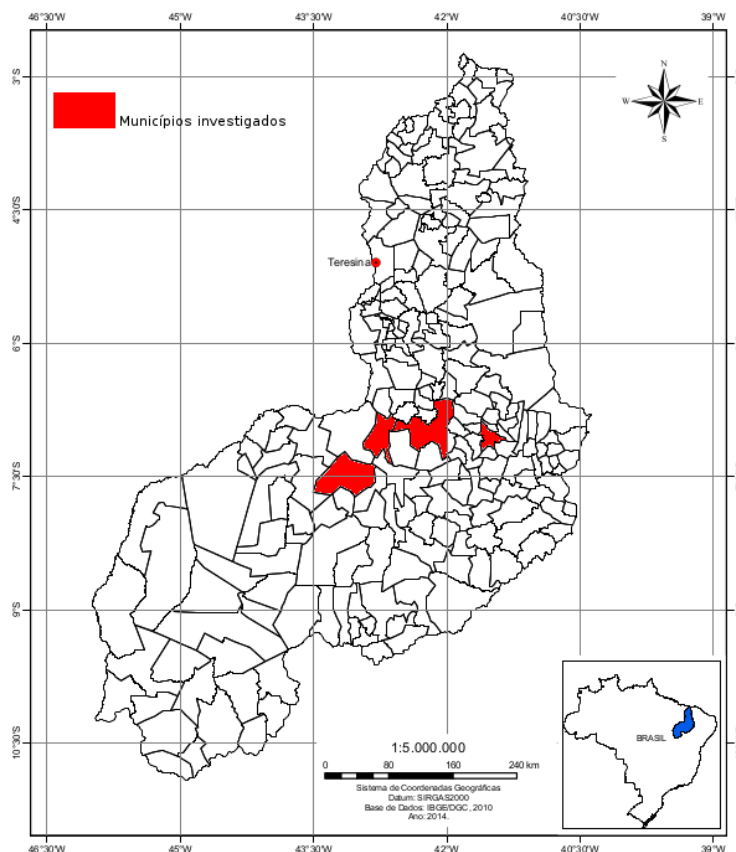


Figura 1: Mapa do Piauí com identificação dos municípios pesquisados (Itaueira, Nazaré do Piauí, Oeiras e Picos).

Fonte: Ibge, 2010.

Após a coleta das informações de campo, o tratamento dos resultados foi realizado através de programas eletrônicos, como o Pacote Estatístico para Ciências Sociais (SPSS) e o Microsoft Office Excel 2013. Já a análise qualitativa foi efetivada a partir da comparação dos dados coletados na investigação de campo e nas informações oficiais, alicerçada nas revisões bibliográfica e documental.

Avanço do capital no rural piauiense e a valorização do “novo território”

A transformação e recriação do território agrário piauiense foram alicerçadas principalmente na forma de como se deu o processo de estruturação das atividades econômicas em territórios antes tido como “vazio”. Nesse cenário, os pequenos proprietários e trabalhadores (livres e escravos) foram indivíduos importantes para a consolidação do Estado. A ocupação do território tomava fôlego no decorrer do tempo.

Contudo, com o advento da agricultura capitalista, criou-se a concepção de que o homem do campo não poderia praticar uma agricultura eficaz, pois não tinha acesso à tecnologia que o agronegócio dispunha. Moraes (2006) destaca que atividades agrícolas deveriam ser promotoras de empregos para o campo e conseqüentemente, de aumento do poder aquisitivo das famílias rurais.

Nessa perspectiva, observando essas grandes e vastas áreas “sem produção”, algo deveria ser feito para que o Estado criasse uma rotina econômica no campo que o fizesse

ranquear no mercado agrícola exportador: assim pensava o Governo do Estado e esta ideia se fortaleceu com o advento dos grandes programas de incentivo ao mercado do agronegócio.

Quando se fala de nível nacional, o país já estava em terceiro lugar de produção de soja na década de 1960 e subindo uma posição dez anos depois. De acordo com Santos e Araújo (2007) os polos de agronegócio responsáveis por esse desempenho eram os do Centro-oeste e do Sul brasileiro.

Contudo, o que se iniciou na década de 1950 em todo o Brasil só veio a tomar corpo, no Piauí, quase trinta anos depois, com os primeiros programas voltados para os vales úmidos. A partir na década de 1970, Alves (2015) lembra a criação de outros programas, onde se destacavam o Polonordeste, o Projeto Sertanejo e o Programa de Irrigação do Nordeste. A fim de fortalecer tais iniciativas, houve também aberturas de créditos principalmente para práticas de reflorestamento e atividades agropecuárias, advindas da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e do Banco do Nordeste (BNB).

Em harmonia com a criação destes programas, as ações de desenvolvimentos governamentais eram claramente direcionadas para o avanço técnico no campo. De acordo com a Cepro (2016), na administração do então governador Alberto Silva houve o esforço de se elaborar uma diretriz para alavancar a economia piauiense. Na Diretriz de 1974, há a constatação que entre 1962 e 1968, o ritmo de crescimento estadual foi muito insatisfatório o que é creditado a uma série de fenômenos, como por exemplo, a concorrência de outros Estados com melhor infraestrutura e capital aplicado.

Assim, para justificar o amplo esforço para dinamizar o agronegócio no Piauí, esteve claro nesta diretriz que o Piauí carece de um mercado interno que alicerce um desenvolvimento estadual condizente com resto do Brasil. Ficou registrado que era naquele momento mais prudente investir no mercado exportador, já que dessa maneira criar-se-ia uma capacidade de atração de investimentos que trariam vantagens para o Estado competir por fatias do mercado nacional e internacional nos segmentos de exportação de matérias-primas agrícolas e minerais (CEPRO, 2016).

Com o movimento “modernizador” dos latifúndios (pelo advento dos recursos técnicos, e utilização de insumos químicos e máquinas) há o agravamento da concentração fundiária, além da criação da vantagem (ou predileção) por produtos de maior valor para o comércio. Isso também faz surgir novas formas de condições de trabalho entre camponeses e grandes proprietários (assalariamento temporário), tornando muitas vezes esses camponeses em proletariados.

É preciso destacar que essa corrente modernizadora que abarcou não só o Piauí, mas todo o Brasil, não foi um planejamento excludente tanto em essência quanto em execução; com o crescimento prioritário do agronegócio, relegou o camponês a um personagem secundário, o que gerou distorções de desenvolvimento no setor primário.

Essa desigualdade deu-se acima de tudo pela apropriação do excedente econômico pelos grandes produtores. Bandeira (1978) explica que o excedente econômico, que deveria ser aplicado em território estadual e assim incrementar a economia é simplesmente para aumentar ainda mais o lucro dos detentores de capital, e não necessariamente donos de terras. Isso se dá porque esse excedente concentra-se nas mãos de poucos proprietários, e esses mesmos são os que têm maior acesso aos créditos e poder político. Assim, a balança sempre pende para o lado do agronegócio.

Dessa maneira, a dominação territorial que é imposta e perdura até o século XXI gerou diversas formas de reterritorialização dos agentes que atuam no rural. Para entender

os processos advindos desses processos, constituídos, dentre outros fatores, pela expropriação, é importante observar tanto o contexto econômico, político, simbólico e cultural, como demonstra Haesbaert (2016). A desterritorialização (que existe concomitante ao movimento de reterritorialização) é algo negativo quando o camponês, ao adaptar-se às novas lógicas existentes no rural tem o a sua vivência religiosa, suas crenças e seus valores ameaçados.

Essa desarmonia de objetivos alarga a distância de uma relação harmoniosa entre os dois extremos do embate (agronegócio e camponês), fazendo surgir assim uma desordem no território, que pode reverberar tanto no campo quanto na cidade. Dentro desse sistema de dominação territorial, a exclusão inerente ao processo é agravada pela distância histórica que separa a agricultura capitalista e a camponesa.

Martins (2012) lembra que o camponês ainda abriga em seus costumes relações econômicas e sociais do período colonial brasileiro, além de seus esforços enquanto sociedade são direcionados para sua família e comunidade que o cerca. O confronto vem da subjugação dessa comunidade pelo aparato tecnológico que é alicerçado por leis e interesses muito diferentes dos quais o camponês está acostumado. A pressão dos latifúndios e da lógica de mercado exige uma resiliência cada vez maior das pequenas unidades agrícolas familiares.

Análise das atividades camponesas e do agronegócio no Semiárido piauiense

A rota da pesquisa de campo levou em consideração dados de produção agrícolas coletados no Sistema Ibge de Recuperação Automática (Sidra) a fim de reconhecer os municípios com maior relevância econômica e que abrigam um economia relevante de pequenos produtores agronegócio. Abaixo, a Tabela 1 apresenta números, de 1990 a 2015, sobre a área plantada, em hectares, dos municípios escolhidos para a pesquisa que se localizam em região de semiárido:

Tabela 1: Área plantada (hectares) no municípios de Picos, Itaueira, Oeiras e Nazaré do Piauí, nos anos de 1990, 2000, 2010, 2014 e 2015.

UNIDADE	ÁREA PLANTADA / ANO				
	1990	2000	2010	2014	2015
Picos	34.310	5.713	6.681	6.673	6.930
Itaueira	7.918	11.930	8.285	6.541	6.875
Oeiras	34.477	7.296	5.055	6.574	5.300
Nazaré do Piauí	1.598	3.791	1.624	490	190

Fonte: Adaptado do Sidra, 2017.

Como pode ser observado na Tabela anterior, é perceptível que a capacidade produtiva já foi concentrada em alguns municípios. Em Picos, por exemplo, que já teve uma área de 34.310 hectares destinados à agropecuária diminuiu abruptamente este número em 2015, chegando a disponibilizar menos de sete mil hectares para lavouras. Nos demais municípios também se observaram oscilações, principalmente de 1990 a 2000. As maiores perdas são atribuídas principalmente, à criação de novos municípios no Piauí, mas esse não é o principal fator.

Se considerarmos o “boom” na urbanização piauiense em meados de 1990, podemos inferir que houve um aumento das cidades e decréscimo de áreas disponíveis para a agricultura. Ademais o êxodo rural e a mudança no labor do camponês também

são fatores preponderantes para essas alterações. Agora, a pequena unidade familiar encolhe e sua base produtiva desaparece, impelindo o camponês a assalariar-se ou tentar a vida nos centros urbanos.

Nesse sentido, qual o mais importante elo que mantém alguns camponeses resistindo em áreas de semiárido? Uma das suas maiores características é a confluência entre trabalho familiar e relação com a terra: o sentimento de pertencimento ao lugar, a criação dos filhos e os ensinamentos transmitidos entre as gerações permite que estes camponeses mantenham traços culturais de relação com a natureza e com o seu próximo bastante evidentes. Mesmo levando em consideração essa tradicionalidade, percebeu-se que o camponês agrega muitos valores (ou até mesmo perde/altera alguns) no decorrer do tempo, devido às novas dinâmicas territoriais.

É fato que o espaço comum e natural está sendo subtraído para atender às necessidades do mercado agrícola, principalmente. Dessa forma, o camponês resiste à regulação macrossistêmica do lucro a qualquer custo. A microeconomia camponesa, portanto, não se movimenta a partir da ação individual, e sim de todos os indivíduos da unidade familiar, já que todos são, ao mesmo tempo, produtores e consumidores.

Assim, observou-se que há camponeses, mesmo diante da lógica excludente que o capital impõe no campo, que procura outras formas de reprodução econômica. Como exemplo pode-se citar Oeiras, que tem como ponto de confluência de pequenos agricultores sua Feira Municipal:



Figura 2: Feira Pública em Oeiras – PI.

Fonte: Autor (2017).

Na Feira municipal de Oeiras observou-se que há a venda de vários produtos agrícolas, destacando-se as frutas (melancia, melão, laranja, banana, mamão, dentre outros), especiarias (condimentos) e verduras. Com um fluxo de transeuntes intenso, a Feira comporta camponeses originados de vários municípios piauienses e até mesmo do Ceará. Ao serem interpelados sobre a origem de certos produtos, os feirantes apontaram que as frutas são originadas de Juzeiro da Bahia e que em certos dias da semana os mesmos pegam um transporte até o referido município para realizar a comprados produtos e revender na feira; alguns feirantes também pegam seus produtos de Minas Gerais, principalmente o café em grãos para torrar, moer, empacotar e vender diariamente no centro de Oeiras.

Constatou-se, portanto, uma dinâmica diferente no comércio dos produtos nesse município do Semiárido, onde o camponês que produzia para o seu sustento e vendia

parte de sua produção, agora opta por adquirir produtos de fora para comercializar na feira. Nesse caso, vários dos produtos são gerados em grandes territórios de agronegócio fora do Estado do Piauí. A lógica de produção capitalista, portanto, é aqui ilustrada pela interdependência entre estados, onde o camponês vê a oportunidade de incrementar sua renda a partir da comercialização de produtos nos quais ele não consegue cultivar em suas terras, principalmente por falta de tecnologia (irrigação) e clima regional.

Já em Picos, a análise buscou entrevistar professores da Universidade Estadual do Piauí (UFPI) e da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), com o objetivo de verificar quais ações estão sendo feitas na região em prol da agricultura local. A UFPI oferece, dentre outros cursos, o de Educação do Campo, com o objetivo de formar licenciados capacitados em quatro habilitações: "Ciências da Vida e da Natureza", "Letras e Artes", "Matemática" e "Ciências Sociais e Humanidades", onde a cada ano é oferecida uma habilitação. Tal curso é direcionado primordialmente para indivíduos que optem por atuar no ensino, produção e difusão de conhecimento científico e tecnológico voltado para Escolas do Campo (UFPI, 2017).

A pesquisa também pôde constatar que a maior produção na zona rural de Picos é de apicultura. Com o aumento da produção deste produto, houve o crescimento de cooperativas, onde se destacam a Central de Cooperativas Apícolas do Semiárido Brasileiro (CASA APIS) e a Cooperativa Apícola da Microrregião de Picos (CAMPIL). Tais organizações surgiram da necessidade de anular a atuação de atravessadores que colocavam preços muito baixos para a produção de mel. A cajucultura em Picos também é evidente; em pontos da BR-230 há o comércio tanto de mel quanto de castanhas de caju, que são extraídos, torrados, descascados e ensacados pelos próprios agricultores.

Nesse caso, a organização política dos agricultores foi evidente, pois um movimento de resistência emerge quando há forças contrárias que tencionam diante de um mesmo território. A luta é elaborada de inúmeras formas e no caso do rural piauiense, ela se perpetua nos campos da política, dos ideais, de diferentes formas de ver o bem-estar social e principalmente pelo levante camponês diante da sua perda de identidade e da dificuldade de adaptar-se a uma nova forma de produção.

Picos, por mais que não apresentasse grandes projetos de agronegócio em seu território, sentia em seu comércio local a forte influência deste. Em sua feira municipal, além de produtos da agricultura camponesa (hortaliças, cultivares de pequena exigência edáfica, dentre outros), também existem alimentos produzidos fora da região, principalmente frutas originadas de polos irrigados de Guadalupe (município piauiense) e da Bahia. Assim, é notável a força que o agronegócio da fruticultura exerce, direta e indiretamente, na economia do semiárido piauiense.

Mesmo com a produção do agronegócio presente em todos os municípios investigados, também foram observadas produções camponesas que resistem à produção agrícola industrial. Ao observarmos a dinâmica agrícola em Nazaré do Piauí, percebemos que o camponês mantém uma rotina de trabalho onde sua principal base de sustento é o que ele planta.

Nazaré do Piauí apresentou o terceiro setor econômico (o de serviços) como o mais forte mas, muito do consumo da população, quando se fala da cesta básica diária, é originado da produção local e de municípios limítrofes, como Floriano, (cidade localizada em região de transição entre cerrado e semiárido e considerada polo regional). A seguir observa-se uma horta de Nazaré do Piauí:



Figura 3: Horta em Nazaré do Piauí.

Fonte: Autor (2017).

Segundo comerciantes e feirantes locais, Nazaré é influenciado pelos comércios locais, onde grande parcela da população trabalha ou estuda principalmente em Floriano e Picos, o que ocasiona expressiva migração pendular.

Por conseguinte, a investigação seguiu pela PI-140 com rumo a Itaueira. Ainda em boa parte da estrada, constatou-se a plantação de eucalipto e grandes extensões de terras desmatadas que também serão voltadas para essa prática, como se pode observar na imagem a seguir:



Figura 4: Plantação de eucalipto em Itaueira – PI.

Fonte: Autor (2016).

De acordo com dados disponíveis no site do Governo do Estado do Piauí, a instalação de florestas de eucalipto decorreu da instalação de grupos de investidores americanos; em 2012, o referido grupo injetou R\$ 163 milhões. A produção, inicialmente, é voltada para a fabricação de pallets, alternativa ao carvão vegetal. A meta é expandir o plantio e assim abarcar cerca de vinte mil hectares em três municípios (Barras, Floriano e Nazaré do Piauí).

As grandes plantações de eucalipto demonstram qual a nova forma de territorialização no Piauí. Anteriormente, o agronegócio estava concentrado principalmente no monocultivo da soja, mais especificamente no Cerrado piauiense. Com os incentivos do governo do Estado, observou-se, desde 2012, o surgimento de várias plantações de eucalipto em áreas de semiárido onde antes eram tidas como imensas

espaços vazios, mas com grande potencial para a geração de renda para a população piauiense. Contraditoriamente ao tamanho destas plantações, as benesses não foram sentidas pela população local, que afirma que não conhecem os produtores que ali se instalaram, pois não houve nenhum tipo de consulta mais profunda à população.

Esse caso é bem ilustrado por Santos e Silveira (2013) ao afirmarem que o Brasil rural é extensamente subordinado à lógica do capital e mesmo apresentando diversos atores no campo tem a tendência de restringir as técnicas a um grupo pequeno de empresas, tornando a lógica de exclusão mais evidente e tornando as fazendas cada vez maiores e mais dispersas entre si.

Essa situação de grandes quantidades de terra nas mãos de poucos grupos industriais tenciona as relações com a população tradicional, ao mesmo tempo em que também faz com que a natureza se curve por imposição da circulação ampliada de mercadorias. Com o aumento de produção, cada vez mais observamos a dependência do sistema financeiro brasileiro ao agronegócio (SANTOS E SILVEIRA, 2013). Portanto, o cerne do entendimento do cenário econômico e político reside na estrutura fundiária e como a concentração de terras agravou o abismo entre agricultura capitalista e camponês.

Considerações Finais

No estudo foram analisadas as novas formas de (re)territorialização no Piauí e os principais personagens que atuam no campo: o agronegócio e o camponês. No decorrer de tempo, ficou constatado que a agricultura capitalista exige novos territórios para se expandir, e o fez no Estado, saindo dos cerrados (ocupados preponderantemente pelo monocultivo da soja) rumo ao Semiárido (onde se observou uma tendência de ocupação pelas grandes florestas de eucalipto). Nessa realidade, o camponês encontrou outras formas de resistir à lógica econômica; anteriormente o camponês tinha na terra o seu principal sustento e moeda de troca; agora, é impelido a buscar novas formas de se sustentar, mas sem perder o sentimento de pertencimento à sua terra.

A partir dessas constatações, também ficou evidente que o agronegócio atua de maneira pulverizada em municípios nos quais ele ainda não está inserido territorialmente. Exemplo disso são as feiras dos municípios investigados, onde foram encontrados produtos de camponeses e de polos irrigados existentes no Piauí e em outros Estados, como a Bahia. Nesse caso, o camponês vira uma espécie de trabalhador varejista, ao captar esses produtos para comercializá-los na sede municipal. Essa seria uma forma de incrementar a renda, mas sem completamente proletarizar-se e assim evitando torna-se simplesmente uma mão-de-obra barata para o agronegócio.

Mesmo com o avanço progressivo nos municípios analisados, foi comprovada a instalação e organização camponesa e sua relevância para o abastecimento da população local. Esse quadro mostrou-se mais forte em Picos, município com maior população e quantidade de cooperativas que tem como objetivo garantir o bom trabalho dos produtores. Ademais, mesmo em pequenas hortas, evidenciou-se que o camponês agora é ciente que seu trabalho é importante na medida em que ele mesmo o valoriza. O esforço de muitos, portanto, residiu na manutenção da sua vida e na permanência em sua terra.

Portanto, essa relação carregada de conflitos, quase não permite que aja coexistência pacífica entre a forma de produção capitalista e o pequeno produtor camponês, que sofre com a violenta expansão das produções monocultoras; no entanto, diferentemente de séculos atrás, a hostilidade entre dominante e dominado não se dá somente na ponta da espada ou pela bala: a expropriação e o êxodo rural são alterações

tão intensas na vida do homem no campo que reverberam na sociedade como um todo. Contudo, é imprescindível destacar que o camponês, tal qual a história, muda suas motivações, reinventando-se para sobreviver à evolução do capitalismo.

Enfim, para manter essa dinâmica de reterritorialização, o movimento camponês necessita do apoio do Estado a partir de políticas públicas que o incentivem a produzir e dessa forma conseguirem manter-se em sua terra por direito.

Agradecimentos

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí (FAPEPI) por ter viabilizado a pesquisa. Também os agradecimentos estendem-se à Universidade Estadual do Piauí (Uespi), ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Campinas, e ao professor Dr. Vicente Eudes Lemos Alves, meu orientador no doutorado em Geografia.

Referências

ALVES, Vicente Eudes Lemos (org.). **Modernização e regionalização nos cerrados do Centro-Norte do Brasil**: Oeste da Bahia, Sul do Maranhão e do Piauí e Leste de Tocantins, Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

CEPRO, 60 anos de planejamento. **CartaCEPRO**, Teresina, volume 28, n.2, julho/dezembro de 2016.

BANDEIRA, W. Piauí: agricultura e desenvolvimento. **Carta Cepro**. Volume 5, Teresina-PI. Jan/agosto de 1978.

BARROS, A. J. da S. LEHFELD, N. A. de S. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Person Prentice Hall, 2007.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

IBGE. **Mapa do Estado do Piauí**. Base de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Departamento de Geocartografia: São Paulo, 2010.

KAISER, B. O Geógrafo e a pesquisa de campo. **Boletim paulista de Geografia**. Seção São Paulo – Associação dos Geógrafos Brasileiros, nº 1. São Paulo: AGB, 1949.

MARCONI, M de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2012.

MORAES, M. D. C. de. Do destino pastoril à vocação agrícola: modernização agrícola dos cerrados e inflexões discursivas nas narrativas mestras do Piauí. IN: ELIAS, D.;

PEQUENO, R. (Orgs.). **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006.

PROGRAMA DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO. **Caracterização do Semiárido piauiense**. Homepage de internet. Disponível em: http://www.semiarido.pi.gov.br/conheca_mais.php. Acesso em 18 de setembro de 2017.

SANTOS, R. W. P. dos.; ARAÚJO, J. L. L. Os cerrados piauienses na geopolítica da soja. In: **Cerrado piauiense: Uma visão multidisciplinar**. Teresina: EDUFPI, 2007.

SANTOS, M. S.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2013.

SIDRA. **Produção agrícola municipal**. Homepage de internet. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>. Acesso em 18 de setembro de 2017.

UFPI. **Sistema integrado de Gestão de atividades acadêmicas**. Homepage de internet. Disponível em: http://sigaa.ufpi.br/sigaa/public/curso/portal.jsf?id=6389457&lc=pt_BR. Acesso em 18 de setembro de 2017.

FEIRINHA PÚBLICA DE CAJUEIRO-TOUROS/RN: RETRATO DAS NOVAS FORMAS DE ENQUADRAMENTO SOCIAL

Aevilson da Silva Tavares

Especialista em Educação Ambiental e Geografia do Semiárido/IFRN

aveilsonsilva@yahoo.com.br

Resumo

Este trabalho é um recorte do Projeto Contando Cajueiro: novos olhares em busca de mudanças histórico sociais, realizado pelos alunos da Escola Municipal Maria do Cajueiro Ribeiro, sob Mediação do Professor Aevilson da Silva Tavares. E como recorte objetiva delinear a historicidade e organicidade da Ferinha de Cajueiro-Touros/RN como retrato das novas formas de enquadramento social. Vislumbrando sumariamente entender quem são esses atores que fazem a Ferinha Acontecer. Para efetivação desses objetivos foram realizadas visitas *in loco* para familiarização espacial e social e no dia 26 de novembro de 2017 foi aplicado um questionário com questões semiestruturada compreendendo a temática do fazer e ser do feirante em linhas gerais. A pesquisa apontou que essa ferinha já tem 34 anos e que foi iniciada sem a iniciativa do poder público. Também desenhou a persistência dos feirantes frente as pressões de outras modalidades de comércio como o mercadinho tão comum na comunidade. Algumas reivindicação foram objetos de bandeiras pelos feirantes tais como espaço adequado para desenvolvimento de suas atividades e uma bancas para aqueles que não tem e que ainda colocam suas mercadorias em lonas e pleno calçamento. Podemos concluir que a feirinha de Cajueiro atende um público de feirante que só “fazem” essa feira mesmo cliente que evitam o desgaste do deslocamento para as cidades de Touros e São Miguel do Gostoso. Essa pesquisa pode contribuir significativamente para as aspirações desses feirantes e procurará fazer a voz desses feirantes ser ouvida através de requerimento aos órgãos competentes.

Palavras chave: 1. Feirinha 2. Historicidade 3. Enquadramento Social

CAJUEIRO-TOUROS / RN PÚBLICA FAIR: PORTRAIT OF THE NEW FORMS OF SOCIAL ENVIRONMENT

Abstract

This work is a cut of the Cajueiro Contando Project: new looks in search of social historical changes, carried out by the students of the Municipal School Maria do Cajueiro Ribeiro, under Mediation of Professor Aevilson da Silva Tavares. And as an objective clipping to delineate the historicity and organicity of Ferinha de Cajueiro-Touros / RN as a portrait of the new forms of social framework. Summatively glimpsing understand who these actors are that make Ferinha Happen. To accomplish these objectives, on-site visits were carried out for spatial and social familiarization, and on November 26, 2017 a questionnaire with semi-structured questions was applied, comprising the theme of making and being of the fair in general lines. The research pointed out that this ferinha is already 34 years old and that it was started without the initiative of the public power. He also designed the persistence of the marketers in front of the pressures of other modes of commerce as the market so common in the community. Some claim were flagged by the marketers such as adequate space for development of their activities and a stalls for those who do not have and who still place their goods in tarps and full paving. We can conclude that the Fair of Cajueiro attends a public of fair that only "make" this fair the client that avoid the wear and tear of the displacement to the cities of Bulls and São Miguel do Gostoso. This research can contribute significantly to the aspirations of these marketers and will seek to make the voice of these marketers be heard through a request to the competent bodies.

Keywords: 1. Feirinha 2. Historicity 3. Social Background

Introdução

A sociedade em sua gênese e na perspectiva de atender a demanda de bens de consumo a que o processo evolutivo tem lhe impulsionado sempre tem demonstrado a necessidade de diferentes enquadramentos sociais.

Permutar saberes entre as diferentes conjunturas sociais demanda o vislumbrar essa sociedade nos seus mais intrínsecos aspectos de encadeamento de saberes

e, oportunidades de fazê-lo real, entre seus indivíduos como tentativa de pensar as diferentes iniciativas sócio – históricos do homem em enquadrar-se os meios aos fins.

O indivíduo encontra-se dentro de uma conjuntura histórico social carregada de configurações sócio espaciais que sendo analisadas em suas individualidades ajudam na compreensão dos diferentes fenômenos sociais. Fenômenos que abrangem sua história de vida mas também a inserção de sua vida na história. História da família, comunidade, estado, nação e mundo em seus diferentes contextos.

Nelson Dacio Tomazi compila e amplia o horizonte da temática apreciada corroborando o caminhar metodológico e sistemático com entendimento sobre o indivíduos e suas classes sociais segundo a ótica marxiana (1818-1883) destacando que:

Os indivíduos devem ser analisados de acordo com o contexto e suas condições e situações sociais, já que produzem sua existência em grupo. O homem primitivo, segundo ele, diferenciava-se dos outros animais não apenas pelas características biológicas, mas também por aquilo que realizava no espaço e na área em que vivia. Caçando, defendendo-se e criando instrumentos, os indivíduos construíram sua história e sua existência no grupo social. (Tomazi. 2010, p.23)

No limiar dessas ponderações conceituais sobre o indivíduo na sociedade procurou-se estreitar a compreensão sobre a relação dotada de significados que o homem cria com o mundo ao pensar, ao ser capaz de projetar, ordenar, prever e interpretar. Costa (1997, p.3).

A feira livre é parte integrante desse processo de integração e construção social que o homem cria com o mundo dentro das relações de significados.

Pensar a feira livre é pactuar com MIRANDA (2009, p.34) com simplifica:

[...] Na feira o que está à venda

É do trabalho suado

Do agricultor honesto

Que planta e colhe roçado

Com sacrifício e, portanto,

“Não pode vender fiado”

(MIRANDA, 2009, p.34 apud MONTEIRO, in ARAÚJO, 2006, p. 12).

Este trabalho é um recorte do Projeto Contando Cajueiro: novos olhares em busca históricos sociais, desenvolvido pelos alunos da Educação de Jovens e Adultos da Escola Municipal Maria do Carmo Ribeiro sob a mediação do professor Aevilson da Silva Tavares. Com início em agosto de 2017 e previsão de conclusão em meados de dezembro do corrente ano. O projeto tem em seu âmago realizar um mapeamento histórico-social das principais mudanças vivenciadas na comunidade de Cajueiro-Touros/RN.

No âmbito mais específico da feira livre o cerne de deste trabalho, ele caminha firmado na perspectiva de realizar apontamentos históricos sociais no decorrer dos 34 anos da feirinha livre da comunidade de Cajueiro-Touros/RN. Preocupando-se em desenhar a feirinha pública dessa comunidade como retrato das novas formas de enquadramento social. Apresentar sua estrutura funcional, organizacional e como vértice da economia de subsistência.

Lakatos & Marcone (2003) e Severino (2007) foram os aportes teóricos e metodológicos que nortearam essa pesquisa. Para tanto foi aplicado um questionário que questões abertas tendo como ideia primária explorar o universo do feirante no seu labor no que tange a execução da feira. E apontava para um delineamento comparativo entre os entrevistados.

De forma sistemática pode-se verificar que a historicidade da “feirinha” da comunidade de Cajueiro tem sido pouco explorada contudo não perdeu sua dinamicidade. E ainda foi possível verificar que os diferentes atores que estruturam a “feirinha” tem permeado significativamente um perfil idôneo no sentido mais amplo da palavra.

Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa caminhou sobre a luz de Lakatos & Marcone (2003), Severino (2007) e Costa (1997). Sua configuração inicial deu-se desde agosto de 2017 com estudo preliminares sobre a literatura disponível sobre a temática e as primeiras observações *in loco*.

Em 26 de novembro de 2017 foi aplicado um questionário com onze questões semiabertas e semiestruturadas onde buscou elencar a densidade populacional e caracterização sócio espacial dos indivíduos que atuam como feirantes desta feirinha. Em cada posto de coleta dos dados (banca ou outro) o questionário foi aplicado apenas com aquele ou aquela que se apresentava como representante de tal. A conferir figura 1.

Em função da delimitação de tempo que transcorre a feirinha o questionário começou a ser aplicado nos primeiros minutos da chegada dos feirantes. E posteriormente foi realizada uma visita a um feirante em outro local diferente da feira para concluir a pesquisa.

Figura 1: Visita *in loco* e aplicação do Questionário



Fonte: Dados da Pesquisa

A análise e compilação dos dados foram feitas entre os dias 26 e 28 de novembro do corrente.

Breve histórico sobre a Comunidade Cajueiro-Touros/RN

A Comunidade de Cajueiro está localizada no município de Touros/RN no extremo leste do Rio Grande do Norte. Uma comunidade litorânea que tem como base de sua economia de subsistência a pesca de crustáceos em especial a lagosta contudo no período da piracema os pescadores se detém na pesca do peixe.

Esta comunidade tem uma forte representatividade no poder legislativo do município. Atualmente conta com dois representante no legislativo sendo um homem e uma mulher. “Pedro e Tete de Cajueiro” como são popularmente configurados no fazer diário da política. E ainda o vice-prefeito do município de Touros/RN também é filho da comunidade de Cajueiro. Desde da década de 80 que a comunidade sempre se destacou dos demais distritos sempre contribuindo significativamente para eleger um representante nato da comunidade. Dados do Tribunal Superior Eleitoral apontam que em 2016 havia 2222 (dois mil duzentos e vinte e dois) eleitores aptos a votarem. Considerando que o município dispunha de 25.392 isso representa 8,7% do total de 27 distritos.

A religiosidade é outro ponto forte da comunidade. Atualmente se apresenta com diferentes instituições religiosas algumas com mais de 90 anos de presença nesta comunidade a saber a Assembleia de Deus. Outras religiões também se fixaram na comunidade como A igreja Católica Apostólica Romana sem uma data precisa de sua chegada mais com mais tempo do que a Assembleia de Deus, afirma os seus moradores. A Igreja Congregação Cristã no Brasil com mais de 30 anos de existência. Todas com templo construídos. Outras ainda que não dispõem de templo na comunidade mas que já tem vários adeptos, a saber: Adventista do 7º Dia com templo na cidade de Touros/RN mas que os fiéis que residem na comunidade se apropriam da casa da senhora Iva para suas reuniões de orações, testemunhos e estudos. A igreja Internacional da Graça de Deus E a Igreja Mundial também marcam presença na comunidade. Entre outras com menores representatividade.

Os espaços de uso público que dispõem seus moradores são uma Escola de Ensino Fundamental de 1º ao 9º ano, um Centro de Educação Infantil – CEMEI, um abrigo dos pescadores – espaço destinado a contribuir do ofício do pescador artesanal da comunidade – igrejas, um cemitério, um campo de futebol – gramado e com refletor – um Centro de Referência a Assistência Familiar – CRAS, uma Colônia de Pescadores.

A Feirinha de Cajueiro: 34 anos de um retrato das novas formas de enquadramento social

Apontamentos históricos

Segundo Sr João Dias (80 anos) um dos dez fundadores da feirinha e, ainda na ativa, a origem da feirinha é resultado da iniciativa de um grupo de conhecidos de sua comunidade também do distrito de Touros, a comunidade Vila Israel, à 8 km de Cajueiro. Esse grupo formado por agricultores, que vendo o excedente de sua produção de frutas, verduras e legumes resolveram sair nas comunidades próximas para comercializar seus produtos. E cajueiro demonstrou uma receptividade comerciária peculiar.

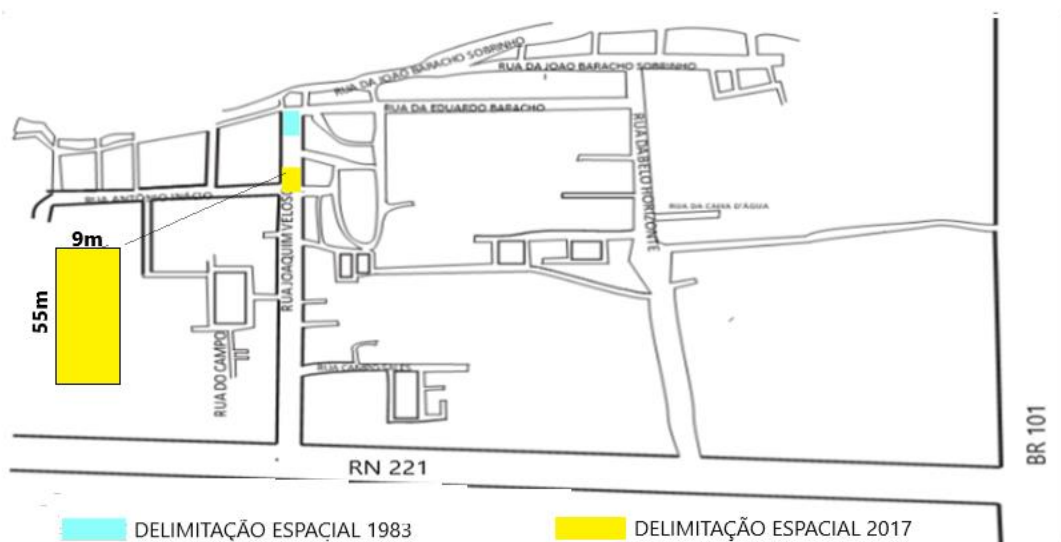
Originalmente eles se utilizavam de transporte sob tração animal, a carroça, e aos domingos fazem sempre o mesmo itinerário. Isso podendo ser datado lá por meados de 1983. E no boca a boca em porta em porta tornavam real suas aspirações. Até que nesse

mesmo ano tiveram a iniciativa de sempre no mesmo horário se apropriarem de um área central da comunidade, ver mapa 1, para realizarem suas vendas. Nascia assim a feirinha de Cajueiro. E desde de 1983 sempre acontece aos domingos com início as 4:30hs e término, quando está bem assistida as 8:00 hs da manhã.

Localização espacial

De acordo com o que se pode aferir no figura 2 a feirinha da comunidade ocupa atualmente uma pequena área que permeia os 500m² na rua principal rua da comunidade a Joaquim Veloso.

Figura 2: **Ocupação da feirinha de Cajueiro (1983-2017).**



Fonte: Dados da Pesquisa

No transcurso desses 34 anos de existência a feirinha sofreu alteração na delimitação espacial. Alguns fatores convergiram para a mudança de localização espacial da feirinha. Sumariamente a mesma estava em um espaço estratégico com área ampla para a circulação dos frequentadores e clientes. Ressalta-se que esta não dispunha de uma exclusividade na área que ocupava, veículos automotivos usava os espaços os vácuos deixados ou forçados a deixar para que não houvesse nenhum de tipo de colisão.

A localização inicial delimitava-se com comércios e um clube social, onde adolescentes, jovens e adultos frequentam aos finais de semana. E que quando havia uma programação especial com contratação de um grupo musical de maior impacto social os

feirantes sofriam com as pessoas alcoolizadas que importunava em muitos casos a rotina dos feirantes, chegando inclusive a machucar os produtos que eram dispostos a venda.

É preciso relevar que esta feira não apresentava em sua configuração estrutural suporte para que fossem apresentadas as mercadorias. Apenas o senhor “Miguel Celado” ou Miguel de “Lagoa do Sal” que vendia carne colocava em uma banca, mas os demais se utilizavam de porções de lona que estendidas no chão de piçarro mesmo realizavam sua comercialização de seus produtos. O que não é diferente depois desses 34 anos.

Estrutura organizacional e funcional

A estrutura organizacional da feirinha é bastante pequena inclusive na duração da feira. Segundo observações *in loco* e aplicação do questionário verificou-se que a feirinha inicia-se as 4:00 hs e vai até as 8:00hs da manhã do domingo.

A área ocupada pela feirinha de 500 m² condiciona a disposição dos pontos de venda de forma paralela com formação de apenas um corredor central para ser competido entre os frequentadores da feira e os veículos que comumente dividem o espaço. Ver Figura 3:

Figura 3: Visão panorâmica da estrutura organizacional da feirinha de Cajueiro as 5:00hs de 26/11/2017



Fonte: Dados da Pesquisa

Dos 24 pontos de venda atuantes (26/11/17), 50% ainda se utilizam da lona disposta no hoje calçamento, construído no final da década de 90, como estratégia de acomodação e apresentação de seus produtos; 4,1% usam seu próprio carro e 16,6% a moto para colocarem seus produtos, 4,1% o carro de mão; 8,7% monoblocos e apenas 16,6% dispõem de banca feita de madeira como ocorre em outras feiras (Tavares, 2011).

A faixa etária dos feirantes compreende um universo de pessoas adultas. 50% dos entrevistados afirmaram ter mais de 50 anos de idade. enquanto que apenas 12,5% detêm menos de 30 anos, gráfico 1.

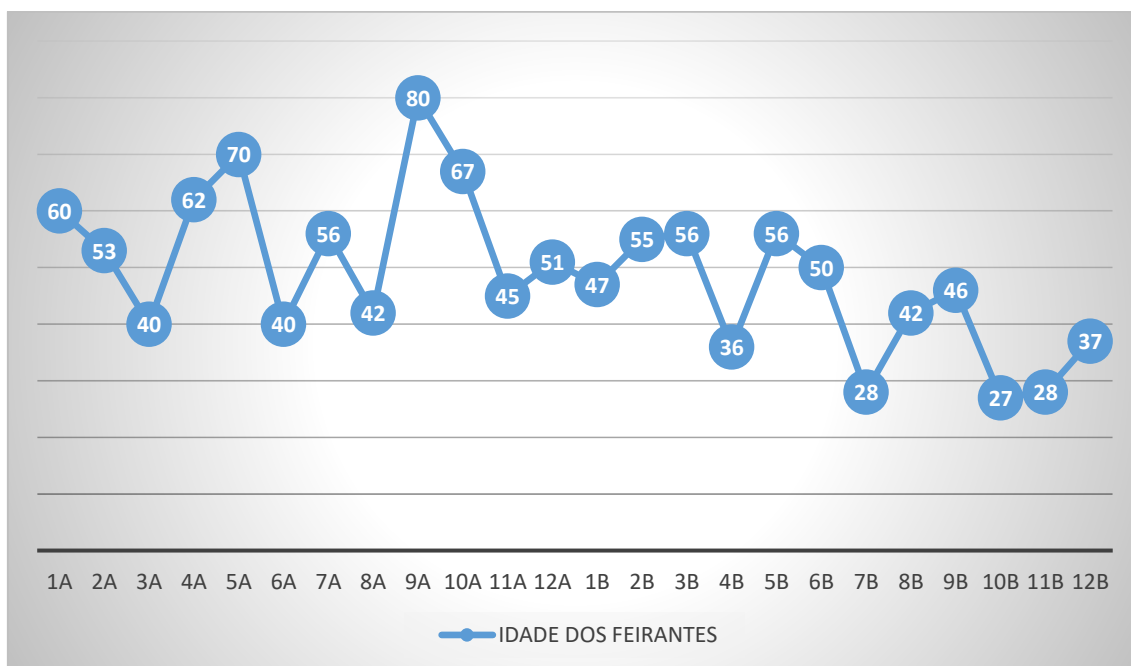


Gráfico 1: **Faixa etária dos feirantes da feirinha de Cajueiro-Touros/RN**

Fonte: Dados da Pesquisa

O tempo de vivência dos feirantes com essa feira especificamente merece atenção. 10 dos 24 feirantes entrevistado estão a mais de 10 anos trabalhando nesse feira. E 2 feirantes estavam estreando exatamente no dia da aplicação do questionário. Os demais compreendiam entre 1 mês e menos de 10 anos.

As pessoas envolvidas por ponto de trabalho varia entre 1 e 3 pessoas. 13 alegam trabalharem durante a feirinha sozinho. 10 tem o apoio de outra pessoa. 9 deles trabalham conjuntamente com sua esposa. 3 dividem as tarefas com um amigo e 2 trabalham com

os pais. Deste que trabalham com auxílio da esposa um deles tem uma terceira pessoa envolvida.

O domicílio dos feirantes foi outra preocupação a ser pontuada e constatou-se que 3 são da própria comunidade de Cajueiro, 3 são de Lagoa do Sal (3km de Cajueiro), 3 são de Vila Israel (8km), 7 são da comunidade Boqueirão a (13 km) de Cajueiro, 01 de Vila Mayne (10km), 04 são da Cidade de Touros (11km) e 01 de Santa Luzia todos esses do município de Touros 01 é de Cana Brava (24 km) distrito de Pureza/RN, e apenas 01 do distrito de São Miguel do Gostoso/RN o distrito de Novo Horizonte (60km).

Foi perguntado também como esses feirantes chegavam até a feirinha. 16 vem de carro próprio, 02 de carro alugado, 05 de motocicleta e apenas 01 que reside na própria comunidade vem empurrando seu carro de mão para venda dos coco gelados.

Percebeu-se ainda que 15 feirantes trabalham em outras feiras em cidade com distâncias que variam de 13 km (São Miguel do Gostoso/RN) até 55Km (João Câmara/RN) incluídos nesse raio de raio Rio do Fogo/RN (25km) e Zumbi-Rio do Fogo (30Km). Mas 09 feirante afirmaram só “fazer” a Feirinha de Cajueiro.

O tempo médio que os feirantes levam de suas residências para chegar até a Feirinha de cajueiro é de 30 minutos. O mais próximo que não mora na comunidade afirmou demorar 5 minutos da comunidade de Lagoa do Sal até a feirinha. O feirante que reside em Novo Horizonte – São Miguel do Gostoso/RN afirmou que seu tempo de traslado é de 1h e 30 minutos.

Na feirinha de Cajueiro é possível encontrar atualmente produtos de gênero alimentícios em sua totalidade.

Considerações finais

A Feirinha Livre Cajueiro tem demonstrado que a comunidade está conseguindo ao longo de 34 anos resistir as novas modalidades de comércio que tem se propagado dentro da conjuntura social em que está inserida. Desde da compra no supermercado até a compra via internet.

E mesmo tendo duas feiras que atuam diretamente como concorrentes fortíssimas a de Touros/RN a 11km e a de São Miguel do Gostoso/RN a 13Km. Ambas ocorrendo nos dias que sucedem a feirinha. São Miguel na Segunda-feira, pela manhã e a feira

de Touros na terça-feira também pela manhã. Estas iniciando por volta de 6:00hs da manhã com pico entre 9hs 10hs e terminando de 12:30 próximo de 13hs.

A capacidade de acomodar-se dentro dos requisitos da clientela cajueirense tem feito a feira perdurar aos longo dessas mais de 3 décadas.

Os feirantes apontam reivindicações frente ao olhar do executivo sobre essa modalidade de comércio que tem contribuído para o enquadramento social da população cajueirense. Reivindicações do tipo reestruturação das bancas e um galpão aberto para que os feirantes pudessem melhor se acomodar e atender seus cliente como é o caso de Ilmo Marinho/RN e Campo Redondo/RN concluíram um feirante e um cliente.

Pensar as novas formas de organizações sociais sem atentar para os enquadramentos a que ela necessita é compactuar com o atraso do avanço social.

Referências

FERREIRA, A. B. H. **Miniaurélio**: o dicionário da língua portuguesa. 8. ed. Curitiba: Positivo, 2010. 895 p.

CHAUÍ, M. **Filosofia**. São Paulo: Editora Ática. 2001

COSTA, C. **Sociologia: introdução a ciência da sociedade**. 2 ed. São Paulo: Moderna, 1997.

LAKATOS, E. M. & MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. -5 ed.-São Paulo: Atlas, 2003.

MIRANDA, G. **A feira na cidade**: limites e potencialidades de uma interface urbana nas feiras de caruaru (PE) e de Campinas grande (PB). Dissertação (mestrado) Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Recife, 2009.

MIRANDA, L. R. **Entre os caminhos e imagens do labirinto urbano de Cajueiro-Touros/RN** – Natal, 2002. 163 p.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. Ed. rev. e atual. - São Paulo: Cortez, 2007.

TAVARES, A. S. **Perfil sócio- econômico dos feirantes e caracterização organizacional e espacial da feira livre de São Miguel do Gostoso/RN.** VIII Congresso de Iniciação Científica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – CONGIC/2011. ANAIS. Natal: SETEC/MEC, 2011. ISBN 978-85-8161-018-4.

SILVA, F. E. S. A **"Pedagogia" da Feira Livre de São Bento:** narrativas, saberes e práticas educativas na cidade de Cascavel. 2014, 100f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2014.

SILVA, V. L. & TAVARES, A. da S. ISSN 2358-8829 – **Análise das condições de higiene e trabalho dos feirantes da feira pública de São Miguel do Gostoso/RN.** In: III Congresso Nacional de Educação – CONEDU

TOMAZI, N. D. **Iniciação à Sociologia.** 2. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.

Sites:

<http://www.tse.jus.br/eleitor-e-eleicoes/estatisticas/eleicoes/eleicoes-antiores/estatisticas-eleitorais-2016/eleicoes-2016>

**ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO EM
ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA E A LUTA PELA
(RE)EXISTÊNCIA: Um estudo de Campo**

Eliziana Vieira Saraiva¹

Universidade Federal de Campina Grande – Campus de Cajazeiras/PB.
elizianavieirasaraiva@hotmail.com

Resumo

O presente artigo de natureza exploratória é resultado de um estudo de campo realizado em um acampamento e dois assentamentos rurais de reforma agrária através de discussões, levantamento de dados e observação, aliadas a pesquisas bibliográficas para alargar a possibilidade de envolvimento com a pesquisa e seus sujeitos. Têm-se como objetivos: Conhecer para dar mais importância à história de vida luta e resistência das famílias que ainda não tem acesso a um espaço para produzir e sobreviver, das famílias que já conquistaram a terra e, perceber as diferenças dessas realidades e das diferentes formas de organizar o espaço; Identificar quais as tecnologias utilizadas pelos agricultores como alternativas de sobrevivência com o semiárido; Ver como funcionam os sistemas de reaproveitamento de água, bem como os quintais produtivos agroecológicos da área; Saber das lideranças femininas da luta camponesa e Aproximar-se da realidade dos sujeitos do nosso objeto de estudo da Geografia e do Agrário. A partir de uma abordagem de caráter indutivo foi possível perceber o papel da geografia e da Universidade nos movimentos sociais bem como o verdadeiro sentido da palavra resistência, que vai muito além da conquista da terra, tendo em vista que a luta é muito maior depois que a terra já foi conquistada e é onde a união, realmente, fez a força.

Palavras-chave: Estratégias de sobrevivência, reforma agrária, resistência.

**SURVIVAL STRATEGIES WITH THE SEMI-ARID IN AGRARIAN REFORM SETTLEMENTS
AND THE FIGHT FOR (RE) EXISTENCE: A field study**

Abstract

This article of an exploratory nature is the result of a field study conducted in a camp and two rural settlements of agrarian reform through discussions, data survey and observation, allied with bibliographical research to extend the possibility of Involvement with the research and their subjects. They are objectives: to know to give more importance to the life history of the struggle and resistance of families who still have no access to a space to produce and survive, of the families who have conquered the earth and, perceive the differences of these realities and the different forms of organize space; Identify which technologies used by farmers as alternatives to survival with the semi-arid; See how the water reuse systems work as well as the ecological productive farms of the area; To know of the female leadership of the peasant struggle and approach the reality of the subjects of our object of study of geography and agrarian. From an inductive character approach it was possible to perceive the role of geography and the university in social movements as well as the true sense of the word resistance, which goes far beyond the conquest of the Earth, bearing in view that the fight is much greater after the Earth has already been I conquered and is where the union really did the force.

Key works: Agrarian reform, endurance, survival strategies

Introdução

O presente trabalho trata de um relato com fotos resultado da experiência de aula de campo realizada por incentivo do professor Josias Galvão, referente a disciplina de Geografia agrária, para alunos do 5º Período graduandos do curso de Geografia da Universidade Federal de Campina Grande, como peça indispensável da unidade curricular de Geografia. Nesse documento são apresentadas as discussões do estudo de campo distribuídas em ordem cronológica de acordo com que as visitas iam sendo feitas. Os objetivos dessa atividade consistem em: Conhecer para dar mais importância a história de vida, luta e resistência das famílias que ainda não tem acesso a um espaço para produzir e sobreviver das famílias que já conquistaram a terra e perceber as diferenças dessas realidades e das diferentes formas de organizar o espaço; Identificar quais as tecnologias utilizadas pelos agricultores como alternativas de sobrevivência com o semiárido; Ver como funcionam os sistemas de reaproveitamento de água, bem como os quintais produtivos agroecológicos da área; Saber das lideranças femininas da luta camponesa e Aproximar-se da realidade dos sujeitos do nosso objeto de estudo da Geografia e do Agrário.

Visitamos no dia 5 de setembro de 2017, a partir da manhã, saindo da Universidade, um Acampamento chamado Boa Conquista, localizado as margens da BR 230 saída para Sousa-PB e dois assentamentos de Reforma Agrária. O primeiro foi o assentamento Santo Antônio localizado em Cajazeiras- PB onde os moradores já estão há um certo tempo nas terras conquistadas, realizando projetos de reaproveitamento de água para irrigação de quintais produtivos e criação de animais, podendo contar com sistemas de captação e reabastecimento a partir da água da chuva e outras tecnologias sustentáveis de sobrevivência com o semiárido. O segundo Assentamento foi o Acauã, localizado em Aparecida-PB, que também contam com projetos de incentivo a agricultura familiar e a produção de alimentos agroecológicos que são postos à venda em feiras nas cidades circunvizinhas. Essas famílias assentadas, diferente dos acampados, tiveram melhorias consideráveis no modo de vida, conquistando, logo após a posse da terra, educação, saúde e até lazer. Esses acampamentos representam formas de organizar o espaço. Essas famílias são pessoas que vivem e trabalham no campo, mas, não tem um pedaço de chão pra sobreviver. Outra forma de organizar o espaço é a do sistema capitalista que busca fazer uso da terra para gerar lucro enquanto essas famílias querem a terra apenas para sobreviver.

Numa discussão verbal, sem parada, conseguimos observar o Perímetro irrigado de São Gonçalo e as Várzeas de Sousa onde a BR faz a divisão de realidades diferentes de produção, baseadas em produção diversificada em áreas de sequeiro, realizadas pelos assentados do antigo acampamento Emiliano Zapata de um lado, e do outro, produção irrigada semelhante ao sistema do agronegócio com a monocultura.

Para coordenar o estudo de campo e as discussões ao longo da viagem, contamos além do professor Josias Galvão, com a contribuição de Cecília, estudante e professora de geografia com atuação ativa nos movimentos sociais, tendo em vista seu trajeto pessoal nos movimentos camponeses em busca de terras para se fixar e produzir e sua participação nas lideranças femininas contra repressão de trabalhadores rurais sem terra. Ela nos relatou suas experiências e um panorama geral sobre a luta pela terra no alto sertão, a desigualdade no processo de distribuição de renda, a exploração da força de trabalho, quando começou a revolta dos trabalhadores do campo por melhores condições, enfim, contribuindo para alargar as fronteiras do nosso conhecimento.

Como essas áreas de acampamento e de assentamento de Reforma Agrária já havia sido objeto de estudo de pesquisadores, concluímos que esses conhecimentos nos serão de grande utilidade, portanto, tornou-se mais um objetivo buscar o máximo de informações possíveis sobre a região onde a Universidade desempenha um papel importante no registro dessas informações através de pesquisas para realizações de Trabalhos de Conclusão de Curso e de pesquisa e extensão.

Procedimentos Metodológicos

Este trabalho de natureza exploratória é resultado de um estudo de campo realizado em um acampamento e dois assentamentos rurais de reforma agrária através de discussões, levantamento de dados e observação, aliadas a pesquisas bibliográficas para alargar a possibilidade de envolvimento com a pesquisa e seus sujeitos. Através da exploração, procurou-se proporcionar maior familiaridade com os assentados de reforma agrária que nos proporcionaram conversas informais, a partir das quais foi possível: Conhecer para dar mais importância à história de vida luta e resistência das famílias que ainda não tem acesso a um espaço para produzir e sobreviver, das famílias que já conquistaram a terra e, perceber as diferenças dessas realidades e das diferentes formas de organizar o espaço; Identificar quais as tecnologias utilizadas pelos agricultores como alternativas de sobrevivência com o semiárido; Ver como funcionam os sistemas de reaproveitamento de água, bem como os quintais produtivos agroecológicos da área; Saber das lideranças femininas da luta camponesa e Aproximar-se da realidade dos sujeitos do nosso objeto de estudo da Geografia e do Agrário. Este estudo poderá servir de base teórica para outros trabalhos que seguirem ou se aproximarem dessa linha de pesquisa onde vão poder ter uma direção a ser seguida como também um embasamento e referencial teórico para a realização de um trabalho importante deste tipo.

Ocupar, Resistir e Produzir: A luta pelo acesso a terra e a conquista de estratégias de sobrevivência.

Aprendemos que a luta pelo acesso a terra é histórica e acontece de diferentes maneiras. No alto sertão, a luta pela terra e pelos direitos sociais nasceu um pouco diferente, por estar mais vinculada a igreja a partir das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) e também a partir da ação de algumas pastorais da igreja. O primeiro movimento das CEBs foi para criação dos sindicatos. Esse movimento aconteceu fortemente principalmente por Cajazeiras, Cachoeira dos Índios, Igarací e Aguiar; Então, foram nessas cidades os principais movimentos do que chamamos de “Teologia da Libertação”, que nasce vinculado a uma leitura do evangelho olhando para a realidade de como vivem os sujeitos. Nos anos 70, quando a diocese da cidade de Cajazeiras recebeu padres italianos, intensificou-se a teologia da libertação, que tem essa opção preferencial pelos pobres, principalmente na América Latina. Essa também era uma época de ditadura e de intenso cultivo de algodão, no entanto, com a crise do algodão em decorrência de pragas, em sua maioria, o chamado “bicudo”, fez com que boa parte dos camponeses não pudesse dar continuidade aos processos de produção, tendo que trabalhar para terceiros, ficando a mercê de um sistema de exploração. Com a chegada de padres e freiras na região, houve um movimento de reflexão por parte destes, sobre esse sistema de exploração aos quais os camponeses estavam submetidos. A partir disso, com as leituras dessas realidades por

parte dos padres da diocese de Cajazeiras, ainda nos anos 70, iniciou-se na região o despertar dos trabalhadores sobre a desigualdade enfrentada no processo de produção, uma vez que trabalhavam diretamente com a terra, mas, não podiam comercializar o produzido tendo que dar metade do ganho para os donos das terras. Dessa maneira, grupos começaram a se articular para pensar em comercializar sua própria produção, como, por exemplo, a cooperativa de Cachoeira dos índios, que promoveram o enfrentamento as condições exploradoras da época. Portanto, esse cenário corresponde à luta pela terra no alto sertão que nasce vinculado a igreja e a outras organizações e movimentos.

Resultante dessas lutas, tivemos a oportunidade de conhecer um acampamento e dois assentamentos, que foram acompanhados pela CPT (Comissão Pastoral da Terra) ou pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) e, saber que dos frutos dessa atuação da igreja e de organizações camponesas, existem 37 assentamentos de Reforma Agrária, aproximadamente 1400 famílias assentadas, mais de 36 mil hectares de terra e 3 propriedades desconcentradas e nas mãos de camponeses, que utilizam diferentes estratégias de convivência com o semiárido, que tivemos o privilégio de conhecer, procurando sempre respeitar a natureza e preservá-la, com políticas de produção de alimentos agroecológicos que são colocadas à venda nas cidades contribuindo para uma alimentação saudável das famílias assentadas e das comunidades vizinhas. Contam também com uma rede de cultivos agroecológicos, uma articulação tanto das famílias camponesas quanto de outras organizações, que são integrantes do NEDET (Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial), e contam com o Instituto Frei Beda de Desenvolvimento Social – IFBDS.

Conhecido esse cenário histórico de luta, relatado por Cecília, partimos para nossa primeira realidade: um acampamento onde a terra ainda não foi conquistada, o que configura sua denominação. Saímos aproximadamente as 7: 34 horas da manhã da Universidade Federal de Campina Grande, Campus Cajazeiras, levando de 30 à 40 minutos para chegar a nosso destino inicial já citado. Esse acampamento, chamado de Boa Conquista, é formado por pessoas do Sítio Poços, onde essas famílias já estão lutando pelo acesso a terra há oito anos. Como a propriedade é pequena, correspondendo a menos de 500 hectares, o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) não tem como emitir a posse, pois, ela não tem a quantidade de módulos fiscais que é exigido para ser desapropriada. Partindo desse problema, foram procuradas tanto maneiras de desapropriar as terras quanto outras áreas para esses trabalhadores. No entanto, a terra a qual visam é de propriedade de um padre falecido que não aceita dar essas terras para os camponeses, sendo assim, as supostas maneiras de conseguir a terra seriam através do Estado da Paraíba e do município, mas, essas chances são pequenas, inclusive, moradores contam que não veem sentido em sair dessa terra porque é a que conhecem e que aprenderam a trabalhar, ou seja, os trabalhadores do campo que lutam pela terra, estabelecem um vínculo muito forte com seu objeto de trabalho e a conquista, é sinônimo de prosperidade.

Os moradores assentados contam que de início, eram aproximadamente 36 famílias em busca de um pedaço de chão para ocupar, mas, restaram apenas 8 famílias. Verificamos com isso, que foram muitos os abandonos à luta dos camponeses em virtude das grandes dificuldades que tinham que enfrentar. Nessa visita, vimos que existe um caso atípico ligado a realidade dessas famílias, que é a proximidade delas com a cidade de Cajazeiras. Essa referência coloca certa dificuldade no que diz respeito ao vínculo dessas pessoas com a terra, uma vez que essa proximidade, mesmo ainda não tendo conquistado a terra, coloca um forte vínculo mais com a cidade do que com o campo.

Essas famílias vivem em casas de pau a pique (Figura 1) num trecho perigoso de trânsito intenso de carros, sem energia elétrica, mesmo tendo ganhado na justiça o direito a ela, tem acesso à água para beber e cozinhar trazida por carros pipa, e para os animais (Figura 2) e para agricultura retiravam de um açude da fazenda, mas, foram proibidos. Conseguem ainda sobreviver através da agricultura plantando as margens da BR(Figura 3), de onde retiram a lenha para suas atividades e graças também a ajuda vinda de um assentamento vizinho que disponibilizam suas terras para plantio e suas águas para consumo. Esses camponeses não recebem visita de agentes de saúde, apenas da SUCAM (Fundação Nacional de Saúde). Algumas famílias recebem Bolsa Família, embora atrasada, e alguns moradores mais antigos são aposentados. Alguns jovens estudam e trabalham nas cidades vizinhas. A única maneira que essas pessoas tem de ter acesso a informação é por meio de rádio a pilha. Depois de relatado essa realidade referente ao modo de vida dos acampados, fomos levados por Capelão, morador aposentado de 63 anos, para conhecer a área de plantação e criação de animais. Ao redor das casas existem cercados onde são criados alguns poucos animais como: galinhas, porcos, ovelha, vacas e cavalos e, costumam plantar milho e feijão em períodos de chuva.

Figura 1: Casas de pau a pique com cercados para criação de animais.



Acervo Pessoal

Figura 2: Área de produção as margens da BR. Acervo Pessoal.



Acervo Pessoal

Figura 3: Criação de animais.



Acervo Pessoal

Ao final da conversa com as famílias acampadas por volta das 8: 58 horas da manhã, seguimos destino à outra realidade totalmente diferente desta que acabávamos de conhecer. Fomos visitar um assentamento, que tem a característica da terra já ter sido conquistada pelos trabalhadores camponeses. Ao chegar, por volta das 09: 05 horas no assentamento Santo Antônio, foi nítido a mudança de ares. É possível observar uma vasta área com casas bem estruturadas, capela, áreas de vazante, açude, alguma casa com carro na garagem; Então, as características iniciais, com a conquista da terra, é a melhoria de vida, assim como o poder de compra, dadas as características identificadas num primeiro contato visual.

Fomos levados a conhecer uma das lideranças femininas dos movimentos sociais do campo: Lúcia, que nos apresentou a história de luta das famílias desse assentamento em busca de terras para garantir sua moradia e sustento. Lúcia conta que a luta pela terra começou desde 1997. As terras pertenciam a grandes fazendeiros, que até mantinham um vínculo bom com as famílias, mas, quando essas terras foram sendo deixadas para os filhos destes fazendeiros a situação mudou e começaram os conflitos. Esses herdeiros fizeram grandes empréstimos aos bancos e aí veio o endividamento onde a solução foi hipotecar as terras que passaram a ser vendidas. Eram cerca de 20 propriedades e houve procura, no entanto, essas terras, que correspondiam ao que hoje é o assentamento Santo Antônio, estavam ocupadas por camponeses que, por serem muitos, acabavam assustando os compradores. Os moradores então procuraram o sindicato dos trabalhadores que procurou o INCRA para mediar a compra das terras almeçadas num processo que durou um ano. Logo começaram, também com a ajuda da igreja, a implantar projetos como de caprinocultura dando a cada agricultor 5 cabeças de cabras e um reprodutor de modo que 14 famílias foram beneficiadas. Foram assentadas 32 famílias nos 666 hectares de terra, distribuídas em 10, 11 ou 12 hectares para cada família, sendo essas áreas de sequeiro e baixio. Depois veio os agregados, a briga pelos filhos. Na associação criaram uma norma de que cada assentado só poderia agregar um filho, aquele que constituísse família primeiro e que trabalhasse junto aos pais com a agricultura.

Além da luta pela terra, houve outra ainda maior que foi pela água. Os agricultores passando agora a ser assentados de reforma agrária conseguiram ter acesso à água de açudes de Divinópolis em dias alternados por 8 horas, tendo que realizar a manutenção nas paredes do açude, dentre outras atividades. Foi proposto na época um projeto pago pelo INCRA e sugerido por engenheiros técnicos que incentivava o cultivo do coco nas áreas coletivas, no entanto, como já esperado pelos camponeses, não deu certo. Como

precisavam sobreviver buscaram negociações para desenvolver outros projetos como o de apicultura e caprino. Nesse mesmo espaço existe uma área de reserva legal que é protegida pelos camponeses, embora alguns não tenham consciência da importância da preservação, Lúcia e outros moradores tentam manter uma discussão a cerca da importância de manter preservada a área.

Outra característica bem presente nesse assentamento é o reaproveitamento da água para irrigação e outras atividades. Conhecemos alguns desses projetos de convivência com o semiárido que são tecnologias sociais criadas pra facilitar a vida do homem no campo que enfrenta um adicional de dificuldade que é a seca, pois, não basta ter a terra, é preciso fazer com que ela produza para gerar renda e sustentabilidade pra quem vive na terra. Vimos então o funcionamento de algumas dessas tecnologias, como: O Biodigestor (Figura 4), que com o esterco dos animais, produz o biogás que é usado na cozinha; Um Filtro (Figura 5), que é uma espécie de caixa com um balde cheio de perfurações que retém as sujeiras, gorduras e restos de comida, liberando a água que segue por canos ate um cercado de brita (Figura 6), areia e estrume onde essa encanação passa e a água extraída é utilizada para irrigação das plantações; A Mandala (Figura7), um reservatório de água circular, com canteiros que formam anéis ao seu redor onde o plantio, em geral de hortaliças, é feito em torno do reservatório, permitindo, assim, o reaproveitamento da água. Foi uma das primeiras tecnologias implantadas, mas, devido à seca não deu certo; A Cisterna Calçadão (Figura8), que consiste em um espaço para captação de água da chuva que tem como finalidade armazenar água para a produção de alimentos, manutenção de plantas, criação de pequenos animais potencializando os quintais produtivos (Figura9); A Barragem Subterrânea, outra tecnologia de captação e armazenamento da água de chuva para produção de alimentos. Possui a função de reter a água da chuva que escoam em cima e dentro do solo, por meio de uma parede construída dentro da terra. Sua construção é feita escavando-se uma vala estendendo um plástico por toda sua extensão, fechando-a em seguida com a terra que foi retirada na sua abertura. O sucesso da barragem subterrânea depende da locação, da construção dentro dos parâmetros técnicos recomendados, do conhecimento sobre seu funcionamento e manejo, e da apropriação por



parte da família. Há também tanques de armazenamento de água, cisternas para consumo humano (Figura 10) e para a produção e poços (Figura 11).

Figura 4: Biodigestor. Acervo Pessoal



Figura 5: Filtro. Acervo Pessoal.



Figura6: Filtro de reutilização de água para irrigação. Acervo Pessoal.



Figura 7: Mandala em desuso. Acervo Pessoal.



Figura 8: Cisterna Calçadão. Acervo Pessoal.



Figura 9: Quintais produtivos: Horta. Acervo Pessoal.



Figura 10: Cisterna para consumo humano



Figura 11: Cisterna para a produção.

Acervos Pessoais

Após ver quais as tecnologias usadas pelos agricultores, fomos conhecer a área de vazante (Figura 10), por volta das 10:26 horas da manhã. Sales, camponês assentado, relatou que além das hortaliças produzidas nos quintais produtivos irrigados pelos

sistemas de reaproveitamento de água, plantam abóbora, feijão, milho e tomate, que contam com o benefício de não precisarem ser irrigadas constantemente por estar próximo ao açude. Essa área, segundo ele, é coletiva, mas de produção individual, ou seja, todos tem acesso, podendo plantar livremente, mas cada um tem sua produção, podendo ser partilhada caso necessário. Sendo assim, Sales avalia essas tecnologias como satisfatórios, pois, quando não se fazia uso delas ou de certas áreas, estava perdendo um grande benefício para sua produção. Lucia completa dizendo: *“nos que vivemos da reforma agraria, vivemos ricos de saúde, de conhecimento, de uma vida estruturada pra toda a família”*.



Figura 12: Área de Vazante: plantação diversificada. Acervo Pessoal.

Os camponeses assentados de Santo Antônio, diferentes dos acampados de Boa

Conquista, tem acesso à educação com mais facilidade, tendo um número considerável de pessoas que fazem cursos técnicos e que concluíram a faculdade, tem acesso à saúde no posto de Divinópolis e recebem visita da agente de saúde. Portanto, já se encontram em uma posição mais confortável, realçada na fala de Lúcia quando diz: *“Pra gente isso foi uma mudança muito grande, porque se não fosse a reforma agrária não sei como íamos estar hoje, então muita gente critica a reforma agrária, mas, pra nós a solução é reforma agraria, é dar um pedaço de terra pra o povo produzir, é tirar da cidade e botar no campo”*.

Concluído o estudo do primeiro assentamento de Reforma Agrária, aproximadamente as 10: 59 horas da manhã, antes de chegar ao último assentamento, passamos pelo perímetro irrigado de São Gonçalo e pelas várzeas de Sousa. Em relação ao perímetro irrigado, conhecemos a sua história, a história do Nordeste: uma grande extensão territorial que enfrentava uma seca cruel, que matou pessoas de desnutrição e pela vida difícil no campo. Muitos dos trabalhadores rurais morreram na busca de melhores condições, o que pressionou o poder central para solucionar o problema dos “flagelados da seca” com a construção de barragens e açudes. Foi criado o departamento nacional de obras contra as secas nascendo com ela a solução hidráulica que era construir os reservatórios públicos para abastecer os aglomerados urbanos, mas, no campo não havia nenhum projeto. Só 1970 que surgiu projetos que vinculava a questão camponesa, dos conflitos gerados no campo a outro projeto, o do aproveitamento das águas dos açudes. Surgiu a ideia de desenvolver um projeto de reforma agraria fazendo o parcelamento das terras próximas aos açudes públicos, nascendo então o projeto dos

perímetros irrigados públicos, que foi se espalhando. A Paraíba foi contemplada com 3 projetos: o maior, que é o perímetro irrigado de São Gonçalo, o outro fica no município de Condado, o perímetro irrigado de Arco Verde, e o de Sumé que é bem menor. Continuando pela rodovia da produção até chegar em Sousa, vimos o parcelamento de terras em lotes, onde se tinha um projeto inicial de irrigação com a monocultura do plantio de arroz, que declinou dando lugar ao coco, depois a banana, tem-se também a presença do Instituto Federal que trabalha tanto com a agricultura voltada para a irrigação, e que aos poucos foi aderindo outros técnicos com lógicas diferentes, como a lógica da agroecologia, que compreende outro conflito, entre técnicos que defendem esse modelo de irrigação para atender a lógica do capital e de quem defende a lógica da agroecologia que atenda as famílias de produção diversificada e de quintais produtivos.

No perímetro várzeas de Sousa tem-se um modelo semelhante ao do agronegócio. Dentro das várzeas tem 178 lotes de colonos irrigantes e esses lotes atenderiam a mesma lógica das grandes empresas, fazendo um trabalho que seria uma espécie de extensão da grande empresa. Nessa área algumas comunidades foram desalojadas buscando apoio da CPT para ocupações. Foi uma disputa com o agronegócio. Têm-se, dessa forma, de um lado, as grandes empresas, do outro as ocupações. Então é um espaço extremamente rico do ponto de vista histórico e do ponto de vista da configuração sócio territorial, pois, as ocupações conseguiram conquistar as terras e transformá-las em assentamento.

Pela janela do ônibus, podemos notar uma ocupação do MST, do lado esquerdo da BR, que até pouco tempo era acampamento e ainda guarda a estrutura de acampamento, evidenciada na placa de identificação escrita “Acampamento Emiliano Zapata”. Já a margem direita, podemos ver lotes que são de empresas, que correspondem a lógica do agronegócio, a lógica do capital. Então a BR é a fronteira que divide espaços com duas lógicas diferentes. Divide a produção diversificada dos assentados do Emiliano Zapata, com a produção de sequeiro de um lado, contando com a produção agroecológica e, do outro, a produção de monocultura do agronegócio com a produção irrigada.

Depois da parada para o almoço as 12:17 horas, fomos conhecer outro assentamento de Reforma Agrária, que mesmo com históricos semelhantes de resistência, tem histórias diferentes. Chegamos aproximadamente as 13:45 no Assentamento Acauã, localizado em Aparecida-PB. Para dar início as discussões, fizemos uma roda de conversa com os alunos, professores e representantes líderes assentados na Sede de Associação de Agricultores (Figura 13). Socorro Golveia, história viva da luta pela terra e coordenadora da associação, foi quem norteou a conversa. Contou desde o início da luta, iniciada na década de 80 para 90, quando se espalhava a Reforma Agrária na Paraíba, inicialmente concentrada na região do brejo e na região do litoral. Antes, o que se configurava era um histórico de coronelismo, apadrinhamento político e de muita dominação, pobreza e seca, surgindo ameaças, mortes e repressão por parte da polícia. As famílias começaram a acampar por trás do patrimônio histórico da cidade, depois na beira do açude. Houve intensa divulgação desses movimentos nas rádios que atraiu tanto famílias vizinhas que procuravam um pedaço de chão para se fixar quanto forças armadas para despejá-los. Cada despejo ia enfraquecendo o acampamento. Muitas famílias iam embora com medo da polícia e as prisões dificultaram ainda mais. No dia 14 de outubro de 96, emitiram a certificação de posse, foram 10 meses de intensa reflexão no Sertão com relação à Reforma Agrária. A emissão de posse se deu em pouco tempo porque as prisões que aconteceram, sobretudo de alemãs, fizeram com que o processo acelerasse em virtude das repercussões, ou seja, essa aceleração se deu muito mais por uma pressão externa.

Figura 13: Sede de associação de agricultores



Acervo Pessoal.

O assentamento Acauã, hoje com 2823 hectares, é a primeira luta de terras privadas no Sertão e a primeira luta acompanhada pela CPT. Uma ação que marcou o acampamento, segundo Socorro, foi a forma de fazer os alimentos. Tudo era feito de maneira comunitária. Isso foi muito importante, pois, a partir do alimento era trazida a discussão da importância do coletivo. As famílias costumavam criar gado e cultivar o algodão, plantar milho e feijão. Embora não se tenha avançado na Reforma Agrária por meio dos governos, as famílias assentadas de Acauã contam com alguns créditos, como: Cred Semiárido, Cred Mulher, PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) com: Pronaf Agroecologia, Pronaf Mulher, Pronaf Jovem, Pronaf Semiárido, mas, com relação a desapropriação, o avanço da Reforma Agrária foi lento. Quanto a estrutura física (Figuras 14,15 e 16), contam com uma quadra de vôlei, um posto de saúde, calçamento, projeto para praça de idosos com equipamentos e tentativas de instalação de energia solar integrada a rede. As principais tecnologias usadas são a irrigação e em maior parte a Microaspersão. Mas já tiveram Mandalas, gotejamento por cotonete e possuem pomares com árvores frutíferas. Os moradores tem acesso a saúde e a educação. Tem médico de segunda a quinta e um número bom de estudantes, de jovens em cursos técnicos, outros concluindo ou com ensino superior. Das 150 famílias, 114 são assentados e o resto são filhos.

Figura 14: Melhorias: Posto de saúde e quadra esportiva..



Acervo Pessoal

Figura 15: Capela



Acervo Pessoal.

Figura 16: Praça com projeto de saúde para idosos.



Acervo Pessoal.

Para finalizar, houve um momento de interação com os estudantes, tendo eles que relatar a experiência com a aula de campo, o que contribuiu para reflexão a cerca da história de luta e resistência dos trabalhadores assentados. Ao fim das contribuições, retornamos a Universidade por volta das 17:37 horas da tarde.

Considerações finais

A Geografia lida diretamente com a forma de como a sociedade organiza seu espaço. Vimos que a sociedade de classe dominante, historicamente construiu um espaço que favoreceu o domínio dos mais poderosos, e os movimentos organizados, principalmente os movimentos camponeses, formados de trabalhadores rurais, tentam desconstruir essa ordem. Tivemos oportunidade de conhecer uma história viva de luta contra grandes proprietários e modos de produção e de trabalho exploratório que é Socorro Golveia, líder feminina e coordenadora de movimentos sociais, que lutam para desconstruir essa ordem desigual estabelecida pelas elites, construindo um espaço digno da reprodução das famílias que foram penalizadas por esse sistema predatório.

Percebe-se que todas as dificuldades e condições impostas aos camponeses, foram estrategicamente usadas para direcioná-los a desistência da conquista de terras, mas,

ninguém, de acordo com as discussões realizadas nas visitas, pensa em desistir, dando um significado firme ao valor da resistência, pois, acreditam e tem esperança nessa conquista, mesmo enfrentando situações complicadas e de risco. Um exemplo dessas imposições é a proposta do governo de ceder terras aos movimentos sócias com a seguinte condição: tornarem-se colonos irrigantes praticando a monocultura, caso contrário, não poderiam se fixar nas propriedades. Essa condição tiraria a caracterização que os movimentos sociais carregam, enfraquecendo os movimentos de incentivo para o despertar de outros agricultores para ocuparem determinadas áreas.

Vimos apenas uma parcela da estrutura agrária do campo, da diversidade que temos. Entramos em contato com a realidade da história da luta camponesa em áreas de acampamento e de assentamento, além das maneiras antigas de produção ligadas a agricultura e da posse da terra, dentre outros modelos. No assentamento Santo Antônio e Acauã, as lutas tiveram lideranças femininas, uma característica dos movimentos camponeses, o que incentiva outras mulheres a participar da luta pelo seu próprio espaço. Porém, ainda fazem um enfrentamento grande ao machismo nas comunidades e assentamentos, se fazendo importante a promoção de empoderamento das mulheres para se manterem na luta. Vimos como Lúcia e tantas outras tem um papel importante na rede de cultivos agroecológicos, que compreende um espaço de articulação e de mobilização, que estabelece uma relação com a cidade, e na manutenção de tecnologias que beneficiam as famílias, então, Socorro e Lúcia representam frutos da resistência na luta e da participação das mulheres nos movimentos sociais camponeses, embora a luta maior comece depois que a terra foi conquistada, tendo em vista que precisam buscar saúde, educação, moradia e alimentação de qualidade, transporte e outros benefícios, ou seja, não basta ter a terra, é preciso desenvolver condições para se manter nela e produzir gerando renda e sustentabilidade para as famílias.

Sendo assim, Reforma Agrária não é fácil. A luta pela terra, como diz Paulinho, filho graduado de assentados: *“É só um pontapé inicial, a conquista dela é a primeira fase, depois disso vem uma responsabilidade bem maior que além de ter todas as lutas de estruturas de permanência ainda tem que dar uma resposta pra sociedade, e principalmente pra o governo, em especial quem é oposição”*.

Há então na sociedade um olhar vigilante e preconceituoso em relação a esses espaços, tendo em vista a visão que as pessoas têm de que assentados ou acampados são vagabundos e desordeiros querendo terra para vender. Dessa maneira, não é fácil gerir e organizar tantas famílias, o que configura a importância das lideranças nesses movimentos. Nossos antepassados foram expulsos e mortos numa luta que ainda não acabou e nós através do conhecimento precisamos aguçar e exercitar essas discussões.

É preciso pensar nas possibilidades. O nosso compromisso não é com a desigualdade, é com as oportunidades, sobretudo com aqueles que estão numa situação de opressão. É preciso buscar justiça que garanta direitos iguais para todos e a Geografia abre grandes discussões sobre essas possibilidades, o que acaba por incomodar as elites, pois, essa ciência lança incentivos para que os sujeitos passem a intervir no espaço de maneira direta e justa. A Universidade, junto ao leque diversificado de discussões da Geografia e do Agrário, tem papel importante no que diz respeito ao registro dessas informações. É importante incentivar os alunos a escreverem e a buscar informações sobre esses históricos de luta de pessoas que foram maltratadas pela estrutura escravista do capitalismo no Brasil, que ao mesmo tempo que dava com uma mão, retiravam com a outra, dificultando o acesso das pessoas a bens que são seus por direito e que até hoje não são situações resolvidas.

Referência:

CALDART, Roseli Salete. **O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo.**2001. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a16.pdf> > Acesso em:<Nov. 2017>

CASTRO, Josué, 1908-1973. C351g. **Geografia da fome : o dilema brasileiro : pão ou aço.** Rio de Janeiro : Edições Antares, 1984. Disponível em:<<http://www.zorraquino.com.br/textos/eco-social/geografia-da-fome-josue-decastro.pdf>> Acesso em:<Nov.2017>

CONEJERO, Lucas. **#ACARTA.** Ocupar Resistir e Produzir. Editora Confiança. 2011. Disponível em: < <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/ocupar-resistir-e-produzir>> Acesso em:<Nov. 2017>

CUNHA, Luis Henrique; NUNES, Aldo Manoel Branquinho. **Os desafios para a gestão de recursos comuns em assentamentos do semi-árido.**2008 Disponível em:<http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT%2036/luis%20henrique%20cunha.pdf > Acesso em <Nov. 2017>

LIMA, Valéria Raquel P; VIANNA, Pedro C. Guedes. **A necessidade de uma Reforma Hídrica: O Conflito por água no Semi-Árido da Paraíba.** 2005. Disponível em:<<http://www.geociencias.ufpb.br/leppan/gepat/files/gepat023.pdf>> Acesso em <Nov.2017>

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.** São Paulo: Labur Edições, 2007, 184p. Disponível em:<http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/Livro_ari.pdf> Acesso em:<Nov. 2017>

Secretaria Nacional do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **MST Lutas e Conquista.** 2ªEdição. Jan.de 2010. Disponível em:<<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/MST%20Lutas%20e%20Conquistas%20-%20MST,%202010.pdf>> Acesso em:<Nov.2017>